

UNIVERSIDADE e SOCIEDADE 70

Ano XXXII - Nº 70 - julho de 2022



RETORNO • PRESENCIAL • PANDEMIA:
DESAFIOS • DO • TRABALHO • DOCENTE •
NO • CONTEXTO • DAS • TRANSFORMAÇÕES •
EDUCACIONAIS ~ 2022



BELMONTE & BIRA DANTAS (100 ANOS DEPOIS)

UNIVERSIDADE e SOCIEDADE 70

Ano XXXII - Nº 70 - julho de 2022

Revista publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

Brasília

Semestral

UNIVERSIDADE e SOCIEDADE ■

- Publicação semestral do ANDES-SN: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
- Os artigos assinados são de total responsabilidade de seus autores.
- Todo o material escrito pode ser reproduzido para atividades sem fins lucrativos, mediante citação da fonte.

CONTRIBUIÇÕES PARA PUBLICAÇÃO NA PRÓXIMA EDIÇÃO, ver página 105

Conselho Editorial

Antonio Gonçalves Filho, Antônio Ponciano Bezerra, Carlos Eduardo Malhado Baldijão, Ciro Teixeira Correia, Décio Garcia Munhoz, Eblin Joseph Farage, Luiz Henrique Schuch, Luiz Carlos Gonçalves Lucas, Luiz Pinguelli Rosa, Maria Cristina de Moraes, Maria José Feres Ribeiro, Marina Barbosa Pinto, Marinalva Silva Oliveira, Newton Lima Neto, Paulo Marcos Borges Rizzo, Roberto Leher e Sadi Dal Rosso

Encargatura de Imprensa e Divulgação desta Edição Francieli Rebelatto

Editoria Executiva deste Número

Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa, Jennifer Susan Webb Santos, Luiz Henrique dos Santos Blume e Neila Nunes de Souza

Pareceristas Ad Hoc

Augusto Charan Alves Barbosa Gonçalves, Dione Oliveira Moura, Fabíola Calazans, Josanne Francisca Moraes Bezerra, Maria da Penha Feitosa, Marleide Barbosa de Sousa Rios, Marta Maria Azevedo Queiroz, Nirce Barbosa Castro Ferreira, Renato Barros de Almeida, Rosana Soares, Sócrates Jacobo Moquete Guzmán

Revisão Metodológica e Produção Editorial Iara Yamamoto

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração

Espaço Donas Marcianas Arte e Comunicação - Gabi Caspary - donasmarcianas@gmail.com

Ilustrações Kita Telles

Capa Bira Dantas

Revisão Gramatical Gizane Silva

Tiragem 1000 exemplares

Impressão Gráfica Coronário

Expedição

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO

Rua Amália de Noronha, 308 - Pinheiros - CEP 05410-010 - São Paulo - SP

Tel.: (11) 3061-0940 / 99726-6706

E-mail: andessp@andes.org.br

www.andes.org.br

Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Ano I, nº 1 (fev. 1991)

Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Semestral ISSN 1517 - 1779

2022 - Ano XXXII Nº 70

1. Ensino Superior - Periódicos. 2. Política da Educação - Periódicos. 3. Ensino Público - Periódicos.
I. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior CDU 378 (05)

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: direito de todos, dever do Estado.

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco C

CEP 70302-914 - Brasília - DF - Tel.: (61) 3962-8400

E-mail: secretaria@andes.org.br

Retorno presencial e pandemia

- 6 Desafios do retorno presencial e do financiamento do ensino superior público:** lutar e resistir para não 'passar a boiada'
Eblin Farage e Emerson Duarte
- 20 A Universidade na pandemia:**
defesa da vida ou recrudescimento da austeridade?
Daniele Batista Brandt e Juliana Fiuza Cislighi

Debates

- 34 Uma abordagem histórica-conceitual dos movimentos sindicais**
na UFRGS em contexto de intervenção nas universidades federais
Abner Santos Mendonça e Julice Salvagni

Charge

- 48 Di Cavalcanti, Belmonte e Péricles**
Bira Dantas

Reportagem

- 52 Solidariedade:**
uma pauta sempre importante para o ANDES-SN

Arte

- 70 Homenagem ao poeta**
Thiago de Mello (30/03/1926-14/01/2022)
Isabella Thiago de Mello e Instituto Thiago Mello
- 98 Ópera do Café**
Mário de Andrade
Ilustração: Kita Telles / Tarsila do Amaral
- 100 Ode ao Burguês**
Mário de Andrade
Ilustração: Kita Telles / Candido Portinari / Tarsila do Amaral

Por dentro da US

- 102 US - Análises e debates fundamentais**
para o meio docente

Em meio a um ataque brutal às universidades públicas do país, vivenciamos nas últimas semanas um corte orçamentário superior a 14,5%; o que gerou impactos além das ações finalistas das IFES, pois, no momento em que estamos retornando a ocupar as universidades, as salas de aulas, é preciso garantir orçamento adequado para o retorno em condições de segurança sanitária. Além disso, o desinvestimento nas políticas de acesso e permanência nas instituições públicas de ensino superior impedem que segmentos estudantis pretos e pobres, oriundos das mais diversas periferias brasileiras, permaneçam nesses espaços.

O Ministério da Educação lançou o Reuni Digital, proposta que tem como eixos a expansão de vagas, via Ensino a Distância (EaD), como, também, a criação de uma Universidade Federal Digital. De forma inesperada, sem nenhum debate prévio, a CCJC (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) da Câmara dos Deputados, em Brasília (DF), no dia 23 de maio, pautou a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 206/2019), que pretende estabelecer a cobrança de mensalidade nas universidades públicas. Ocupamos o Plenário I da Câmara dos Deputados – ANDES-SN, Fasubra e o Movimento Estudantil – e, com a ação da bancada de oposição, conseguimos barrar e arquivar a PEC 206/2019. Mas precisamos continuar vigilantes e atentos!

Nesta edição de número 70 da revista *Universidade e Sociedade*, o tema central é *Retorno presencial e pandemia: desafios do trabalho docente no contexto das transformações educacionais*. Um debate necessário para esse tempo, pois dialoga com a conjuntura política, econômica e social; as condições seguras do retorno presencial; a precarização do trabalho docente; o orçamento para as instituições de ensino e os cortes; a ameaça do ensino remoto e híbrido e a defesa de um projeto de educação emancipatório; e os desafios junto ao movimento estudantil para a defesa desse projeto, entre outros.

Os leitores vão transitar entre artigos como *Desafios do retorno presencial e do financiamento do ensino superior público: lutar e resistir para não ‘passar a boia-da’*, que conta com as contribuições de Eblin Farage e Emerson Duarte. Este artigo traz as reflexões sobre os desafios do retorno presencial após o período de ensino remoto emergencial imposto pela pandemia do novo coronavírus, a partir de março de 2020, focando no processo de desfinanciamento das instituições públicas, com ênfase nas instituições federais e nos desafios pedagógicos.

Daniele Batista Brandt e Juliana Fiuza Cislighi, no artigo *A Universidade na pandemia: defesa da vida ou recrudescimento da austeridade?*, abordam as ações do governo federal e das autoridades locais frente à pandemia da Covid-19 nas instituições de ensino superior públicas brasileiras que deflagram um quadro de disputa entre o retorno presencial imediato *versus* a continuidade do ensino remoto emergencial. A partir de uma pesquisa bibliográfica e documental em fontes acadêmicas e legais produzidas no período pandêmico, apontam que as instituições de ensino superior enfrentam grandes desafios para o retorno presencial. Diante da agudização das contradições do capitalismo brasileiro, num contexto epidemiológico em que a pesquisa sobre as vacinas deu destaque às universidades e institutos públicos de pesquisa, a defesa da própria universidade estabeleceu-se como condição para a defesa da vida.

No artigo *Uma abordagem histórica-conceitual dos movimentos sindicais na UFRGS em contexto de intervenção nas universidades federais*, Abner Santos Mendonça e Julice Salvagni abordam o momento crítico que as universidades federais brasileiras estão passando. Sendo alvo de ataques e intervenções por parte do governo federal, comandado desde 2019 pelo presidente Jair Bolsonaro, o artigo tem como objetivo analisar de modo histórico-conceitual a atuação dos sindicatos de servidores da UFRGS desde a sua constituição até o contexto atual. Foi identificada a existência de duas correntes de atuação sindical na universidade: por um lado, a ADUFRGS-Sindicato atua com ênfase nas pautas da categoria, priorizando negociações e acordos; por outro, a Seção Sindical do ANDES-SN/UFRGS e a ASSUFRGS optam por uma atuação sin-

dical combativa, extrapolando as pautas da categoria e com a intenção de formar consciência política na classe trabalhadora. Contribuições que nos fazem refletir sobre o desafio de fortalecer as nossas lutas e a mobilização para a defesa de uma universidade pública de qualidade, para todos e todas.

Este ano faz 100 anos da Semana de Arte Moderna de 1922. Nesta edição, Bira Dantas nos presenteia com uma capa que traz uma paródia do catálogo do histórico acontecimento, desenhado por Di Cavalcanti. A figura central da arte de Di foi inserida no contexto do tema da revista. Ele também fez uso do *lettering* utilizado pelo artista. Por isso, a assinatura 'D.C.+B.D.'. Além da capa, Bira nos oferece um texto sobre Di, Belmonte e Péricles. Di Cavalcanti (1897-1976) e Benedito Barreto (1886-1947), o chargista paulistano conhecido como Belmonte, participaram da importante Semana de 22, e Péricles de Andrade Maranhão (1924-1961) não fez parte desse Movimento Modernista. Péricles foi o criador do personagem mais "sacana" de todos os tempos: o Amigo da Onça. Para além do texto, Bira retrata suas linhas, atualizando os traços de Di Cavalcanti, Belmonte e Péricles com suas charges.

No contexto das comemorações desse centenário, as ilustrações deste número trazem referências de artistas importantes para o movimento moderno brasileiro. Para o artigo *Desafios do retorno presencial e do financiamento do ensino superior público: lutar e resistir para não 'passar a boiada'*, a ilustradora Kita Telles utilizou como referência a pintura *Carro de boi* (circa segunda metade do séc. XX), de Vicente do Rego Monteiro (Recife, 1899-1970). Monteiro foi um dos artistas que teve trabalhos expostos no Theatro Municipal de São Paulo durante a Semana de 22. O segundo artigo, que traz o tema de discussão central deste número, *A Universidade na pandemia: defesa da vida ou recrudescimento da austeridade?*, traz citações da capa do livro de estreia do poeta Oswald de Andrade (São Paulo, 1890-1954) *Pau-Brasil*, lançado em 1925 pela editora parisiense *Au Sans Parreil*; da pintura *O Farol* (1915), de Anita Malfatti (São Paulo, 1889-1964), artista precursora do modernismo brasileiro que teve duras críticas do escritor e crítico Monteiro Lobato (Taubaté, 1882-São Paulo, 1948) para sua primeira exposição individual, em 1917; e de Lasar Segall (Lituânia, 1891-

São Paulo, 1957): a pintura *Família Enferma*, de 1920. No artigo *Uma abordagem histórica-conceitual dos movimentos sindicais na UFRGS*, podemos observar a gravura *Operário e Máquinas*, de Livio Abramo (Araquara, 1903-Assunção, Paraguai, 1992) e a pintura *O Ovo* (1928), de Tarsila do Amaral (Capivari, 1886-São Paulo, 1973). Ainda ambientados no modernismo brasileiro, apresentamos dois poemas de Mário de Andrade (São Paulo, 1893-1945): *Ode ao Burguês* e *Ópera do Café*, com referências visuais de Tarsila do Amaral e Candido Portinari (Brodowski, 1903-Rio de Janeiro, 1962).

Na reportagem fotográfica *Solidariedade: uma pauta sempre importante para o ANDES-SN*, apresentamos registros de ações de solidariedade de classe, contribuição de nosso arquivo pessoal e das seções sindicais ADUFOP, ADUSB e ADUSC, retratando o papel importante do nosso sindicato e das nossas seções, especialmente durante a pandemia de Covid-19, em meio aos desastres ambientais provocados pela ação humana e pela ausência de ações governamentais no apoio e socorro às vítimas das enchentes na Bahia e em Minas Gerais.

Neste número também fazemos uma homenagem ao poeta amazonense Thiago de Mello, que nos deixou em janeiro de 2022. Quando contatamos a família para solicitar permissão para publicar suas poesias, sua filha, Isabella Thiago de Mello, não só permitiu a publicação como nos abrilhantou com um artigo belíssimo sobre sua vida e sua militância. Uma história para além do poeta Thiago de Mello e, ainda, fotos históricas e artigos que marcaram uma época.

Por fim, uma amostra de fotos do lançamento da US #69, realizado no nosso último congresso, em Porto Alegre. O evento marcou nosso retorno presencial, depois de quase dois anos de isolamento social, tempos que aprofundaram, e muito, as desigualdades, a miséria, a transformação do nosso cotidiano de trabalho com ensino remoto, a mistura da nossa vida privada e pública, a sobrecarga de trabalho e o adoecimento físico e mental. Sigamos firmes juntas/os na luta, na defesa da educação pública! Que a leitura da 70ª Revista Universidade e Sociedade nos fortaleça! **US**

Desafios do retorno presencial e do financiamento do ensino superior público: lutar e resistir para não ‘passar a boiada’

Eblin Farage

Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF)
E-mail: farage.eblin@gmail.com

Emerson Duarte

Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA)
E-mail: emerson@uepa.br

Resumo: O presente artigo traz reflexões sobre os desafios do retorno presencial após o período de ensino remoto emergencial imposto pela pandemia do novo coronavírus, a partir de março de 2020, focando no processo de desfinanciamento das instituições públicas – com ênfase nas instituições federais – e nos desafios pedagógicos. Em ambas as dimensões, as reflexões consideram o projeto do capital para a educação e a adesão da extrema-direita na tentativa de ‘passar a boiada’ para a refuncionalização das instituições públicas e a refuncionalização das universidades públicas a serviço de uma educação mercadorizada e esvaziada de sua forma-ser-essência: dialógica, coletiva e presencial.

Palavras-chave: Educação Pública Superior. Financiamento. Retorno Presencial.

Introdução

No dia 22 de abril de 2020, o então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, em reunião ministerial amplamente divulgada pelos meios de comunicação¹, declarou que era necessário aproveitar a atenção da mídia e da sociedade para a Covid-19 para

alterar as regras das legislações e “passar a boiada”. Nesse sentido, propôs uma “baciada” de mudanças na área ambiental e agrícola. Na mesma reunião, o ministro da Economia Paulo Guedes afirmou que era necessário “colocar a granada no bolso do funcionalismo” para tocar as contrarreformas e privatizações que o governo desejasse.



Desde 2019, quando toma posse o então presidente da República Jair Bolsonaro, a tônica de seu governo tem sido a exacerbação do projeto neoliberal, articulado com a perspectiva fundamentalista, militarizante e miliciano. Dessa forma, busca realizar grandes contrarreformas e alterar a Constituição Federal de 1988 (CF 88), mas, ao mesmo tempo, a partir de inúmeras alterações infraconstitucionais, vem modificando normatizações e regras das políticas públicas e do funcionalismo público, que, por um lado, flexibilizam procedimentos e, por outro, tornam os processos públicos mais vigiáveis. Em ambos os casos, o eixo estruturante é possibilitar uma maior intervenção do governo nas políticas públicas e sobre o funcionalismo público, impondo de forma autoritária – e até mesmo assediadora – as bases para futuras contrarreformas.

No caso da saúde, área mais militarizada do governo federal junto com a área ambiental, as iniciati-

vas giraram em torno de um retrocesso nos avanços alcançados pela Reforma Psiquiátrica e da tentativa de ampliação da desestruturação do Sistema Único de Saúde (SUS), com vistas à privatização. Porém, a situação se alterou com a pandemia da Covid-19, uma vez que o sistema público de saúde foi o principal e maior responsável pelo atendimento da população e, mesmo com toda a sua precarização e processo de desinvestimento ao longo dos anos, cumpriu um papel central, ganhando reconhecimento social. Certamente, após os dois anos de pandemia, qualquer tentativa de privatizar o SUS contará não só com a resistência dos movimentos organizados – sindicais, populares, estudantil e de partidos –, mas também com a reação da população.

No caso da educação superior pública, a situação foi absolutamente inversa. Considerando a esteira construída de desinvestimento público na Educação Superior Pública e na Ciência e Tecnologia, a

perspectiva anticência no governo Bolsonaro e as antigas propostas dos organismos internacionais – como Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) – para a educação na América Latina, o ensino a distância tornou-se uma realidade hegemônica durante a pandemia. Entre as muitas consequências desastrosas para a defesa da educação pública de qualidade e para os processos de ensino-aprendizagem, destacamos a absoluta invisibilização de técnicos/as-administrativos/as e docentes ao longo da pandemia. Processo diametralmente inverso ao da saúde pública, que se visibilizou, enquanto a educação pública foi invisibilizada.

É a partir dessa concepção que o presente artigo pretende trazer algumas reflexões para o debate. Além dessa introdução e de uma breve parte final para estimular a continuidade dos debates com provocações, que devem permanecer no horizonte das reflexões e ações para a defesa da educação pública superior, apresentam-se, na segunda parte, reflexões gerais sobre a educação superior pública que problematizam a real situação das universidades, institutos federais e Cefet a partir do processo de desfinanciamento imposto pelo governo federal na última década, que atingiu o menor orçamento em 2021 e impactou de forma estruturante as instituições de ensino. A terceira parte traz apontamentos sobre os desafios imediatos impostos pelo retorno presencial seguro para o movimento docente e para as comunidades acadêmicas, além de buscar provocar reflexões sobre o necessário reconhecimento das lacunas e dos impactos do ensino remoto emergencial (ERE) na formação profissional e na reestruturação do *modus operandi* das instituições, os quais demandam respostas institucionais, políticas, econômicas e pedagógicas da comunidade acadêmica e do movimento docente.

Articulando as reflexões ao projeto construído e defendido pelo ANDES-SN, nos seus mais de 40 anos de história, de uma educação laica, pública, gratuita, de qualidade, antirracista, antimachista, antilgbtfóbica, anticapacitista e antissexista baseada na autonomia universitária e no tripé ensino-pesquisa-extensão, convidamos leitores e leitoras para refletir e construir o retorno presencial seguro e necessário

da educação superior pública e gratuita e a luta pela recomposição do financiamento público.

Prospectivas da pandemia sobre a educação superior pública

A realidade pandêmica imprimiu novos contornos à sociedade, especialmente na realidade brasileira, em que se viu um conjunto de sabotagens e indícios de esquemas de corrupção por parte do governo federal. Nesse marco, a educação superior pública, com centralidade para a realidade da rede federal, tornou-se palco de desastrosas ações antidemocráticas e um vigoroso processo de sucateamento de sua estrutura a partir do deliberado torniquete aplicado pelo governo Bolsonaro com o aval de Paulo Guedes e ministros da Educação no orçamento da educação superior federal, tanto no âmbito do ensino de graduação e de pós-graduação quanto no campo da pesquisa científica.

Essa política ganhou forma com a promulgação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, pelo governo de Michel Temer, que congelou o orçamento da seguridade social por 20 anos, a partir de 2018. A EC-95 estabeleceu uma estagnação do orçamento das principais pastas que desenvolvem políticas públicas ao definir apenas a inflação do exercício anterior, aferida pelo IPCA, como parâmetro para o exercício financeiro seguinte. Em virtude dessa delimitação, definida como Novo Regime Fiscal, ficou inviabilizada qualquer possibilidade de crescimento da oferta dos serviços públicos.

Em que pese o impacto negativo dessa política, no conjunto da saúde e da educação, a realidade tem se mostrado distinta a partir do governo Bolsonaro e da política desenvolvida pelo ministro da Economia Paulo Guedes. É claro que não no sentido de melhora, muito ao contrário, o agravamento dos cortes passou a ser a mola propulsora do desmonte das políticas públicas desse governo, com explícita defesa do desfinanciamento dos serviços públicos, especialmente da educação superior e do sistema de ciência e tecnologia.

Contudo, o governo não abandonou o sistema da dívida pública instaurado no país. Ao contrário:

o aperfeiçoou, com a ampliação dos recursos ao capital financeiro, que tem se valido dos dividendos da Petrobras, que anunciou, em fevereiro de 2022, a distribuição de R\$ 37 bilhões, ainda relativa ao exercício de 2021, perfazendo o total de R\$ 101 bilhões de lucro no ano anterior², às custas da alta dos preços dos combustíveis, pois somente a gasolina acumulou 46% de elevação em 2021³. Além do aviltante saque à população brasileira por meio da alta do custo de vida, o governo é responsável pela elevação dos gastos com a dívida pública, na somatória dos juros e encargos e da amortização da dívida, que, mês a mês, sequestra entre 40% a 50% do orçamento da União.

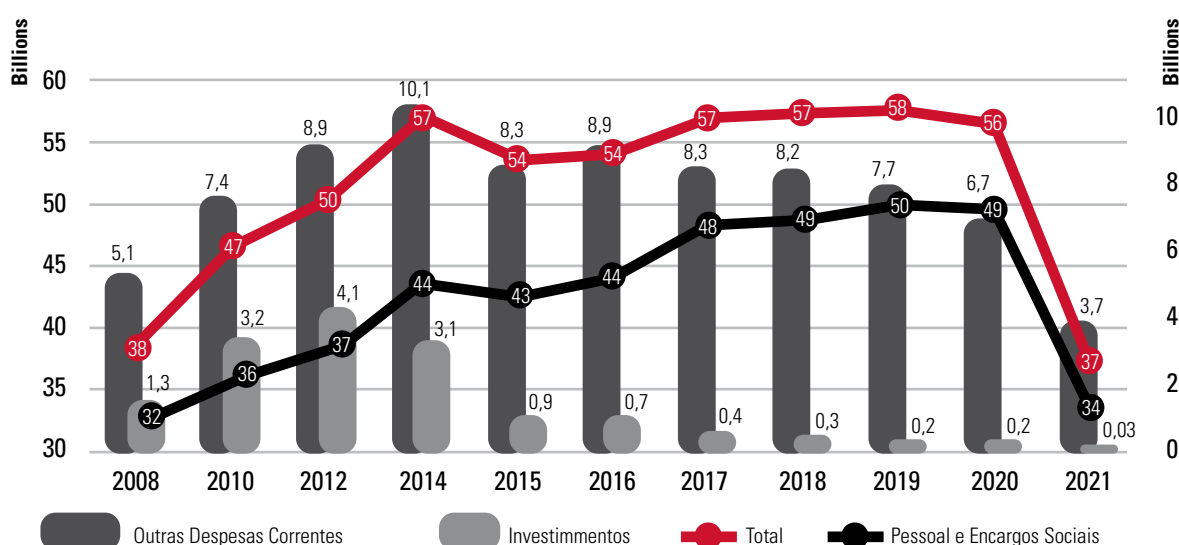
É nesse marco que a educação, especialmente a educação superior pública, tem se mobilizado para iniciar o retorno das atividades presenciais. Ainda sob uma realidade pandêmica, que dizimou mais de 660 mil vidas no Brasil, as universidades e institutos federais iniciaram ampla movimentação para retornar às atividades presenciais de ensino, de pesquisa e de extensão. Destaca-se que as atividades, em sua ampla maioria, foram mantidas no formato remoto, custeadas, na maioria das realidades, pelos docentes, técnicos e discentes.

Para realizar o retorno das atividades presenciais, existe um eixo central que necessita de mudanças profundas: o financiamento. O ano de 2021, no par-

ticular do cotidiano das universidades federais, foi o retorno à realidade de 2008, ao se visualizar significativos cortes no financiamento dessas instituições. Portanto, o penúltimo ano do governo Bolsonaro e Guedes fez a educação superior federal recuar 13 anos em termos de financiamento. Para os institutos federais, o retrocesso chegou ao ano de 2012, imprimindo um cenário de abandono da rede federal que oferta a educação profissional e tecnológica, de nível básico e superior, em 40 instituições no país, que, somadas às universidades federais, foram responsáveis, em 2020, pela garantia de 1.169.820 matrículas em cursos de graduação presenciais (INEP, 2022), somadas às 158.660 matrículas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da rede federal (GEOCAPES, 2021)⁴.

O gráfico 1 apresenta essa realidade de modo categórico, a partir dos dados disponibilizados pela Câmara Federal dos Deputados por meio do programa Orçamento Brasil, com valor atualizado pela inflação do período em análise, por meio do IPCA, para preços de janeiro de 2022. O que se observa, de imediato, no orçamento total das universidades federais, hoje em número de 69, é a explícita estagnação provocada pela EC 95, demarcando o impedimento de qualquer política de expansão do acesso à educação superior pública e gratuita. De 2017 a 2020, a média geral das universidades federais esteve estacionada em R\$ 57

Gráfico 1 - Execução Orçamentária das Universidades Federais por Grupo de Natureza da Despesa - Brasil - 2008-2021



Fonte: Câmara dos Deputados Federais (2008-2021). Valores corrigidos pelo IPCA para preços de janeiro de 2022. (Elaboração dos autores.)

bilhões, valor que só foi mantido pelo crescimento vegetativo dos gastos com pessoal, que aparecem no gráfico 1 por meio das linhas que se vinculam ao eixo esquerdo.

No âmbito dos recursos para manutenção do cotidiano das instituições, expresso por Outras Despesas Correntes (ODC), com a coluna cinza escuro vinculada ao eixo direito no gráfico 1, a realidade foi de queda real, despencando de R\$ 8,3 bilhões, em 2017, para R\$ 6,7 bilhões, em 2020, acumulando redução de 18,3%. Essa redução fez com que a média por instituição decrescesse de R\$ 131 milhões por ano para R\$ 97 milhões. Os recursos para investimento deixaram de ser contabilizados em bilhões de reais no período posterior à EC 95, de modo que a coluna cinza claro praticamente deixa de existir no gráfico, alcançando o *quantum* de R\$ 218 milhões em 2020.

O cenário de 2021 é catastrófico, descolado de qualquer precedente na história do financiamento da educação superior das universidades federais. Durante o período mais dramático da pandemia, o governo Bolsonaro orquestrou o maior sequestro do fundo público destinado às universidades federais e, contraditoriamente, ampliou os gastos com a dívida pública. De 2020 para 2021, a redução no orçamento global das universidades federais foi de 34%, subdivididos nos cortes de 32% com despesas de pessoal,

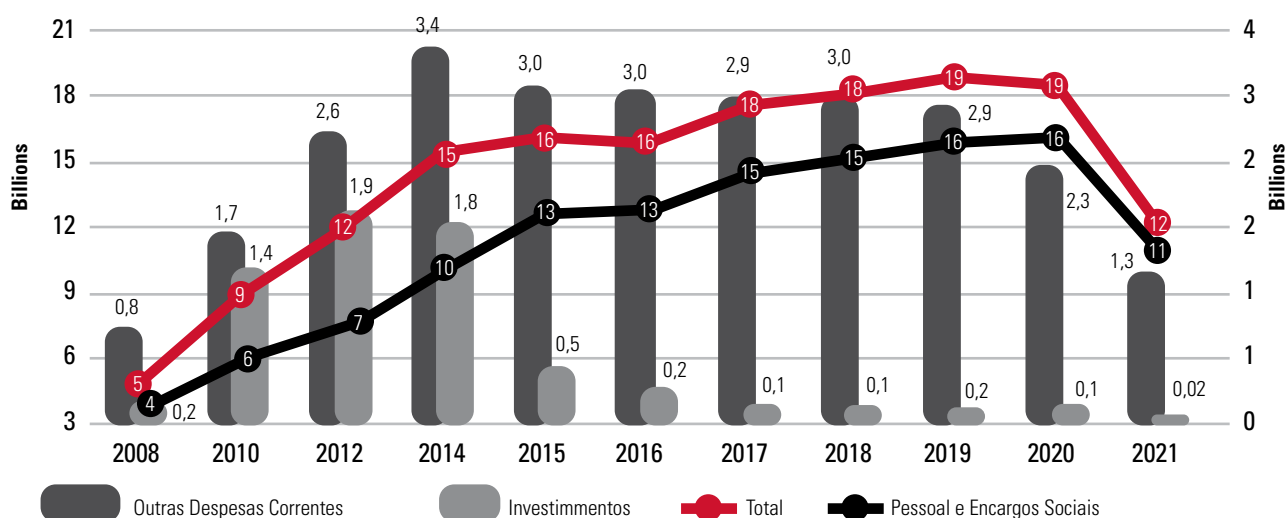
45% em ODC e 84% com as despesas de investimento. Se em 2020, no primeiro ano de pandemia, a média por instituição dos recursos para custeio ficou em R\$ 97 milhões, em 2021, esse valor caiu para R\$ 53 milhões – um corte que beirou os 45%.

Esse cenário de violento abandono da rede federal de educação foi sentido, também, pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A rede federal de educação tecnológica viu seu orçamento global recuar para o ano de 2012; portanto, um atraso de 10 anos. Do mesmo modo, as demais naturezas da despesa sofreram reduções reais decenais, como fica explícito nos dados presentes no gráfico 2.

Os cortes das despesas com a folha de pagamento chegaram a níveis equiparáveis a 2014 e, de modo mais incisivo, os recursos de ODC de 2021 ficaram abaixo do montante do ano de 2010, e as despesas totais em investimentos se apresentaram fora de qualquer outro ano do período em análise. A comparação possível, para as despesas totais executadas em 2021 com investimentos, é que elas foram 10 vezes menores do que em 2008. Portanto, esse é o peso do atraso imposto pelo governo de Bolsonaro e Guedes à educação tecnológica gerido pelo Ministério da Educação (MEC).

No mesmo diapasão, em universidades federais, os cortes de 2020 para 2021 foram significativos.

Gráfico 2 - Execução Orçamentária dos Institutos Federais por Grupo de Natureza da Despesa - Brasil - 2008-2021



Fonte: Câmara dos Deputados Federais (2008-2021). Valores corrigidos pelo IPCA para preços de janeiro de 2022. (Elaboração dos autores.)

Em pessoal, a redução de aproximadamente R\$ 16 bilhões para R\$ 11 bilhões correspondeu a 32%; no ODC, o decréscimo de R\$ 2,3 bilhões para R\$ 1,3 bilhão significou perda de 42%; e, por fim, os investimentos foram responsáveis pela maior queda, reduzindo de R\$ 106 milhões para R\$ 17 milhões, com impacto negativo de 83%. O valor médio anual para a manutenção diária das atividades na rede federal de educação tecnológica foi reduzido de R\$ 57 milhões, em 2020, para R\$ 33 milhões, em 2021, perfazendo uma baixa de 42%.

Esse é o cenário formatado pela política de sucateamento da educação pública federal, que ganha corpo no governo Temer e é impulsionada pelo governo Bolsonaro. As ações necessárias para o ano de 2022, que implica no retorno presencial das atividades, coloca em xeque o êxito dessa política diante do quadro de redução significativa do orçamento para essas instituições de ensino, assim como, nos dois anos mais dramáticos da pandemia no país, a ciência e a tecnologia foram impactadas pelos elevados cortes, justamente os setores da sociedade que mais se lançaram no enfrentamento à pandemia e seus diversos impactos na vida da população brasileira.

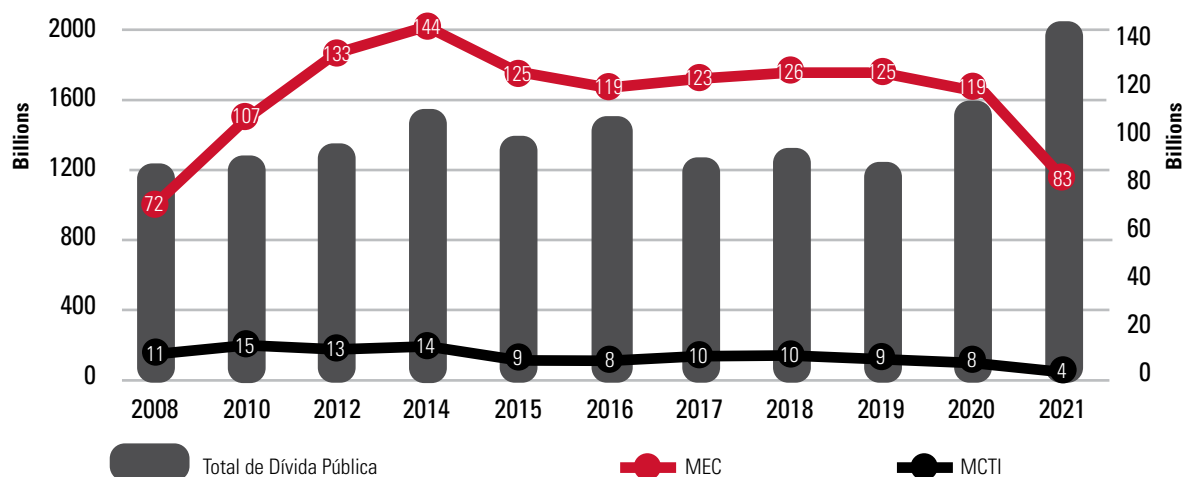
O impacto da pandemia no sistema de educação federal e nas ações desenvolvidas pelas agências de fomento à pós-graduação *stricto sensu* e de ciência e

tecnologia, com foco para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que congregam os maiores orçamentos para essas áreas em nível federal, com o primeiro vinculado ao MEC e o segundo ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), não foi diferente do observado na rede federal de educação superior.

Se de um lado, a partir dos dados presentes no gráfico 3, observa-se paulatina redução a partir de 2014, seguida da estagnação que se inicia em 2016 e do grave quadro de recessão forçada no segundo ano de governo Bolsonaro nos orçamentos do MEC e do MCTI, de outro, observa-se o crescimento gradual, a partir de 2019, dos recursos destinados para o sistema da dívida pública federal, tal como sistematicamente tem analisado e denunciado a Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) centralmente em seu boletim de abril de 2022, no qual é apresentado o sistema da dívida pública em contraste com as despesas com pessoal⁵.

Conforme os dados do gráfico 3, de 2019 a 2021, as despesas com a dívida pública federal saltaram de R\$ 1,2 trilhões para R\$ 2,0 trilhões, acumulando, dessa forma, alta de 66% em três anos. A partir do eixo do lado direito do gráfico 3, observa-se a derro-

Gráfico 3 - Execução Orçamentária do Total da Dívida Pública Federal, do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - 2008-2021



Fonte: Câmara dos Deputados Federais (2008-2021). Valores corrigidos pelo IPCA para preços de janeiro de 2022. (Elaboração dos autores.)

cada do orçamento do MEC e do MCTI. No mesmo período, as despesas totais do MEC reduziram de R\$ 125 bilhões para R\$ 83 bilhões, decrescendo em 33%; por sua vez, a realidade do MCTI foi de maior queda, com cortes que foram de R\$ 9,4 bilhões para R\$ 4,0 bilhões no período de 2019 a 2021, acumulando queda de 57%.

Portanto, ficam explícitas as prioridades do atual governo, a começar pelos desastrosos e irresponsáveis indivíduos que assumiram a pasta do Ministério da Educação de 2019 até o atual momento. Basta ver o episódio do pedido de demissão do último ministro, Milton Ribeiro, a partir do escândalo de mais um gabinete paralelo que negociava desembolso de recursos do MEC por meio da intermediação de pastores ligados a ele, que cobravam propina em dinheiro e até em ouro. Constatação esta feita pela Comissão de Educação do Senado Federal, ao ouvir cinco prefeitos (CUNHA, 2022).

Portanto, ficam explícitas as prioridades do atual governo, a começar pelos desastrosos e irresponsáveis indivíduos que assumiram a pasta do Ministério da Educação de 2019 até o atual momento. Basta ver o episódio do pedido de demissão do último ministro, Milton Ribeiro, a partir do escândalo de mais um gabinete paralelo que negociava desembolso de recursos do MEC por meio da intermediação de pastores ligados a ele, que cobravam propina em dinheiro e até em ouro.

Está nítido que o projeto do governo Bolsonaro para com a educação e a ciência e tecnologia é de completo abandono, fundamentada na linha de negação do conhecimento científico, da desqualificação da educação superior da rede federal e da perseguição àqueles e àqueles que constroem cotidianamente essa política pública para abrir margem ao discurso de privatização. Tanto para 2022 quanto para o próximo ano, as perspectivas, conforme alerta a ACD, é de manutenção do projeto de sucateamento do Estado⁶.

A perspectiva que paira sobre a educação superior, no marco da pandemia da Covid-19, na etapa do retorno presencial das atividades de ensino, é de execução do projeto ultraneoliberal que se reveste do “[...] reacionarismo violento – neofascista –, que se

evidencia em discursos e ações de criminalização das lutas sociais e do pensamento de esquerda, que fortalece o negacionismo e persegue a autonomia da pesquisa, da formação e da produção de conhecimento, com ataques virulentos contra as universidades públicas” (BOSCHETTI; BEHRING, 2021, p. 73).

Desafios do movimento docente e das comunidades acadêmicas

Em março de 2020, quando a pandemia do novo coronavírus foi declarada, a Organização Mundial da Saúde (OMS), indicou que o procedimento necessário para o controle da expansão do vírus era o isolamento social. O mundo ainda estava em busca de compreender a origem, os efeitos, as consequências e as formas de prevenção ao vírus, e milhares de pessoas passaram a morrer diariamente pela contaminação da Covid-19. Independente do desejo dos governantes e dos senhores dos capitais, a única “fórmula” era o isolamento, até que a ciência descobrisse vacinas e/ou medicamentos para combater o SARS-CoV-2.

De formas distintas, os países foram se adaptando à nova realidade e buscando formas para tentar enfrentar a pandemia: dos que tiveram a reação imediata de buscar a pouco científica “imunização de rebanho” aos que fecharam cidades para evitar a circulação de pessoas e a consequente ampliação da contaminação, em meio a sistemas hospitalares superlotados e chegando ao colapso. Condição de alguns estados brasileiros, em especial a trágica situação de Manaus, que evidenciou o sucateamento e o desfinanciamento da saúde pública sob uma orientação geral: manter os lucros acima da vida. Como afirma Marx (2001, p. 724), “um modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes”, seja através da exploração, da extração da mais-valia ou da mercantilização da vida.

A máxima do capitalismo – transformar tudo em mercadoria – revelou-se de forma drástica na pandemia. Enquanto a pandemia, mais uma vez, evidenciou a desigualdade do mundo, com o aumento do desemprego e do subemprego mundial, o aumento da fome e do pauperismo, o acesso diferenciado à

possibilidade de isolamento social e, posteriormente, às vacinas, uma nova camada de novos ricos se formava, e a indústria farmacêutica batia recordes de lucro.

Na particularidade brasileira, algumas situações realçaram essa realidade mundial. O desemprego, mesmo após a contrarreforma trabalhista do governo Michel Temer (2016-2018), segundo o IBGE⁷, atingiu patamares nunca vivenciados, levando mais de 14 milhões de trabalhadores e trabalhadoras ao desemprego e formando cerca de 6 milhões de desalentados. Enquanto em Manaus pessoas morriam asfixiadas por ausência de oxigênio⁸, uma lista de novos ricos formava-se no mundo e, segundo a Forbes, entre eles, 10 novos milionários⁹ brasileiros. No momento em que o país retornou ao mapa da fome e as filas para pegar ossos se multiplicaram pelo país, como demonstraram os meios de comunicação, os ricos fizeram fila para comprar iates de luxo¹⁰.

Assim, as contradições inerentes à lógica de desenvolvimento capitalista fizeram-se presentes em todas as dimensões de nossa sociabilidade. Exacerbada pela pandemia, o processo de mercadorização da vida intensificou-se, seja pela invisibilização da força de trabalho, paulatinamente submersa no mundo digital, ou pela evidenciação do “preço” da vida, através dos inúmeros e sucessivos casos de corrupção dos processos de aquisição de medicamentos, matérias e equipamentos para a montagem de novos espaços para atendimento do SUS à população.

Na educação pública superior, esse processo revelou-se com especificidades não menos contraditórias e graves, mas absolutamente subsumidas à lógica da educação como mercadoria e mediada pela tecnologia. Lógica que há três décadas os organismos internacionais já reivindicavam como alternativa para a América Latina. Transformando uma tragédia em oportunidade, ainda em março de 2020, alguns dias após a OMS declarar a pandemia da Covid-19, a UNESCO e outras entidades lançam a “Coalisão Global de Educação”, que, segundo sua página na internet¹¹, “é uma plataforma de colaboração e intercâmbio para proteger o direito à educação” durante a pandemia. Em seguida, o texto explicita que a coalizão é uma “parceria multisetorial para oferecer educação a distância adequada a todos os estudantes”.

Na esteira de aproveitar a “oportunidade” e fazer do momento da pandemia um verdadeiro “balão de ensaio” ou uma oportunidade de “passar a boiada”, o Banco Mundial, em maio de 2020, lança o documento “Covid-19: *impacto en la educación y respuesta de política pública*”, que, entre outras coisas, afirma:

A medida que el sistema escolar se estabilice, los países podrán utilizar la innovación del período de recuperación para “reconstruirse mejor” y acelerar el aprendizaje. La clave: no repetir las fallas que tenían los sistemas antes de la pandemia, sino apuntar a construir sistemas más adecuados que permitan que todos los estudiantes aprendan de manera acelerada (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 5).

Em um processo simbiótico entre os apontamentos da burguesia internacional expressos nos documentos dos organismos internacionais e a adesão da burguesia nacional (que no Brasil encontra na extrema-direita protofascista do governo Bolsonaro um dos seus expoentes), passamos a vivenciar no período pandêmico a adesão de uma realidade de trabalho remoto na educação superior pública, que se concretizou como uma experimentação frutífera para o projeto neoliberal.

Para os defensores da vida e da ciência, o isolamento social foi, durante quase dois anos, uma das formas mais eficazes de evitar o contágio e o risco de mortes e de defender a vida, o que levou as comunidades acadêmicas a aderirem ao trabalho remoto; por outro lado, para os defensores das *fake news*, das privatizações, do “combate” aos supostos comunistas, do desfinanciamento da educação e da ciência e tecnologia, o período de trabalho remoto nas universidades, institutos federais e Cefet foi um balão de ensaio, buscando passivizar ações que até então sofriam resistência de parte da comunidade acadêmica, com a normatização e a naturalização de parte do trabalho de forma remota, fortalecendo o híbrido.

Desde o início da implantação do trabalho remoto, em março de 2020, as formas adotadas pelas instituições de ensino públicas foram, em sua maioria, pouco democráticas e com baixíssimo envolvimento da comunidade acadêmica. Algumas universidades, compreendendo que o mais importante era dar continuidade às atividades de ensino, sem ne-

nhum diálogo, sem preparação por parte da comunidade acadêmica, sem adaptações e sem estrutura, realizaram ainda no mês de março a transposição do ensino presencial para o remoto. Como se fosse possível transpor a sala de aula e os processos pedagógicos, sem mediações, sem adaptações, de forma automática para as telas de computadores, *tablets* e celulares. Nesse processo, entre tudo o que foi absolutamente autoritário e de esvaziamento do processo de aprendizagem, merecem destaque duas questões: i) a imposição da transposição do ensino presencial para o remoto, sem sequer passar pelo conselho superior da maior parte das instituições já sinalizava o viés autoritário das administrações centrais, que, em sua maioria, estavam entre as universidades federais, com intervenção do Ministério da Educação no processo de nomeação dos/as reitores/as; e ii) o não

A ausência de preparação das instituições no que se refere à infraestrutura necessária, para um período em que a pandemia ainda não acabou, a ausência de projetos e programas que buscam sanar os déficits de aprendizagem e conteúdo derivados do período de ensino remoto para os discentes, a ausência de uma política institucional de acolhimento à comunidade acadêmica, a não implementação real de um plano sanitário e a não explicitação, por parte das reitorias, sobre o (des) financiamento das instituições de ensino apontam para o fato de, em regra, estarem novamente deixando sobre a responsabilidade dos/as docentes o retorno presencial, seja no que se refere à política pedagógica ou às questões financeiras para a estruturação do trabalho presencial.

levantamento das condições reais de garantir acesso à educação mediada pela tecnologia gerou: a) para os estudantes, o abandono e a desmotivação de parte dos discentes e b) para os docentes, a imposição de gastos financeiros para transformar suas casas em salas de aula virtuais.

Em outras instituições de ensino, quase todas marcadas por processos pouco ou nada democráticos de debate sobre o trabalho remoto, foram desconsideradas as condições reais de docentes, discentes e servidores/as técnicos/as-administrativos/as para exercer o trabalho e o estudo remoto. Foram desprezadas, em sua maioria, as condições reais geradas pela pan-

demia, que também se abateu sobre a comunidade acadêmica, que perdeu entes queridos e adoeceu, seja de Covid-19 ou de outras doenças potencializadas nesse período, em especial as relacionadas à saúde emocional e mental.

Contraditoriamente, as universidades que também são espaço de produção de ciência, em sua prática, foram, nesse período e no que se refere à pandemia e seus desdobramentos, pouco pautadas pela ciência. Inúmeras instituições tardaram em fazer levantamentos reais sobre as condições de vida e de acesso tecnológico de sua comunidade acadêmica para garantir uma política de acesso e não uma política de exclusão. A maior parte das instituições, ainda hoje, não dispõe de um controle sobre os membros de sua comunidade que adoeceram e faleceram pela Covid-19. Não está sinalizado pelas instituições o desenvolvimento de pesquisas e levantamentos para mensurar o impacto do ensino remoto emergencial durante dois anos e seus rebatimentos para a formação discente, e poucas instituições estão ofertando apoio psicológico para a comunidade acadêmica, desprezando o período de absoluta excepcionalidade que vivenciamos e que gerou inúmeras consequências à saúde.

Mas, apesar dessas ações pouco científicas, as instituições de ensino começam a retornar ao trabalho presencial, como se os dois anos que passaram tivessem sido apenas um pequeno lapso temporal. A ausência de preparação das instituições no que se refere à infraestrutura necessária, para um período em que a pandemia ainda não acabou, a ausência de projetos e programas que buscam sanar os déficits de aprendizagem e conteúdo derivados do período de ensino remoto para os discentes, a ausência de uma política institucional de acolhimento à comunidade acadêmica, a não implementação real de um plano sanitário e a não explicitação, por parte das reitorias, sobre o (des)financiamento das instituições de ensino apontam para o fato de, em regra, estarem novamente deixando sobre a responsabilidade dos/as docentes o retorno presencial, seja no que se refere à política pedagógica ou às questões financeiras para a estruturação do trabalho presencial. Assim, há a implementação de uma lógica imposta pelo corte de recursos, como identificado na parte anterior desse artigo.

Práticas já existentes anteriormente à pandemia, com as quais parte da comunidade acadêmica guardava reservas, capilarizaram-se no período do ensino remoto emergencial, alçando o *status* de permanente no retorno presencial. Diante da ausência de recursos para o convite de palestrantes externos, em especial de convidados/as de outros estados, para participar de atividades acadêmicas como bancas de pós-graduação, palestras, mesas redondas, seminários e cursos, entre outros, o modo remoto parece sinalizar-se como a “alternativa”. Em alguns casos, mesclando uma parte presencial (de participantes locais), com o convidado *on-line*, normatiza-se e normaliza-se o híbrido. Não que essas possibilidades não possam existir, mas o fato a ser questionado é: ao normatizar essa forma de ação, os recursos financeiros serão ainda mais reduzidos, fazendo de possíveis escolhas a regra geral para todo o sistema superior de ensino público? Tudo indica que sim!

O mesmo acontece com as inúmeras reuniões da vida acadêmica, as orientações de discentes de graduação e pós-graduação e as reuniões de projetos de pesquisa e extensão. Uma imposição de manutenção de forma remota de práticas absorvidas durante o ensino remoto emergencial, que hoje se relacionam com a redução das verbas para as instituições de ensino (que inclui redução para a assistência estudantil) e também com a ampliação da pobreza e do desemprego que atingiu parte dos discentes e de suas famílias.

A possibilidade de um ensino 100% remoto está explicitado no projeto do governo federal intitulado Reuni Digital, lançado em 2021 como um horizonte para uma educação pública de poucos recursos, aliageirada, massificada e na qual o trabalho do professor pode ser substituído pelo do tutor, a exemplo do que muitas instituições privadas de ensino superior fizeram durante a pandemia. A já antiga indicação dos organismos internacionais para a educação terciária da América Latina parece alçar outros voos, com a “oportunidade” que a pandemia impôs com o ERE.

Como afirmaram Farage, Costa e Silva (2021, p. 253), “essas transformações, que impactam o cotidiano dos professores e dos estudantes e implicam na alteração da *forma ser-essência* da educação, esbarram na absoluta dificuldade de organização da classe trabalhadora”, com implicações estruturantes para as

universidades públicas e para a formação. A naturalização do trabalho remoto, ou híbrido, pouco a pouco vai retirando os docentes dos locais de trabalho. O encontro com os docentes, em reuniões presenciais e atividades diversas, elemento estruturante do trabalho de base para o movimento sindical, que ficou absolutamente inviabilizado no período da pandemia e do trabalho remoto, permanece como um desafio na medida em que parece haver uma tendência à incorporação do híbrido para determinadas atividades que não sejam as de sala de aula. Então, faz-se necessário refletir sobre essa dificuldade adicional do trabalho mediado por tecnologias na educação. Além de todas as perdas amplamente debatidas, é necessário acrescentar a dificuldade para a mobilização e organização dos/as docentes.

Vale destacar que o retorno presencial do trabalho na educação superior pública colocará a comunidade acadêmica diante de instituições que vivem em 2022 com um dos menores orçamentos dos últimos dez anos. Justamente no momento em que mais recursos são necessários, se considerarmos: i) que será

A possibilidade de um ensino 100% remoto está explicitado no projeto do governo federal intitulado Reuni Digital, lançado em 2021 como um horizonte para uma educação pública de poucos recursos, aliageirada, massificada e na qual o trabalho do professor pode ser substituído pelo do tutor, a exemplo do que muitas instituições privadas de ensino superior fizeram durante a pandemia.

necessário adaptar estruturas após dois anos de prédios fechados e equipamentos parados; ii) que haverá maior demanda para bolsas de assistência estudantil, diante do pauperismo que atinge parte dos discentes; iii) que os valores das bolsas devem ser reajustados diante da inflação que se ampliou nos últimos dois anos; iv) que serão necessários mais subsídios para garantir restaurante universitário com valor baixo e acessível aos estudantes; v) que será preciso maior investimento em tecnologia para que as estruturas das instituições sejam adaptadas para atividades remotas e híbridas; e vi) que também será demandado maior investimento em pesquisa, extensão e laboratórios

como forma de auxiliar na superação das defasagens no processo de ensino-aprendizagem geradas no período da pandemia.

Nesse quadro de retrocesso civilizatório que vivemos no Brasil e que se acirrou com a ascensão da extrema-direita, que, através de uma relação simbiótica entre uma perspectiva conservadora-militarizada-miliciana-fundamentalista propagou a perspectiva anticiência e elegeu a educação e o funcionalismo público como seus inimigos, a luta em defesa da universidade pública torna-se ainda mais desafiadora. Nessa conjuntura, devemos considerar: os processos de intervenção do governo federal junto à nomeação de reitores/as que não foram os/as mais votados/as na consulta pública realizada com a comunidade acadêmica; a proliferação de movimentos conservadores no interior das comunidades acadêmicas das instituições públicas; a expansão de ações que buscam o cerceamento da autonomia docente, quase

Nesse quadro de retrocesso civilizatório que vivemos no Brasil e que se acirrou com a ascensão da extrema-direita, que, através de uma relação simbiótica entre uma perspectiva conservadora-militarizada-miliciana-fundamentalista propagou a perspectiva anticiência e elegeu a educação e o funcionalismo público como seus inimigos, a luta em defesa da universidade pública torna-se ainda mais desafiadora.

sempre pautadas em assédio moral; a divulgação de *fake news* que buscam desmoralizar a educação pública superior, qualificando-a como espaço de “comunistas” ou de desordem e de produção e consumo de drogas ilícitas (como declarou o ex-ministro Abraham Weintraub, posteriormente denunciado pelo Ministério Público Federal de Brasília¹²); e a imbricação entre a política do Ministério da Educação e o fundamentalismo religioso, que foram a principal causa da saída do então ministro da Educação e pastor Milton Ribeiro¹³, entre outras ações que indicam um retrocesso para a política de educação pautada em uma perspectiva fascizante.

Considerando que o governo Bolsonaro, desde seu início, intensificou o processo de sucateamento

da educação pública superior, merecem destaque as tentativas de uma nova reconfiguração da educação superior, que atingem política e pedagogicamente as universidades, como: i) o projeto Future-se, lançado em julho de 2019¹⁴; ii) as intervenções nas eleições de reitores/as, que já atingem cerca de 22 instituições; iii) o projeto Reuni Digital, apresentado em 2021; iv) a criação da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Afebras), em fevereiro de 2022¹⁵, para buscar competir com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e aglutinar os/as reitores/as interventores/as; e v) o maior corte de verbas dos últimos 13 anos. Ainda assim, merece registro que esse processo aprofunda-se ancorado em experiências e ações anteriores, forjadas no âmbito do processo de refuncionalização do Estado, que tem suas raízes no projeto neoliberal ainda nos governos Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), com o projeto do Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE), com suas diretrizes espalhadas em todos os demais governos.

É nesse contexto, entre a pauta conservadora e reducionista da educação a um projeto exclusivo de certificação em larga escala, de mercantilização, com pouca ou nenhuma relação com as demandas do mundo do trabalho e com orçamento reduzido, que pouco a pouco a universidade pública vai sendo reconfigurada, tendo no período do ERE um balão de ensaio para um projeto de “novo normal”. Questionar o chamado “novo normal” e as consequências desastrosas do período excepcional da pandemia e do ensino remoto parece ser uma tarefa cotidiana para os que defendem uma universidade pública de qualidade, que precisa de orçamento e estruturação para desenvolver sua finalidade precípua pautada no ensino-pesquisa-extensão. Normalizar a precarização gerada pela ausência de recursos ou mesmo pela incorporação de práticas de uma educação remota ou híbrida pode incidir na invisibilização do processo pedagógico dialógico da educação e também dos próprios professores.

Reflexões para continuar o debate

As reflexões apresentadas buscam trazer como elementos para o diálogo duas dimensões de um mesmo processo de refuncionalização do público e reestruturação da educação superior pública, a saber: 1) o desfinanciamento da educação pública superior – com recorte na análise das instituições federais; e 2) os desafios políticos e pedagógicos para a não naturalização de uma educação esvaziada de seu sentido dialógico, coletivo e presencial.

As reverberações do processo intensificado pelo período pandêmico, tanto no que tange à redução dos recursos financeiros como nas mudanças pedagógicas e nas limitações impostas pela educação emergencial remota, serão, de fato, mensuradas com o passar do tempo. O retorno presencial, em breve, dará visibilidade aos cortes, diante de instituições de ensino ainda mais precarizadas e, possivelmente, como já se anunciava antes da pandemia, sem recursos suficientes para garantir a realização do tripé ensino-pesquisa-extensão. Por outro lado, os efeitos de uma educação mediada pela tecnologia, que exige de docentes e discentes um esforço para recuperar conteúdos e buscar diminuir as defasagens pedagógicas e teóricas, permanecem como desafio e devem nos instigar na busca de alternativas efetivas.

Em ambos os casos, está posto para as comunidades acadêmicas e para o movimento docente o desafio de revigorar as lutas, a mobilização e a organização coletiva para a defesa de uma universidade pública de qualidade e para todos e todas. **US**

notas

1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: 06 abr. 2022.

2. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2022/02/23/conselho-da-petrobras-autoriza-pagamento-de-dividendos-em-maio.ghtml>. Acesso em: 11 abr. 2022.

3. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/gasolina-subiu-cerca-de-46-nos-postos-em-2021-diz-anp/#:~:text=O%20pre%C3%A7o%20da%20gasolina%20subiu,diesel%20tamb%C3%A9m%20teve%20alta%20semelhante>. Acesso em: 11 abr. 2022.

4. Banco de dados disponível no site do Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES, com atualização de 05 nov. 2021. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 11 abr. 2022.

5. Ver mais em Auditoria Cidadã da Dívida, na matéria de 13 abr. 2022 intitulada “Por que sobra dinheiro para juros e falta para o reajuste de servidores públicos? Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/por-que-sobra-dinheiro-para-juros-e-falta-para-o-reajuste-de-servidores-publicos>. Acesso em: 15 abr. 2022.

6. Ver mais em Auditoria Cidadã da Dívida, na matéria de 26 abr. 2022 intitulada “Projeto de sucateamento do Estado segue com a LDO de 2023”. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/projeto-de-sucateamento-do-estado-segue-com-a-ldo-de-2023>. Acesso em: 15 abr. 2022.

notas

7. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 09 abr. 2022.

8. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/02/14/crise-do-oxigenio-um-mes-apos-colapso-em-hospitais-manaus-ainda-depender-de-doacoes-do-insumo.ghtml>. Acesso em: 09 abr. 2022.

9. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/04/brasil-tem-10-novos-bilionarios-no-ranking-de-2021/>. Acesso em: 09 abr. 2022.

10. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/preco-para-furar-fila-de-iate-zero-quilometro-chega-a-4-milhoes-de-reais/>. Acesso em: 09 abr. 2022.

11. Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse/globalcoalition>. Acesso em: 09 abr. 2022.

12. Disponível em: <https://exame.com/brasil/mpf-pede-condenacao-de-weintraub-por-falas-sobre-universidades-publicas/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

13. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ministro-da-educacao-entrega-cargo-apos-farfa-dos-pastores/a-61285522>. Acesso em: 23 abr. 2022.

14. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/52641>. Acesso em: 23 abr. 2022.

13. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/02/nova-entidade-reune-reitores-nomeados-por-bolsonaro-sem-vencerem-eleicao.shtml>. Acesso em: 23 abr. 2022.

- BANCO MUNDIAL. **COVID-19: impacto en la educación y respuesta de política pública**. Banco Mundial, Washington, DC, 2020. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/33696/148198SP.pdf?sequence=6&isAllowed=y>. Acesso em: 06 mar. 2021.
- BOSCHETTI, Ivanete; BEHRINGB, Elaine R. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário [da] Câmara [dos] Deputados [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 15 abr. 2022.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. **Execução da Lei Orçamentária Anual da União**. Banco de Dados. 2008-2021. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/loa>. Acesso em: 19 abr. 2022.
- CUNHA, Marcella. **Prefeitos confirmam pedido de propina para liberar recursos no MEC**. Notícias. Senado Federal. 5 abr. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/04/05/tres-prefeitos-confirmam-pedido-de-propina-para-liberar-recursos-no-mec>. Acesso em: 28 abr. 2022.
- GEOCAPES, 2020. Banco de dados disponível no site do Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES, com atualização de 5 nov. 2021. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 11 abr. 2022.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2020. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- MARX, Karl. **O Capital**. (Crítica da Economia Política). O Processo de Produção Capitalista. Livro 1. Vol. II - 2ª ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Cap. XXIII.
- UNESCO. **Coalizão Global de Educação**. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse/globalcoalition>. Acesso em: 06 mar. 2021.

referências

A Universidade na pandemia: defesa da vida ou recrudescimento da austeridade?

Daniele Batista Brandt

Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
E-mail: daniele.brandt@uerj.br

Juliana Fiuza Cislaghi

Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
E-mail: fiuzajuliana@yahoo.com.br

Resumo: O artigo aborda as ações do governo federal e das autoridades locais frente à pandemia de Covid-19 nas instituições de ensino superior públicas brasileiras que deflagram um quadro de disputa entre retorno presencial imediato versus a continuidade do ensino remoto emergencial. Está baseado em pesquisa bibliográfica e documental em fontes acadêmicas e legais produzidas no período pandêmico. Os resultados demonstram que tal disputa teve maior impacto nas IEES/IMES, conforme arco de alianças do governo federal em nível local, mas que, em comum, todas as instituições de ensino superior enfrentam grandes desafios para o retorno presencial, diante da agudização das contradições do capitalismo brasileiro, no qual o argumento da defesa da vida ganhou um novo sentido, apropriado pela perspectiva do recrudescimento da austeridade. Como conclusão, aponta que, em um contexto epidemiológico favorável, um novo sentido deve lhe ser atribuído: a defesa da própria Universidade como condição para a defesa da vida.

Palavras-chave: Universidade. Pandemia. Ensino Remoto Emergencial. Retorno Presencial. Austeridade.

Introdução

*“Cada momento cria um novo limite
E o último instante é o que vem depois”
(Todo dia é o fim do mundo, música de Lula Queiroga)*

O presente artigo aborda as transformações no cotidiano das universidades públicas brasileiras durante a pandemia de Covid-19, situação sanitária oficialmente declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em março de 2020 e que se prolonga até o momento da escrita destas linhas, em meio ao luto pelas mais de 6.3 milhões de mortes no mun-



do, das quais 665 mil no Brasil¹. Tem como objetivo problematizar a suspensão das atividades presenciais não essenciais enquanto medidas de preservação da saúde e da vida da comunidade acadêmica, mas que, contraditoriamente, reforçam as diretrizes da austeridade fiscal nas universidades brasileiras.

Os resultados da investigação, bibliográfica e documental, serão desenvolvidos durante a exposição de: 1. retrospectiva das principais ações do governo federal relativas às universidades nos primeiros dois anos de pandemia; 2. problematização das iniciativas de ensino remoto e de retorno presencial após um ano de pandemia pelas autoridades locais; 3. discussão sobre as condições necessárias para convivência com a covid-19 nas instituições de ensino superior; e 4. algumas considerações sobre os desafios da comunidade acadêmica – em especial, do movimento docente – frente a este cenário.

2020: ensino remoto emergencial e pressão pelo retorno presencial

A emergência de saúde pública decorrente da Covid-19² significou uma cesura na experiência cotidiana da vida universitária, tal como se conhecia até então. Em março de 2020, todas as atividades realizadas nas universidades presenciais foram suspensas, exceto as de assistência à saúde e de pesquisa relacionada com a pandemia, consideradas como essenciais³. E, posteriormente, as atividades de ensino foram autorizadas mediante a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais (BRASIL, 2020c).

Em um primeiro momento, a maioria das instituições de ensino superior públicas não teve condições para tal substituição, uma vez que a modalidade de ensino a distância (EaD) ou não estava prevista no projeto político pedagógico da maioria dos cursos

oferecidos⁴ ou os cursos não possuíam meios e tecnologias de informação e comunicação adequados à escala dessa nova demanda. Ao mesmo tempo, o orçamento das universidades havia sofrido significativos cortes de verbas que comprometiam seu custeio, mesmo antes da pandemia⁵. Por outro lado, com exceção das normas excepcionais sobre o ano letivo de 2020 editadas no mês de abril⁶, não havia diretrizes nacionais claras, que orientassem as instituições de ensino, nos diferentes níveis, durante a pandemia. Frente a esse fato, o Conselho Nacional de Educação (CNE) passou a emitir sistemáticos pareceres para a reorganização do calendário escolar e a normatização do ensino não presencial nesse contexto⁷.

O ensino não presencial entrou em vigor nas instituições de ensino superior brasileiras, autorizando a oferta de aulas em plataformas digitais institucionais ou, em sua maioria, em plataformas privadas. Esse cenário foi fértil para as grandes empresas de tecnologia que dominam o mercado, dentre as quais: *Alfabeth/Google, Amazon, Apple, Facebook* e

Alfabeth, atribuindo aos docentes a responsabilidade exclusiva pelo seu trabalho. Assim, o ensino remoto emergencial aprofundou o cenário de intensificação e precarização do trabalho docente, levando os profissionais à exaustão e consequente esgotamento da saúde (MENEZES *et al.*, 2021). Nesse período, houve grande número de mortes e adoecimento de docentes por Covid-19, além do surgimento de outras morbidades, como agravos à saúde mental. De acordo com o boletim do DIEESE, publicado em junho de 2021⁹, a educação foi o setor com maior número de contratos extintos em virtude de óbito em 2021, expressando um aumento de 128% nos primeiros quatro meses do ano, em comparação com o mesmo período de 2020.

Se, no primeiro semestre de 2020, o ensino não presencial foi apresentado como alternativa para a continuidade das atividades, no segundo semestre de 2020, o retorno presencial passou a ser pautado pelo MEC, em sintonia com o discurso presidencial. No mês de julho¹⁰, foi lançado o “Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas Instituições Federais de Ensino” (BRASIL, 2020h)¹¹. Além disso, o tema foi discutido no CNE, que recomendou cuidadoso planejamento do retorno gradual, conforme expresso no Parecer CNE/CP nº 11/2020 (CNE, 2020b). Em seguida, foi editada a Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020 (BRASIL, 2020j), que estabeleceu as normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública, regulamentada pela Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020 (CNE, 2020d). O longo intervalo entre ambas foi motivado pela polêmica quanto à data para retorno, tendo em vista que o CNE previa, em seu primeiro projeto de resolução, apresentado pelo Parecer CNE/CP nº 15, de 6 de outubro de 2020, a oferta de atividades não presenciais até 31 de dezembro de 2021¹²:

Art. 31. O período de referência a ser considerado para a oferta das atividades escolares e acadêmicas não presenciais, estabelecidas pela Lei nº 14.040/2020, para todos os níveis, etapas, formas e modalidades de educação e ensino, da educação nacional, é até 31 de dezembro de 2021 (CNE, 2020c, p.17).

Essas *big techs* ofereceram aos governos parcerias “gratuitas”, que incluíam licenças temporárias e treinamentos para uso de seus produtos voltados ao mercado educacional. Cabe ressaltar que tais empresas detêm o monopólio de dados de usuários, influenciando não apenas os modos de produção e circulação, mas especialmente os modos de vida, incluindo a política.

Microsoft. Essas *big techs* ofereceram aos governos parcerias “gratuitas”⁸, que incluíam licenças temporárias e treinamentos para uso de seus produtos voltados ao mercado educacional. Cabe ressaltar que tais empresas detêm o monopólio de dados de usuários, influenciando não apenas os modos de produção e circulação, mas especialmente os modos de vida, incluindo a política. Nesse sentido, como destacado por Almeida e Moreira (2020), as informações de professores e estudantes das instituições de ensino brasileiras passaram a integrar o “ativo” dessas corporações.

Contudo, foi implementado sem que fossem assegurados direitos e condições adequados para a sua re-

Nesse interregno, o MEC tentou emplacar duas portarias impondo um retorno presencial mais breve: a nº 1.030, de 1 de dezembro de 2020, com efeitos a partir de janeiro de 2021 (BRASIL, 2020k), e a nº 1.038, de 7 de dezembro de 2020, com efeitos a partir de março de 2021 (BRASIL, 2020l). Entretanto, suas investidas cessaram após a revisão do Parecer CNE/CP nº 15/2020, substituído pelo Parecer do CNE/CP nº 19/2020, de 8 de dezembro de 2020 (CNE, 2020e), que, finalmente, deu origem à citada Resolução CNE/CP nº 2/2020. Assim, o polêmico Art. 31 recebeu nova redação, que, em resumo, estabeleceu que as atividades pedagógicas não presenciais poderão ser utilizadas em caráter excepcional durante a pandemia, nos casos de: 1. suspensão das atividades letivas presenciais por determinação das autoridades locais; e 2. condições sanitárias locais que tragam riscos à segurança das atividades letivas presenciais. Ou seja, transferia decisão às autoridades locais, pulverizando o debate sobre as condições sanitárias que justificam a continuidade do ensino remoto ou o retorno das atividades presenciais.

A posição de “neutralidade” foi mantida na Portaria Interministerial MEC/MS nº 5, de 04 de agosto de 2021 (BRASIL, 2021a)¹³, reconhecendo a importância do retorno presencial, mas sem qualquer menção ao ensino superior. E, no mesmo mês, na nova Resolução CNE/CP nº 2/2021, regendo o processo de retorno ao ensino presencial em todos os níveis, mas observando:

Art. 1º [...]

- I – os referenciais e protocolos sanitários estabelecidos pelos organismos de saúde federais, estaduais, distrital e municipais, sob a responsabilidade das redes e instituições escolares de todos os níveis, estabelecendo o resguardo das condições de aprendizado de estudantes, professores, gestores escolares e demais profissionais da educação e funcionários;
- II – as determinações dos setores responsáveis pela saúde pública sobre as condições adequadas e procedimentos de biossegurança sanitária a serem adotados pelas redes de ensino e instituições escolares públicas, privadas, comunitárias e confessionais;
- III – o bem-estar físico, mental e social dos profissionais da educação;
- IV – a realização de procedimento avaliativo

diagnóstico sobre o padrão de aprendizagem abrangendo estudantes por ano/série, de modo a organizar programas de recuperação, na forma remota e/ou presencial, com base nos resultados de avaliação diagnóstica; e

V – a participação das famílias dos estudantes no processo de retorno presencial, esclarecendo as medidas adotadas e compartilhando com elas os cuidados e controles necessários decorrentes da pandemia da Covid-19 (CNE, 2021, p. 1-2).

Somente com a Portaria nº 837, de 21 de outubro de 2021 (BRASIL, 2021b), o MEC determinou o retorno escalonado ao trabalho presencial, a partir de novembro de 2021, mas prevendo o regime de trabalho remoto para trabalhadores com condições ou fatores de risco. Contudo, nota-se um progressivo recuo do Ministério, endossado em notícia publicada na sua página eletrônica oficial, em 18 de janeiro de 2022¹⁴:

Informamos que, em função da autonomia conferida pelo art. 207 da Constituição Federal às Instituições Federais de Educação Superior, lhes é assegurada a capacidade decisória para, entre outros assuntos, sopesar a viabilidade e oportunidade para a retomada segura das atividades presenciais, e, assim, determinar quando e de que maneira isso deve ocorrer, observados os ditames legais (BRASIL, 2022, np).

2021: a queda de braço com as “autoridades locais”

Enquanto as investidas do MEC para o retorno presencial cessaram na maior parte de 2021, ganhou destaque o papel exercido pelas “autoridades locais” – governos estaduais/municipais, reitorias, parlamentos e instituições do poder judiciário – em que pese a grande desigualdade de posições e condutas entre elas. Esta situação afetou mais fortemente as Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (IEES/IMES), colocadas no centro da polêmica entre o retorno presencial imediato *versus* a continuidade do ensino remoto emergencial.

De um lado da queda de braço, o retorno presencial imediato, sem garantia de condições de biossegurança para a comunidade acadêmica, esteve cal-

cado no arco de alianças do governo federal com os estados e municípios. Este foi um fator determinante, ao reverberar o discurso negacionista, ignorando o conhecimento científico sobre a Covid-19 e suas formas de enfrentamento, em prol do funcionamento da economia. Cabe destacar que, nas eleições de 2018, o presidente recebeu o apoio de 15 dos 27 governadores eleitos, com destaque para as regiões Centro-Oeste e Sul, onde tal apoio foi unânime¹⁵.

Um primeiro ponto de tensão foi a inclusão dos trabalhadores da educação como grupos prioritários no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19¹⁶, que passou a ser implementado no início de 2021¹⁷. Em que pese sua importância para a garantia da saúde e da vida dos trabalhadores, a vacinação foi utilizada por alguns governos como critério único para o retorno presencial imediato, sem levar em consideração o índice de cobertura vacinal da população-alvo no país, que permaneceu inferior a 70% até o início de novembro de 2021¹⁸. Um segundo ponto foi a relevância dada ao cenário epidemiológico, que só passou a apresentar índices regressivos a partir dos efeitos da cobertura vacinal da população e, ainda assim, com oscilações em razão do surgimento de variantes da Covid-19, com maior ou menor grau de letalidade e/ou transmissibilidade.

A continuidade do ensino remoto emergencial até a preparação da universidade para o retorno presencial futuro, ainda que defendida pelo movimento docente, não esteve imune à lógica da austeridade e seu recrudescimento em razão da crise do capital em sua face pandêmica, pela qual, mais uma vez, a sobrevivência do capital se impôs à vida e à saúde dos trabalhadores.

Neste lado, importa citar como exemplo as IEES/IMES da região Sul, terceiro maior número de unidades do país e, em especial, o estado do Paraná. Decorrente do alinhamento dos governos estadual e federal, a pressão pelo retorno presencial foi duramente sentida e enfrentada pelo movimento docente ao longo de 2021 e início de 2022. Soma-se a esse fato o empenho do governo estadual para aprovação, em

ritmo de urgência, do Projeto de Lei nº 728/2021, de sua autoria, resultando na Lei Geral das Universidades Públicas Estaduais do Paraná (PARANÁ, 2021), em um ataque direto à autonomia universitária e, em especial, no seu financiamento. Assim, uma das formas de resistência dos docentes paranaenses foi a deflagração de uma greve sanitária na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) por tempo determinado, no final de janeiro e início de fevereiro de 2022. Frente ao aumento do número de casos, hospitalizações e óbitos nas cidades do oeste e sudoeste do Paraná, os docentes suspenderam as atividades presenciais e mantiveram-nas remotas, com o objetivo de pressionar pela revisão dos protocolos de biossegurança, exigindo a apresentação de passaporte vacinal e o uso de máscara na universidade.

Do outro lado da queda de braço, a continuidade do ensino remoto emergencial até a preparação da universidade para o retorno presencial futuro, ainda que defendida pelo movimento docente, não esteve imune à lógica da austeridade e seu recrudescimento em razão da crise do capital em sua face pandêmica, pela qual, mais uma vez, a sobrevivência do capital se impôs à vida e à saúde dos trabalhadores.

Em primeiro lugar, a regulamentação do trabalho remoto no serviço público, longe de uma preocupação com a qualidade dos serviços à sociedade ou com a saúde dos trabalhadores e cidadãos, foi conduzida por alguns governos e instituições sob a ótica da redução dos gastos públicos. A esse respeito, cabe destacar a experiência do governo federal, cuja regulamentação do trabalho remoto, inicialmente assumida como uma contingência da pandemia¹⁹ e finalmente instituída como um programa de gestão²⁰, foi comemorada em razão da economia de 1,4 bilhão de reais, proporcionada por essa modalidade de trabalho entre os meses de março de 2020 a junho de 2021²¹, dos quais 1 bilhão de reais apenas entre os meses de abril e agosto de 2020²⁰. Em segundo lugar, a morosidade, falta de democracia e de transparência no planejamento, implementação, monitoramento e avaliação, tanto do ensino remoto emergencial quanto do retorno presencial seguro, sugerem uma aposta na diminuição do número de casos e mortes e, até mesmo, na reversão do cenário de emergência da saúde pública, em detrimento das reade-

quações estruturais e relacionais para a convivência com a Covid-19.

Neste outro lado estão as IEES/IMES da região Sudeste, segundo maior número de unidades do país e, em especial, o estado do Rio de Janeiro. Apesar do apoio ao presidente nas eleições, o governador eleito rompeu com o governo federal, mas, posteriormente foi deposto por crime de responsabilidade no combate à pandemia de Covid-19; enquanto que o vice-governador, interino em 2020 e empossado em 2021, foi progressivamente se aproximando dos partidos do centro. Em meio a esse contexto agudizado pela crise política e financeira do estado do Rio de Janeiro, não houve qualquer pressão para o retorno presencial das IEES. Ao contrário, houve preocupação do governo com a autorização do retorno presencial dos cursos da área da saúde em instituições privadas de ensino superior, pelo Decreto nº 47.195, de 04 de agosto de 2020, ao mesmo tempo em que se manteve em silêncio em relação às IEES. Por outro lado, houve pressão do poder judiciário para o retorno presencial da educação básica na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)²³ e do ensino superior das instituições federais de ensino (IFES)²⁴. Assim, a decisão pelo retorno presencial coube às reitorias, em um contexto de democracia blindada entre as universidades do Rio de Janeiro.

2022: rumo ao retorno presencial seguro

O ensino remoto emergencial foi um recurso necessário nos dois primeiros anos da pandemia, no contexto de surgimento do novo vírus e do tempo necessário para a produção do conhecimento científico sobre a doença e a aplicação de medidas de proteção individuais e coletivas, como equipamentos e vacinas. Manteve o distanciamento social da comunidade universitária, em que pese tal distanciamento não tenha sido possível para o conjunto da sociedade. Contudo, neste terceiro ano de pandemia, a vacinação demonstra sua eficácia para a diminuição do número de hospitalizações e mortes, apesar do impacto do movimento antivacina e da falta de doses em países mais pobres, o que vem retardando

a universalização da cobertura da população e, consequentemente, contribuindo para a continuidade do risco de surgimento de novas variantes²⁵.

Um novo cenário se desenha, no qual teremos que conviver ainda por muito tempo com a Covid-19, com avanços e retrocessos nas formas de interação social, incluindo o trabalho e o estudo. Nele, o ensino remoto não pode mais ser a primeira opção, tendo em vista as ameaças que representa: empobrecimento do processo de ensino-aprendizagem, esfacelamento da sociabilidade em presença, agravos à saúde mental pelo isolamento/distanciamento social e fragilização dos laços de solidariedade, bem como para a própria sobrevivência da universidade pública. Assim, o retorno ao ensino presencial, orientado pelo plano sanitário e educacional de cada universidade (ANDES-SN, 2021), prevendo as condições epidemiológicas, estruturais, de biossegurança, de controle social e político-pedagógicas para tanto, deve ser reivindicado.

Um novo cenário se desenha, no qual teremos que conviver ainda por muito tempo com a Covid-19, com avanços e retrocessos nas formas de interação social, incluindo o trabalho e o estudo. Nele, o ensino remoto não pode mais ser a primeira opção, tendo em vista as ameaças que representa: empobrecimento do processo de ensino-aprendizagem, esfacelamento da sociabilidade em presença, agravos à saúde mental pelo isolamento/distanciamento social e fragilização dos laços de solidariedade, bem como para a própria sobrevivência da universidade pública.

As universidades públicas foram as últimas instituições de ensino a retomarem as aulas presenciais e, embora algumas ainda não tenham retomado de forma plena, depararam-se com a agudização das contradições do capitalismo brasileiro com seu governo ultraneoliberal e neofascista, imerso em uma crise econômica, política e social. A situação de desemprego, subempregos e altas taxas de inflação afeta os trabalhadores que estudam, os que são usuários dos serviços das universidades e também os que moram no entorno dessas instituições.

Nesse cenário, a manutenção do ensino remoto, ou da sua variante (o “ensino híbrido”), torna-se um canto de sereia ao se apresentar como aparentemente “mais democrático”, apesar das já apontadas péssimas condições de trabalho e ensino que se impõem, por significarem menos gastos individuais de transporte e alimentação. Com isso, beneficiam-se também as diretrizes de austeridade nos orçamentos das instituições, que se desobrigam de inúmeras despesas de pessoal, custeio e capital, entre elas a realização de políticas de assistência estudantil que garantam exatamente condições de moradia, transporte e alimentação para este segmento. Como resultado, as poucas bolsas de permanência, pesquisa e extensão têm sido utilizadas pelos estudantes como suporte mínimo à sua sobrevivência e de suas famílias. E, cada vez mais, a assistência estudantil deixa de ser um direito estendido a todos as estudantes, como política de educação, e passa a ser equivalente à política de assistência social, no âmbito das universidades: exclusiva para os grupos mais pauperizados entre os pauperizados e com as mesmas características de bolsificação e financeirização, observadas, e cada vez mais ampliadas no decorrer da pandemia, na assistência social (BRANDT e CISLAGHI, 2020).

Esses elementos tendem a ampliar um processo de elitização no acesso às universidades públicas que já se mostra no último Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), exame que promove o acesso às universidades federais. Com a ampla evasão de estudantes no ensino médio público durante a pandemia, o ENEM foi o menor desde sua criação, em 2005, com 64,35% menos candidatos/as que em 2014, ano com maior quantidade de inscrições.

A UERJ, por exemplo, possui sete modalidades de auxílio aos estudantes, criadas ou ampliadas durante a pandemia, segundo o site da Pró-Reitoria de Políticas e Assistência Estudantis (PR-4). Todas envolvem transferências monetárias e a elegibilidade para o acesso tem como público estudantes cotistas e/ou em situação de “vulnerabilidade social”, com renda per capita de até 1,5 salário mínimo. No caso do auxílio alimentação e do auxílio transporte, o estudante pre-

cisa abrir mão do direito, mais amplo, ao preço subsidiado da alimentação no restaurante universitário e ao passe livre universitário oferecido pelo governo do Estado. Em todos os auxílios os estudantes precisam abrir conta no banco Bradesco, mesmo aqueles do ensino básico com menos de 18 anos, inclusive, apresentado como critério de seleção, com orientações no site da universidade sobre como abrir a conta, no caso da “Bolsa Apoio à Vulnerabilidade Social”. Essa tendência de substituição de equipamentos coletivos, como moradias estudantis, passes livres e restaurantes universitários, por transferências monetárias bancarizadas e individualizadas já era a modalidade preferencial na expansão das vagas nas IFES na década de 2010 (CISLAGHI e SILVA, 2012). No entanto, assim como na política de assistência social, ela tem se aprofundado, generalizado e naturalizado enquanto alternativa única, com o advento da pandemia.

Esses elementos tendem a ampliar um processo de elitização no acesso às universidades públicas que já se mostra no último Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), exame que promove o acesso às universidades federais. Com a ampla evasão de estudantes no ensino médio público durante a pandemia²⁶, o ENEM foi o menor desde sua criação, em 2005, com 64,35% menos candidatos/as que em 2014, ano com maior quantidade de inscrições. Consequentemente, se reduziu o acesso às universidades federais de negros/as, indígenas e estudantes de escolas públicas, apesar das políticas de cotas em curso (FARAGE, 2021).

Assim, o conceito de biossegurança que ordena os planos de retorno presencial das atividades universitárias precisa estar alinhado ao conceito ampliado de saúde, resultante de diversos fatores determinantes e condicionantes. Tais planos devem incluir ações de segurança alimentar, moradia, transporte, saúde do trabalhador e do estudante universitários, além de educação em saúde e de assistência à saúde em casos de agravos resultantes da Covid-19, inclusive à saúde mental. Pois, assim como o conjunto dos trabalhadores brasileiros, eles estão sofrendo os efeitos da pandemia associados à corrosão de seus salários frente às altas taxas de inflação.

Com relação à educação em saúde, é notória a falta de iniciativas dos diversos governos, que se expres-

sa na baixa adesão à vacinação contra a Covid-19, tanto no que diz respeito à dose de reforço (com apenas 40% da população imunizada até o momento²⁷) quanto na vacinação de crianças e adolescentes e na segunda dose de reforço em idosos. O governo Bolsonaro vem sistematicamente reduzindo recursos para a propaganda no SUS. A distribuição de cartilhas, panfletos e veiculação de peças publicitárias, em particular sobre os calendários de vacinação, precisa ser permanente, não só em relação à Covid-19. A pandemia atrapalhou a vacinação porque suspendeu campanhas por vários meses, mas isso se reforçou com a redução do orçamento de publicidade do Programa Nacional de Vacinação (PNI). Em 2019, foram aplicados R\$ 97 milhões em cinco campanhas do PNI. Esses recursos se reduziram para R\$ 69 milhões em 2020 e R\$ 33 milhões em 2021, exatamente no início da vacinação contra a Covid-19. Como consequência, o Brasil voltou aos patamares de 1987 na cobertura vacinal de crianças e adolescentes, com risco de retorno de doenças já erradicadas, como a poliomielite (JUNQUEIRA, 2022). Frente a esse quadro, as universidades brasileiras podem e devem contribuir com ações de ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva do seu papel socialmente referenciado, que venham a contribuir para a reversão dessa trágica realidade.

Contudo, é notória em muitas universidades a falta de democracia e participação dos diversos segmentos da comunidade acadêmica na elaboração, execução, monitoramento e avaliação dos planos de biossegurança para o retorno, definindo políticas coletivas e prioridades na utilização de recursos. A blindagem da democracia nas universidades manifestou-se desde antes da pandemia, com a intervenção do MEC nas eleições para reitores das IFES²⁸. Porém, mesmo em IFES e IEES/IMES que conseguiram manter procedimentos democráticos formais na escolha dos seus dirigentes, observa-se o uso de mecanismos de centralização do planejamento, cancelamento sistemático e esvaziamento da pauta dos conselhos superiores, bem como a cooptação ou a exclusão de dirigentes dos movimentos sindicais e estudantis dos processos decisórios, entre outros, que geram maior alienação e agravamento das preocupações e inseguranças com a conjuntura. Mais uma vez usando o

exemplo da UERJ, nota-se a predominância de atos executivos e portarias da reitoria em lugar de deliberações do Conselho Universitário. Ainda que o site da Secretaria de Conselhos da Universidade afirme que o Conselho Universitário é “a instância suprema de deliberação, normatização e consulta da UERJ”²⁹, suas seções ordinárias que vinham sendo mantidas de forma remota e, posteriormente, híbrida, foram canceladas em fevereiro e em abril de 2022 por “ausência de processos” em meio ao retorno presencial da instituição.

Considerações finais

Pensar as universidades no contexto da pandemia é lembrar do seu papel para a defesa da vida, contribuindo para o avanço da ciência sobre a Covid-19 e as formas de seu enfrentamento em diferentes áreas do conhecimento. Bem como para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, que, em instituições de ensino superior que possuem complexos de saúde, desenvolveram ações de assistência, como a criação de polos de testagem, vacinação e atendimento aos casos de Covid-19 e síndrome pós-Covid-19.

Pensar as universidades no contexto da pandemia é lembrar do seu papel para a defesa da vida, contribuindo para o avanço da ciência sobre a Covid-19 e as formas de seu enfrentamento em diferentes áreas do conhecimento. Bem como para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, que, em instituições de ensino superior que possuem complexos de saúde, desenvolveram ações de assistência, como a criação de polos de testagem, vacinação e atendimento aos casos de Covid-19 e síndrome pós-Covid-19.

Mas um outro sentido dado à defesa da vida foi atribuído à suspensão das atividades presenciais não essenciais, substituída pelo ensino remoto emergencial, para garantia do distanciamento/isolamento social da comunidade acadêmica. Em uma conjuntura no Brasil de governo ultraneoliberal e neofascista, sustentado por alianças com o “centrão”, cabe refletir

sobre o grau de apropriação desse sentido, na perspectiva do recrudescimento da austeridade, tanto pelos defensores do retorno presencial imediato quanto da continuidade do ensino remoto emergencial.

Em um contexto epidemiológico favorável como o atual, um novo sentido deve lhe ser atribuído: a defesa da universidade como condição de defesa da vida. No entanto, cabe reflexão e atuação frente às contradições herdadas da pandemia, a saber: 1) a defesa da continuidade do trabalho remoto (a distância/híbrido) no ensino e nas demais atividades acadêmicas por iniciativa das administrações universitárias, docentes, técnicos ou até mesmo por pressão dos estudantes; 2) a pouca pressão da comunidade acadêmica pelo retorno presencial pleno, tendo em vista que, após dois anos de pandemia, adaptaram sua vida e seu trabalho ao formato remoto; 3) o esvaziamento dos espaços políticos da universidade, em especial dos Conselhos Universitários; 4) o insuficiente financiamento, realidade anterior à pandemia, que agora acumula dois anos de defasagem somada ao incremento de despesas resultantes da crise sanitária.

Frente a esse quadro, compreende-se que, dentre as pautas do movimento docente, deve constar a defesa da educação em saúde, com a continuidade da apresentação de comprovante de vacinação e do uso de máscaras em caso de sintomas gripais para ingresso nas dependências das instituições, a oferta de assistência à saúde para testagem diagnóstica, os tratamentos de casos de Covid-19, de síndrome pós-Covid-19 e de saúde mental e, sobretudo, a garantia do financiamento de pessoal, custeio e capital para a manutenção e ampliação das funções das universidades, bem como das condições de estudo e trabalho das suas comunidades, devidamente sintonizadas às necessidades sociais e demandas do tempo presente. **US**

1. Conforme Painel da Universidade Johns Hopkins, disponível no endereço <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 16 maio 2022.

2. A Portaria MS nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, declarou Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV) (BRASIL, 2020a).

3. A Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 (BRASIL, 2020b), regulamentada pelo Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que definiu os serviços públicos e as atividades essenciais (BRASIL, 2020d).

4. Cabe destacar que a Portaria MEC nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019), previa a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso, condicionada à apresentação no Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) do percentual da carga horária à distância e das metodologias a serem utilizadas.

5. Conforme <https://jornalistaslivres.org/corte-de-r-198-bilhoes-no-ministerio-da-educacao-no-orcamento-para-2020/>. Acesso em: 10 maio 2022.

A Medida Provisória nº 934, de 01 de abril de 2020, estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública (BRASIL, 2020f).

A partir do Parecer CNE/CP nº 05/2020, de 28 de abril de 2020 (CNE, 2020a) e suas revisões subsequentes, disponíveis em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/90771-covid-19>. Acesso em: 10 maio 2022.

6. Nem tão gratuitas assim, conforme matéria: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2020/07/educacao-vigiada-em-troca-de-parcerias-gratuitas-governos-entregam-a-grandes-empresas-dados-da-educacao-publica/>. Acesso em: 10 maio 2022.

notas

notas

7. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2021/boletimEmpregoemPauta21.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

8. Em 31 de julho de 2020, o Brasil alcançava 92,5 mil mortes desde o início da pandemia, com média móvel nos últimos sete dias de 1.029 mortes/dia e 45.443 novos casos/dia: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/31/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-31-de-julho-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghml>. Acesso em: 10 maio 2022.

9. Oficializado por meio da Portaria nº 572, de 1º de julho de 2020 (BRASIL, 2020g).

Em 30 de novembro de 2020, o Brasil alcançava 173,1 mil mortes desde o início da pandemia, com média móvel nos últimos sete dias de 518 mortes/dia e 35.468 novos casos/dia: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/11/30/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-30-de-novembro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghml>. Acesso em: 10 maio 2022.

10. Em 28 de agosto de 2021, o Brasil alcançava 577,6 mil mortes desde o início da pandemia, com média móvel nos últimos sete dias de 696 mortes/dia e 30.288 nas últimas 24 horas: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/08/26/covid-19-coronavirus-casos-mortes-26-de-agosto.htm>. Acesso em: 10 maio 2022.

11. Em janeiro de 2022, com a pandemia aparentemente entrando em controle, com 70% da população vacinada com duas doses, o Brasil passou por um surto da variante Ômicron, que aumentou em 566% a média de mortes, alcançando, em 03 de fevereiro, 653 mortes/dia. Estima-se que um terço das mortes durante o surto acometeu não vacinados. O surto da nova variante arrefeceu durante fevereiro, com a aceleração das doses de reforço da vacinação. A média de casos, em 02 de fevereiro, estava na casa de 30 mil/dia, retomando patamares dos piores momentos da pandemia. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/agencia-estado/2022/02/03/em-um-mes-omicron-faz-media-de-mortes-por-covid-subir-566-no-brasil.htm>. Acesso em: 15 maio 2022.

notas

12. Conforme <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/bolsonaro-recebeu-apoio-de-15-dos-27-governadores-eleitos>. Acesso em: 10 maio 2022.

13. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/publicacoes-tecnicas/guias-e-planos/plano-nacional-de-vacinacao-covid-19/view>. Acesso em: 10 maio 2022.

14. A vacinação iniciou-se no Brasil em 17 de janeiro de 2021 para grupos prioritários, apesar de todos os boicotes realizados pelo Ministério da Saúde, notabilizados na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a pandemia de Covid, que ocorreu entre abril e junho de 2021, conforme <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>, <https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2021/08/brasil-chega-a-70-da-populacao-adulta-com-uma-dose-de-vacina-contr-a-covid.shtml> e <https://portal.fiocruz.br/noticia/vacinacao-contr-a-covid-19-no-brasil-completa-um-ano>. Acesso em: 15 maio 2022.

15. Conforme <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021-1/novembro/brasil-chega-a-70-do-publico-alvo-completamente-vacinado-contr-a-covid-19>. Acesso em: 10 maio 2022.

16. Através da Instrução Normativa nº 28, de 25 de março de 2020 (BRASIL, 2020e).

17. Através da Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020 (BRASIL, 2020i).

18. Conforme <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/agosto/governo-federal-economiza-r-1-419-bilhao-com-trabalho-remoto-de-servidores-durante-a-pandemia>. Acesso em: 10 maio 2022.

19. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/setembro/governo-federal-economiza-r-1-bilhao-com-trabalho-remoto-de-servidores-durante-a-pandemia>. Acesso em: 10 maio 2022.

20. Recomendação nº 28/2020, disponível em: http://www.mprj.mp.br/documents/20184/540394/gaeduc_recomendacao_028_2020.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

21. Ação Civil Pública nº 5072345-69.2021.4.02.5101, disponível em: <http://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/docs/pr-rj/acp-retorno-aulas-presenciais-nas-federais/view>. Acesso em: 10 maio 2022.

22. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/127138-vacinacao-desigual-favorece-surgimento-de-novas-variantes-alerta-oms>. Acesso em: 15 maio 2022.

23. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/12/02/evasao-escolar-de-criancas-e-adolescente-aumenta-171percent-na-pandemia-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 14 maio 2022.

24. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/05/11/maioria-dos-brasileiros-esta-em-falta-com-a-dose-de-reforco-da-vacina-contr-a-covid.ghtml>. Acesso em: 14 maio 2022.

25. Disponível em: <http://adufc.org.br/2020/12/17/intervencao-andes-sn-lanca-campanha-autonomia-e-democracia-reitor-a-eleito-a-e-reitor-a-empossado/>. Acesso em: 15 maio 2022.

26. Disponível em: <https://www.uerj.br/a-uerj/institucional/secretaria-dos-conselhos/conselho-universitario/>. Acesso em: 15 maio 2022.

notas

ALMEIDA, Everton de; MOREIRA, Cristiano. *Google for education* como vírus: disseminação na educação catarinense em tempos de pandemia. 14 abr. 2020. **Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**. Disponível em: <https://necat.ufsc.br/artigos-sc/>. Acesso em: 10 maio 2022.

ANDES-SN - SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. **Circular nº 202, de 08 de junho de 2021**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/setembro/set21/Circ202-21.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

BRANDT, Daniele e CISLAGHI, Juliana Fiuza. Desmonte e financeirização da Seguridade Social em tempos de pandemia. In: MAURIEL, Ana Paula Ornellas et al. (orgs.) **Crise, ultraneoliberalismo e desestruturação de direitos**. Uberlândia: Navegando, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 10 maio 2022.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020**. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Brasília, 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>. Acesso em: 10 maio 2022.

_____. **Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Brasília, 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em: 10 maio 2022.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - Covid-19. Brasília, 2020c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 10 maio 2022.

_____. **Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020**. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Brasília, 2020d. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/publicacao-249098206>. Acesso em: 10 maio 2022.

referências

- _____. Ministério da Economia. **Instrução Normativa nº 28, de 25 de março de 2020**. Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC quanto à autorização para o serviço extraordinário, à concessão do auxílio-transporte, do adicional noturno e dos adicionais ocupacionais aos servidores e empregados públicos que executam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades presenciais, nos termos da Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, e dá outras providências. Brasília, 2020e. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-28-de-25-de-marco-de-2020-249807751>. Acesso em: 10 maio 2022.
- _____. **Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020**. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020. Brasília, 2020f. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>. Acesso em: 10 maio 2022.
- _____. Ministério da Educação. **Portaria nº 572, de 1º de julho de 2020**. Institui o Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas Instituições Federais de Ensino e dá outras providências. Brasília, 2020g. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-572-de-1-de-julho-de-2020-264670332>. Acesso em: 10 maio 2022.
- _____. Ministério da Educação. **Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas Instituições Federais de Ensino**. Brasília: MEC, 2020h. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-protocolo-de-biosseguranca-para-o-retorno-as-aulas>. Acesso em: 10 maio 2022.
- _____. Ministério da Economia. **Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020**. Estabelece orientações, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC relativos à implementação de Programa de Gestão. Brasília, 2020i. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-65-de-30-de-julho-de-2020-269669395>. Acesso em: 10 maio 2022.
- _____. **Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020**. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Brasília, 2020j. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.040-de-18-de-agosto-de-2020-272981525>. Acesso em: 10 maio 2022.

referências

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.030, de 01 de dezembro de 2020.** Dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. Brasília, 2020k. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.030-de-1-de-dezembro-de-2020-291532789>. Acesso em: 10 maio 2022.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.038, de 07 de dezembro de 2020.** Altera a Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e a Portaria MEC nº 1.030, de 1º de dezembro de 2020, que dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. Brasília, 2021. Disponível em <https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-1.038-de-7-de-dezembro-de-2020-292694534>. Acesso em: 10 maio 2022.

_____. Ministério da Educação; Ministério da Saúde. **Portaria Interministerial nº 5, de 04 de agosto de 2021.** Reconhece a importância nacional do retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem. Brasília, 2021a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-5-de-4-de-agosto-de-2021-336337628>. Acesso em: 10 maio 2022.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 837, de 21 de outubro de 2021.** Estabelece as regras de retorno gradual e seguro às atividades presenciais no âmbito do Ministério da Educação - MEC, no contexto do enfrentamento do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Covid-19. Brasília, 2021b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-837-de-21-de-outubro-de-2021-353960254>. Acesso em: 10 maio 2022.

referências

Uma abordagem histórica-conceitual dos movimentos sindicais na UFRGS em contexto de intervenção nas universidades federais

Abner Santos Mendonça

Graduado em Administração pela UFRGS
E-mail: abner-04@hotmail.com

Julice Salvagni

Professora da UFRGS
E-mail: julicesalvagni@gmail.com

Resumo: As universidades federais brasileiras estão passando por um momento crítico, sendo alvo de ataques e intervenções por parte do governo federal, comandado desde 2019 pelo presidente Jair Bolsonaro. Tendo em vista esse fenômeno, o objetivo desta pesquisa foi analisar de modo histórico-conceitual a atuação dos sindicatos de servidores da UFRGS desde a sua constituição até o contexto atual. Assim, buscou-se desvelar as formas pregressas de atuação dos sindicatos e suas reações frente à conjuntura contemporânea, representada por afrontas não democráticas ocorridas na universidade. Para tanto, optou-se pela realização de uma pesquisa documental com abordagem qualitativa de cunho exploratório, cujos resultados foram investigados a partir da técnica de análise de conteúdo. Foi identificada a existência de duas correntes de atuação sindical na universidade: a ADUFRGS, que atua com ênfase nas pautas da categoria, priorizando negociações e acordos; e a Seção Sindical/UFRGS e a ASSUFRGS, que optam por uma atuação sindical combativa, extrapolando as pautas da categoria e com a intenção de formar consciência política na classe trabalhadora. Posta a intervenção, houve uma integralidade sindical, já que, mesmo os movimentos com posicionamentos divergentes, compactuaram em defesa dos princípios de autonomia e democracia. É indispensável a atuação dos sindicatos nas universidades para conter as medidas antidemocráticas dos interventores, principalmente articulada com outros movimentos autônomos e com o conselho.

Palavras-chave: Universidade Pública. Sindicatos de Servidores Públicos.
Autonomia e Democracia Universitária.



Introdução

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) encontra-se sob ataque antidemocrático. Em 2020, os dirigentes máximos foram nomeados desconsiderando-se os procedimentos estabelecidos internamente para a escolha dos ocupantes dos cargos de reitor e vice-reitor. Diante dessa nomeação e dos desdobramentos posteriores, como a implementação de uma reforma na administração da universidade sem a devida aprovação do Conselho Universitário (CONSUN), intensificaram-se as ações dos movimentos sindicais ligados à UFRGS. Neste estudo, portanto, será abordada a atuação dos seguintes movimentos: Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul (ADUFRGS), Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS (ASSUFRGS) e Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS (Seção Sindical/UFRGS).

Fundada em 1934, a UFRGS surgiu a partir da união de faculdades, escolas e institutos de ensino

superior pré-existentes. Em 1950, a universidade foi federalizada, passando a integrar a esfera administrativa da União (UFRGS, 2021). De acordo com seu atual estatuto, aprovado em 1995, a UFRGS é uma autarquia que possui autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (UFRGS, 1995).

Representando os servidores técnico-administrativos da UFRGS, a ASSUFRGS iniciou sua história na década de 1950, com a criação do Centro dos Funcionários da UFRGS (ASSUFRGS, 2021). Durante sua existência, a entidade passou por diversas transformações que a levaram a constituir-se como uma entidade de classe, principalmente após a abertura democrática do país, culminando com sua transformação em ASSUFRGS-Sindicato, a partir de 2015 (ASSUFRGS, 2021).

Fundada em 1978, a ADUFRGS surgiu como forma de articulação das demandas dos docentes da universidade. Em 1991, a entidade transformou-se

em ADUFRGS-Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) (GENRO, 2000). Em 2008, após um conturbado e controverso processo, transformou-se em ADUFRGS-Sindical, deixando de ser seção sindical do ANDES-SN e passando a atender a docentes de outras instituições (ADUFRGS, 2021).

Já a história da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS também se iniciou em 1978, tendo em vista que, de 1991 a 2008, a ADUFRGS foi seção sindical do ANDES-SN. Porém, em 2008, após um processo conturbado e questionado por parte da categoria, a ADUFRGS deixou de ser seção sindical do ANDES-SN, levando à reorganização da seção sindical fora da ADUFRGS. Finalmente, em 2009, a seção sindical foi reorganizada e passou a se chamar Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, sendo reconhecida como seção sindical pelo Congresso do ANDES-SN em 2010 (ANDES/UFRGS, 2021).

Diante do grande número de universidade federais em que houve interferência na escolha de reitores e vice-reitores, fica clara a postura agressiva e interventiva adotada pelo governo federal, tornando ainda mais necessária a atuação dos movimentos sindicais na defesa dessas instituições de ensino. Para tanto, optou-se pela realização de uma pesquisa documental com abordagem qualitativa de cunho exploratório, cujos resultados foram investigados a partir da técnica de análise de conteúdo.

Objeto deste estudo, as ameaças não democráticas ocorridas na UFRGS não são um fenômeno isolado, pois, até julho de 2021, o presidente da República já havia nomeado 19 reitores que não foram os mais votados nas consultas internas realizadas pelas universidades (SALDAÑA, 2021). Dentre as universidades que tiveram dirigentes escolhidos desconsiderando-se consultas internas estão: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal Rural do

Semiárido (UFERSA) (PALHARES, 2020).

Diante do grande número de universidade federais em que houve interferência na escolha de reitores e vice-reitores, fica clara a postura agressiva e interventiva adotada pelo governo federal, tornando ainda mais necessária a atuação dos movimentos sindicais na defesa dessas instituições de ensino. Para tanto, optou-se pela realização de uma pesquisa documental com abordagem qualitativa de cunho exploratório, cujos resultados foram investigados a partir da técnica de análise de conteúdo. Segundo Cellard (2012), os documentos são fontes de informação de extrema importância para pesquisadores em ciências sociais, pois, por diversas vezes, apresentam quase a totalidade da atividade humana em determinado período, possibilitando alguns tipos de reconstrução do passado. A parte operacional da análise de conteúdo começa pelo exame de conteúdo inicial cuja técnica desenvolve-se em três fases: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos dados, inferência e interpretação (BARDIN, 2010). São abordadas, ainda, as diferentes concepções do movimento sindical brasileiro e o movimento sindical nas universidades públicas, com enfoque da UFRGS. Para compor a base teórica, foram utilizados autores como Goettert (2014), Hilário (2012), Pinto (1991), Cunha (2003), Silva (2010), Coelho (1993), Genro (2000), Ridenti (1995) e Badaró-Mattos (2013).

As vertentes do movimento sindical brasileiro no âmbito das universidades

Considera-se o movimento sindical como substancial na formação das instituições no contexto do modelo capitalista. Neste sentido, entende-se aqui como movimento sindical “as formas institucionalizadas da ação coletiva de produtores diretos” (CATTANI; ARAÚJO, 2011, p. 335). Ou seja, trata-se de organização de atores sociais envolvidos não só na negociação coletiva dos salários, mas também na contestação das desigualdades sociais inerentes ao modelo capitalista, que ferem as condições de proteção social dos trabalhadores e trabalhadoras.

As conquistas de direitos humanos e sociais, como o direito ao trabalho digno e à remuneração justa, entre outros, são atribuídas por Estanque e Costa (2013) ao longo e penoso movimento de organização sindical ocorrido desde os tempos do capitalismo selvagem na Europa do século XIX. Goetttert (2014) exemplifica a luta, nem sempre pacífica, de trabalhadores e trabalhadoras citando a conquista dos trabalhadores ingleses do direito de livre associação, ocorrida em 1824, após anos de dura repressão às associações sindicais, que já existiam desde o século XVIII. Contudo, ainda que as conquistas ocorram a duras penas, Estanque e Costa (2013) lembram o caráter transitório que elas podem ter, pois, em momentos como os de crise econômica e desemprego, é comum que aconteçam movimentos no sentido da degradação das condições de trabalho, o que reforça a necessidade de preservação do movimento sindical.

Tal realidade não seria diferente no Brasil e nas universidades públicas brasileiras, pois os sindicatos desempenham a função de representar os interesses da classe trabalhadora em seus diversos segmentos, encontrando na coletividade o mecanismo para conquistar direitos e defender suas posições. No caso das universidades públicas, a atuação dos sindicatos, principalmente a partir dos anos finais da ditadura militar, tem sido de extrema importância para a defesa das universidades públicas, da autonomia universitária e das reivindicações dos servidores dessas instituições.

Assim como no caso das universidades, o movimento sindical brasileiro também se desenvolveu tardiamente, quando comparado a outras partes do mundo, principalmente com relação à França e à Inglaterra. Em razão disso, sofreu grande influência dos trabalhadores que migraram da Europa para o Brasil. Além disso, possui a mesma característica de formação baseada na solidariedade classista, assim como ocorreu em outras partes do mundo (HILÁRIO, 2012). O sindicalismo brasileiro apresenta, ainda, marcas do sindicalismo de outros países, a exemplo das concepções anarquista, cristã, socialista e reformista (“amarela”) (HILÁRIO, 2012).

Surgida durante o século XIX, a concepção sindical anarquista teve importante participação nos acontecimentos da classe trabalhadora na Europa e

nos Estados Unidos (GOETTERT, 2014). De acordo com tal concepção, o sindicalismo deveria ser livre e, por meio dele, a classe trabalhadora seria capaz de atingir seus objetivos, não havendo necessidade da existência de partidos políticos. Algumas das posições que mais se destacam na prática sindical anarquista são: formação de consciência política nos trabalhadores, autonomia da prática sindical sem a intervenção estatal e organização em pequenos grupos (HILÁRIO, 2012; GOETTERT, 2014).

Já a concepção sindical socialista teve sua principal experiência na Rússia, sendo marcante nos sindicatos surgidos no século XIX. Contrapondo os anarquistas, o sindicalismo socialista pregava a formação de um partido político que possibilitasse a emancipação política dos trabalhadores. Entre suas principais bases, estão: o partido político como principal instrumento de luta, ação legal e clandestina, promoção de greves etc. (HILÁRIO, 2012; GOETTERT, 2014).

A concepção sindical cristã tem seu nascimento a partir da encíclica papal *Rerum Novarum*, de 1891. Ela prega a existência de harmonia entre patrões e empregados, apostando na construção de caminhos benéficos para ambos, por intermédio do diálogo e da negociação permanente. Defende, ainda, a necessidade de desenvolver a função social do capitalismo, evitando rupturas sociais e conflitos (HILÁRIO, 2012; GOETTERT, 2014).

Assim como no caso das universidades, o movimento sindical brasileiro também se desenvolveu tardiamente, quando comparado a outras partes do mundo, principalmente com relação à França e à Inglaterra. Em razão disso, sofreu grande influência dos trabalhadores que migraram da Europa para o Brasil.

Por fim, o sindicalismo reformista (ou amarelo, como também é conhecido) prega a concepção de que os sindicatos não devem possuir atuação revolucionária que vise alterar as bases da sociedade. Assim como na concepção socialista, aceitava a participação de partidos políticos como forma de viabilizar o alcance de suas reivindicações. Além disso, foca nas reivindicações trabalhistas, formando acordos com

governos e amortecendo a luta entre o capital e o trabalho. Nega a existência de uma luta de classes e propõe a construção de uma sociedade harmoniosa (HILÁRIO, 2012; GOETTERT, 2014).

A história do movimento sindical no Brasil inicia-se no final do século XIX, por meio da iniciativa de trabalhadores imigrantes que vieram da Europa trazendo consigo a experiência da união de trabalhadores. Os movimentos formados nessa época, bem como aqueles que surgiram no início do século XX, eram pequenos em número de trabalhadores, mas, ainda assim, foram capazes de realizar, em 1906, o primeiro congresso operário do Brasil, onde foram emitidas algumas resoluções relacionadas às relações de trabalho e às políticas econômicas (GOETTERT, 2014). Esse período, que se estende aproximadamente até 1930, foi marcado pela dificuldade de articulação entre os trabalhadores e, principalmente, pela divisão do movimento em duas concepções distintas do sindicalismo: a anarquista e a socialista. Além disso, foi um período marcado pela forte repressão do Estado ao movimento sindical (HILÁRIO, 2012; GOETTERT, 2014).

Durante a ditadura militar, o governo adotou políticas de forte repressão ao movimento sindical e a qualquer movimento que agisse contra a ordem instituída, realizando, inclusive, intervenção em sindicatos. Somente após o final da década de 1970 é que começaram a surgir novamente movimentos de união e greves de trabalhadores, além da reorganização destes como forma de reivindicação.

A partir de 1930, durante os governos de Getúlio Vargas (1930-1945), foi adotada uma política de tratar as questões trabalhistas como uma questão social, visando à construção de sua base política. Entretanto, permaneceu existindo a repressão aos movimentos de trabalhadores, buscando manter tais organizações sob a tutela do Estado. Em 1931, foi aprovada a Lei de Sindicalização, que, entre outras definições, previa o vínculo e o reconhecimento dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho (GOETTERT, 2014; LOPES, 2009; PINTO, 1991). Ainda nesse período, como parte da política do governo, foram concedidos direitos como férias, descanso semanal e renumerado e redução da jornada de trabalho (HILÁRIO, 2012; GO-

ETTERT, 2014). Além das políticas repressivas e de concessão de direitos aos trabalhadores, outra marca desse período foi a cooptação das direções sindicais por parte do governo, que, de certa forma, conseguiu esvaziar o movimento (GOETTERT, 2014).

Entre o governo de Vargas e o golpe militar de 1964, existiram leves movimentos de flexibilização no controle do Estado sobre os sindicatos. Porém, a regra continuava sendo o controle estatal sobre movimentos sindicais e a repressão daqueles que se opunham ao governo (GOETTERT, 2014). Outro destaque desse período foi o crescimento dos movimentos sindicais agrários, atuando, principalmente, na luta pela reforma agrária (HILÁRIO, 2012). Em parte, a pouca transformação ocorrida nos movimentos sindicais no referido período se deve à interiorização das normas vigentes, tanto pelos sindicatos quanto pelos trabalhadores. Outro fator está nas leis que garantiam benefícios aos sindicatos, como a contribuição sindical obrigatória e o sindicato único, que colaboraram para que os sindicatos e seus dirigentes adotassem, em geral, posturas de colaboração com o governo (LOPES, 2009; PINTO, 1991).

Durante a ditadura militar (1964-1985), o governo adotou políticas de forte repressão ao movimento sindical e a qualquer movimento que agisse contra a ordem instituída, realizando, inclusive, intervenção em sindicatos. Somente após o final da década de 1970 é que começaram a surgir novamente movimentos de união e greves de trabalhadores, além da reorganização destes como forma de reivindicação (GOETTERT, 2014).

Marco importante da reorganização do movimento sindical, a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, surgiu como forma de reunir os trabalhadores, ganhando força nas reivindicações por mudanças sociais e na composição do Estado. Em 1991, surgiu a Força Sindical, posicionando-se como uma forma de superação do que chamava de “radicalismo estéril”, exercido pela CUT (GOETTERT, 2014). Como podemos perceber, com a reestruturação do movimento sindical ressurgiram, também, as fragmentações dentro dele, com disputa da hegemonia no movimento de trabalhadores (HILÁRIO, 2012; SANTANA, 1999).

Foi nesse contexto, entre o final da ditadura mili-

tar e a reabertura democrática, que surgiram as bases do movimento sindical nas universidades públicas brasileiras, entre elas a UFRGS. Fundaram-se instituições como a Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) e a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), representação nacional de servidores técnico-administrativos e docentes; surgiram, também, a Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ASSUFRGS) e a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ADUFRGS), instituições que representam os servidores da UFRGS.

Os dados obtidos na pesquisa documental demonstram que, diferentemente dos demais sindicatos estudados, a ADUFRGS, em consonância com o PROIFES, são entidades com abordagem mais próxima das concepções sindicais cristã e reformista, no sentido de que privilegiam uma postura de negociação e formação de acordos, dando ênfase para as reivindicações da categoria.

Com base no que foi visto até aqui, pode-se perceber a influência das diversas concepções de movimento sindical na formação sindicalista brasileira. Cabe destacar a influência das concepções anarquista, socialista e reformista, evidenciando a fragmentação existente no movimento sindical brasileiro desde seu surgimento, repercutindo até hoje. Além disso, nota-se a forte influência do Estado nos sindicatos, utilizando-se da legislação e, em alguns momentos, da força para reprimir e controlar as organizações de trabalhadores. Tais influências resultaram, também, no movimento sindical nas universidades públicas, objeto de discussão da seção seguinte.

Movimento sindical nas universidades públicas e os sindicatos de servidores da UFRGS

Movimentos sindicais nas universidades passaram a surgir a partir do final da década de 1970, por meio das associações de servidores técnicos e docentes (CUNHA, 2003; SILVA, 2010). Aos poucos, tais movimentos foram se articulando em prol de questões comuns aos membros de suas categorias, tendo como

função não apenas a oferta de lazer para seus associados, mas também a articulação de reivindicações das categorias junto ao Estado (CUNHA, 2003; SILVA, 2010). Diante da organização dos movimentos nas universidades, o governo teve que passar a negociar com novos atores coletivos (COELHO, 1993).

No contexto da UFRGS, o movimento de servidores começou a se organizar, ainda que com caráter mais assistencialista, na década de 1950, com a criação do Centro dos Funcionários da UFRGS (ASSUFRGS, 2021). Nas décadas de 1960 e 1970, período da ditadura cívico-militar, em que não havia o direito a sindicalizar-se, a entidade foi renomeada como Associação Beneficente dos Servidores da UFRGS (ABSUFRGS) (ASSUFRGS, 2021; GENRO, 2000). Já a ADUFRGS foi fundada em 1978, como forma de articulação das demandas dos docentes da universidade. Tanto a ASSUFRGS quanto a ADUFRGS se expandiram e se fortaleceram no final da década de 1970, principalmente por meio de suas participações em greves (ADUFRGS, 2021; GENRO, 2000).

As décadas de 1980 e 1990 foram de intenso embate entre governo e movimentos sindicais das universidades, tendo como principais focos as seguintes pautas: políticas de privatização do governo, sucateamento das universidades, baixos salários dos servidores, reivindicação da possibilidade de as comunidades universitárias escolherem seus reitores e a necessidade de elaborar uma nova proposta de universidade pública gratuita e autônoma (COELHO, 1993; RIDENTI, 1995). Nesse contexto, a ADUFRGS manteve sua expansão e seu fortalecimento com a participação em greves realizadas no período, firmando sua posição sindical (GENRO, 2000). Além disso, em 1991, a ADUFRGS transformou-se em ADUFRGS-Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) (GENRO, 2000). Já o movimento dos técnico-administrativos da UFRGS fortaleceu-se a partir da criação da Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA), além da adesão da categoria às greves ocorridas no período. Em 1987, ocorreram a consolidação e a mudança definitiva de posicionamento da ABSUFRGS, que passou a chamar-se ASSUFRGS e adotou uma posição político-sindical (GENRO,

2000). Ademais, em setembro de 1990, a ASSUFRGS transformou-se em Seção Sindical do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau no Rio Grande do Sul (SINTEST/RS) (ASSUFRGS, 2021; GENRO, 2000).

Além das pautas próprias da categoria, o movimento docente atuou em reivindicações mais amplas e de interesse de toda a sociedade no período, como o fim da ditadura, as Diretas Já e o *impeachment* do presidente Collor (RIDENTI, 1995). Assim como o movimento docente nacional, a ADUFRGS nasceu da aglutinação de pautas da categoria com outras mais amplas da sociedade. Naquela época, o estatuto da entidade já trazia questões como a participação docente nos processos decisórios da universidade, liberdade acadêmica e autonomia universitária (GENRO, 2000). No mesmo sentido, a ASSUFRGS, em linha com a FASUBRA, levantou pautas reivindicatórias como salários e condições de trabalho, além de discutir outras mais amplas, de interesse de toda a sociedade (GENRO, 2000).

Identificando as contradições internas aos movimentos, o governo soube utilizá-las para desvirtuar conquistas e reivindicações das categorias. Ainda assim, as conquistas dos movimentos sindicais foram fundamentais para a preservação da universidade pública, pois, sem a atuação desses movimentos, o projeto privatista teria avançado sobre ela.

Apesar de as propostas de discussões serem amplas, pouco se avançou em pontos como a formulação de uma nova proposta de universidade pública, pois, no período mencionado, elementos como o agravamento da crise econômica, avanço das privatizações e escassez de recursos para as instituições públicas contribuíram para que os movimentos sindicais nas universidades atuassem prioritariamente na defesa de suas posições e de interesses das categorias (COELHO, 1993).

Tendo em vista a prioridade dada às pautas próprias das categorias, que por vezes se chocavam com as lutas da sociedade em geral, certas práticas dos movimentos sindicais passaram a ser apontadas como corporativistas (RIDENTI, 1995). O ANDES-

-SN, ainda que em documentos admitisse a existência de contradições internas ao movimento, procurava se distanciar de tais apontamentos, pois a ideia da existência de corporativismo no movimento docente era utilizada por grupos conservadores para desqualificá-lo (RIDENTI, 1995).

Identificando as contradições internas aos movimentos, o governo soube utilizá-las para desvirtuar conquistas e reivindicações das categorias (COELHO, 1993). Ainda assim, as conquistas dos movimentos sindicais foram fundamentais para a preservação da universidade pública, pois, sem a atuação desses movimentos, o projeto privatista teria avançado sobre ela (COELHO, 1993). Coelho (1993) salienta que a reivindicação corporativa por salários e melhores condições de trabalho não deve ser desqualificada, pois possui sua importância e obteve diversas conquistas. Porém, merece destaque a necessidade de ir além do campo de defesa, construindo propostas mais amplas para a universidade e a sociedade (COELHO, 1993). No contexto da UFRGS, Genro (2000) caminha no mesmo sentido ao sugerir que os movimentos sindicais deveriam extrapolar suas reivindicações de classe, visando à construção de um projeto de políticas públicas.

Logo no início dos anos 2000, ocorreu, em âmbito nacional e local, uma ruptura no movimento docente, fato que tem desdobramentos até hoje no movimento sindical nas universidades públicas. Primeiramente, em 2003, ocorreu a cassação do registro sindical do ANDES-SN, com base no argumento de que a concessão do registro tenha sido feita extrapolando a obediência às categorias profissionais de professores de instituições privadas. Em 2004, em decorrência de divergências internas ao ANDES-SN, ocorreu, de fato, a ruptura no interior do movimento sindical docente, resultando na criação do Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES), que mais tarde viria a tornar-se PROIFES-Federação (ADURN, 2021). Além disso, em 2005, o ANDES se desfilou da CUT, por entender que a entidade passou a atuar dando suporte ao governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, perdendo, assim, sua autonomia, princípio fundamental do ANDES-SN em sua prática sindical (ANDES-SN, 2005). Além disso, cabe salientar que essa desfiliação

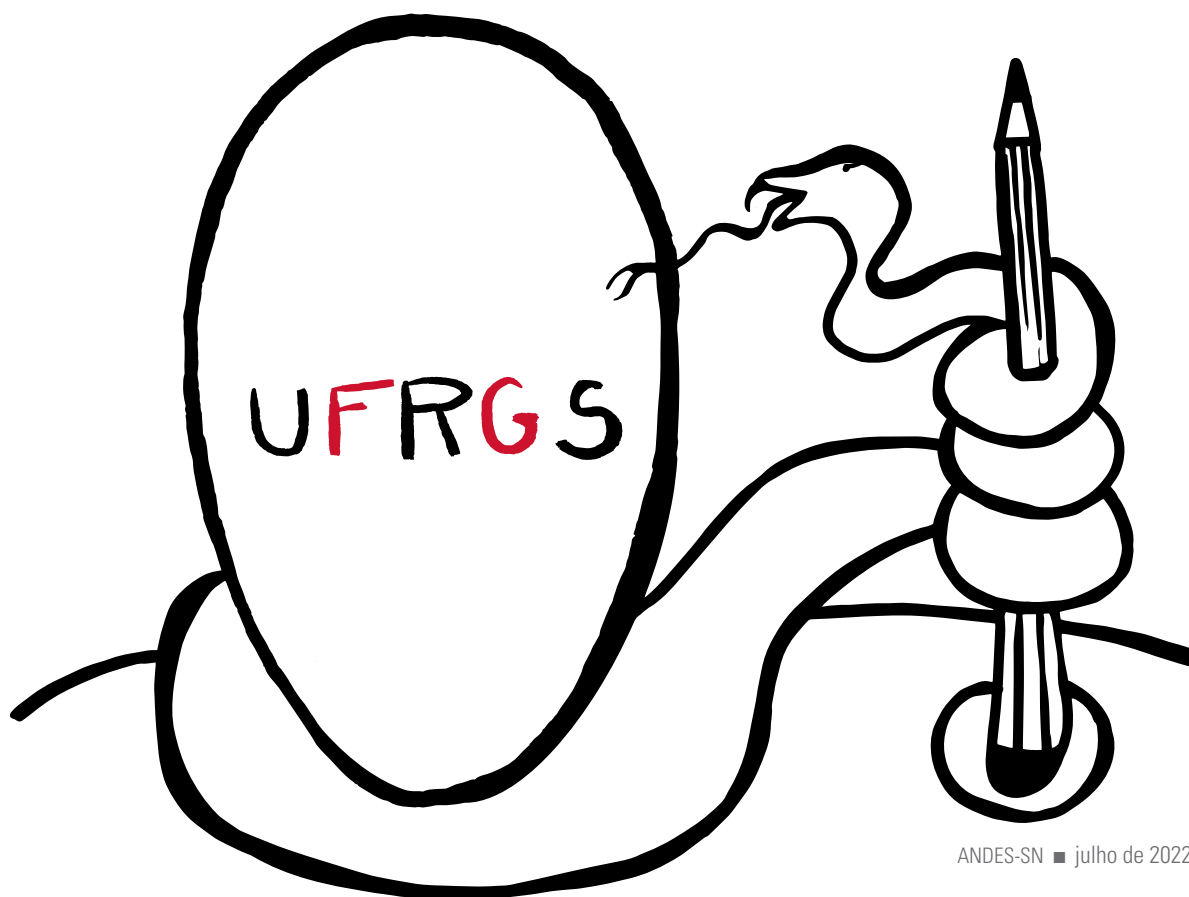
ocorreu, também, pelo entendimento do ANDES-SN de que o governo não só deu continuidade às políticas neoliberais do governo anterior, como também buscou aprofundá-las (ANDES-SN, 2005). Assim, nota-se que, mesmo durante os governos de partidos de esquerda, o ANDES-SN, atuando de forma independente, permaneceu na defesa da autonomia dos sindicatos, além de se posicionar contrário ao avanço das políticas neoliberais do governo.

A ruptura ocorrida no movimento docente nacional teve fortes repercussões no âmbito da UFRGS, acabando por resultar em uma cisão dos sindicatos. Os primeiros indicativos de um rompimento ocorreram em 2005, com a tentativa, sem sucesso, da diretoria da ADUFRGS de transformar a entidade em um sindicato municipal (PIRES FILHO, 2013). Porém, esse processo viria a concretizar-se em 2008, quando a ADUFRGS deixou de ser seção sindical do ANDES-SN e tornou-se Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior de Porto Alegre (ADUFRGS-Sindical), passando a atender a docentes de outras instituições (ADUFRGS, 2021).

Desse processo, ainda, resultou a reorganização da seção sindical do ANDES-SN fora da ADUFRGS, que, em 2009, foi constituída com o nome de Seção Sindical do ANDES-SN na

UFRGS, tendo sido reconhecida como seção sindical pelo Congresso do ANDES-SN em 2010 (ANDES/UFRGS, 2021). Como resultado dessa cisão, surgiram dois movimentos docentes na universidade com posições totalmente distintas entre si, inclusive sobre os fatos que levaram à desvinculação da ADUFRGS do ANDES-SN e das motivações para o ocorrido. Segundo relato de Fernando Molinos Pires Filho, ex-presidente da ADUFRGS e ex-vice-presidente do ANDES-SN, em texto publicado em dezembro de 2013, um grupo de professores, dentre os quais estavam membros da diretoria da ADUFRGS na época, se autoexcluiu do movimento docente nacional, que era organizado no ANDES-SN, com a intenção de formar o que chamaram de “novo movimento docente”. Tal movimento formou-se com o apoio da CUT e do governo Lula, assumindo, após várias denominações, a sigla PROIFES (PIRES FILHO, 2013). Já na percepção do ex-presidente da ADUFRGS na época da desvinculação, Eduardo Rolim de Oliveira, a saída da entidade do ANDES-SN e a criação do PROIFES representaram uma conquista para os professores do Rio grande do Sul, pois, segundo ele, a prática sindical do ANDES-SN era autoritária e arcaica (OLIVEIRA, 2021).

O registro sindical do ANDES-SN foi restabelecido apenas em 2009, excluindo os professores de



instituições privadas da carta sindical (ADUNEB, 2010). Tais acontecimentos levam ao enfraquecimento do movimento sindical nas universidades públicas, tendo em vista, principalmente, o fato de partes dos movimentos sindicais, como o PROIFES, terem buscado alinhar-se com o governo (BADARÓ-MATTOS, 2013). Em contraponto, o ANDES-SN manteve sua postura combativa e em defesa dos interesses da categoria docente (BADARÓ-MATTOS, 2013). Diante de sua postura pró-governo, o PROIFES acabou por ganhar maior espaço em negociações relacionadas à categoria docente, como ocorreu nos anos de 2006, 2007, 2008 e 2011, além de ter adicionado à sua base diversos sindicatos locais (DUTRA; CASTIONI, 2019).

Esse período de certa calma e de protagonismo do PROIFES na interlocução com o governo foi interrompido pela greve de 2012, movimento que se tornou um marco devido às proporções que tomou e à ampla adesão que obteve nos segmentos docente e técnico-administrativo das universidades (BADARÓ-MATTOS, 2013). Entre as demandas, estavam questões salariais e a melhoria nas condições

palmente pelo fato de os técnico-administrativos da educação receberem um dos menores salários do funcionalismo público e de os salários da carreira docente serem abaixo de outras categorias do funcionalismo federal que possuem menores níveis de qualificação formal (BADARÓ-MATTOS, 2013; PINTO, 2012). Nessa significativa mobilização, a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS desempenhou um importante papel, pois foi a primeira entidade representante dos docentes que declarou estado de greve; era, também, ligada ao ANDES-SN, que contava com maior legitimidade na representação dos docentes no âmbito nacional, fato que representou um ponto de inversão na lógica de alinhamento ao governo adotada pelo PROIFES (ANDES/UFRGS, 2012; BADARÓ-MATTOS, 2013).

Já a ADUFRGS, integrante da base do PROIFES, optou por primeiramente negociar com o governo, que havia fixado prazo em 2 de julho de 2012 para apresentar propostas que atendessem às reivindicações da categoria. Passado o prazo, sem que o governo tenha apresentado proposta, a entidade aderiu à greve (SUL21, 2012a). Já os técnico-administrativos da UFRGS, representados pela ASSUFRGS, declararam greve em 11 de junho de 2012, seguindo orientação da FASUBRA, que viu no governo falta de disposição em negociar (SUL21, 2012b).

Ao final da greve, uma das importantes conquistas foi a transformação do cargo de professor titular em classe da carreira docente, reivindicação antiga do ANDES-SN (ANDES/UFRGS, 2013). Ainda que não tenham sido obtidos ganhos expressivos salariais e melhorias na estrutura das universidades, os ganhos da greve não podem ser medidos apenas pelos aspectos financeiros, pois é inegável a importância da mobilização alcançada e da pressão realizada no governo (BADARÓ-MATTOS, 2013). Além disso, tal greve seguiu, mesmo contrariando orientações governistas de algumas entidades representativas, lançou luz sobre a forma precária como ocorreu o crescimento do ensino superior na primeira década dos anos 2000 e evidenciou a expansão da lógica de ensino superior subordinado ao mercado ocorrida no mesmo período (BADARÓ-MATTOS, 2013).

A última grande transformação pela qual passou a ASSUFRGS, em 2015, foi desvincular-se do

Nessa significativa mobilização, a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS desempenhou um importante papel, pois foi a primeira entidade representante dos docentes que declarou estado de greve; era, também, ligada ao ANDES-SN, que contava com maior legitimidade na representação dos docentes no âmbito nacional, fato que representou um ponto de inversão na lógica de alinhamento ao governo adotada pelo PROIFES.

de trabalho. Com relação às condições de trabalho, estas deviam-se principalmente à aplicação de forma limitada do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), posto em prática em 2007 pelo governo Lula, tendo como objetivo a criação de novas universidades e a expansão das universidades já existentes. A má aplicação desse programa causou superlotação de salas de aula, além de precarização de laboratórios, bibliotecas e, consequentemente, do ensino (COLARES; SINDEAUX, 2015; BADARÓ-MATTOS, 2013).

Já as reivindicações salariais deviam-se princi-

SINTEST/RS, transformando-se em ASSUFRGS-Sindicato, o que, segundo o próprio sindicato, fortaleceu a categoria (ASSUFRGS, 2021). Diante do exposto, pode-se afirmar que o movimento sindical nas universidades públicas reflete as contradições e a contraposição de concepções conflitantes relacionadas ao papel do sindicato. Questões como a cooptação por parte de governos e a atuação ou não em causas mais amplas – além das causas da categoria – fazem parte dos movimentos sindicais desde seu nascimento. Merece destaque, também, o fato de pautas como a possibilidade de escolha de seus dirigentes máximos e a autonomia universitária serem presentes desde o princípio dos sindicatos de servidores das universidades.

Diante desse cenário, foi realizado no Salão de Atos da UFRGS, em 18 de dezembro de 2019, um debate entre as entidades representantes de segmentos da comunidade universitária. Na ocasião, a ASSUFRGS e a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS reafirmaram, no debate e durante todo o processo eleitoral, seu posicionamento por uma consulta paritária, conforme fala do então coordenador-geral da ASSUFRGS, Charles Florczak Almeida, em reportagem publicada no site da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS: “Se há um risco de intervenção do governo federal, isso não pode ser respondido com fomento ao medo, e sim com a afirmação da autonomia universitária e com a unidade da comunidade em defesa de uma nomeação que respeite os processos internos de escolha” (ANDES/UFRGS, 2020). Já a ADUFRGS posicionou-se pela manutenção da proporção definida em lei, em que os docentes têm 70% do peso dos votos.

Tal questão foi deliberada pelo CONSUN, em sessão realizada no dia 16 de junho de 2020, em que a maioria dos conselheiros votou pela manutenção do assento eleitoral, com o peso dos votos de 70-15-15, respectivamente para docentes, técnico-administrativos e discentes, além da adoção de um fator redutor para os votos das categorias com menor participação. Assim, a consulta à comunidade universitária foi realizada no dia 13 de julho de 2020, seguindo as normas definidas pelo CONSUN, tendo como resultado a vitória da chapa composta do então reitor, Rui Vicente Oppermann, e da então vice-reitora, Jane

Tutikian. O resultado foi referendado pelo CONSUN no dia 17 de julho de 2020, tendo elaborado a lista tríplice enviada ao MEC e sendo encabeçada pela chapa composta por Rui Vicente Oppermann e Jane Tutikian, seguida pela chapa integrada pelas professoras Karla Müller e Claudia Wasserman, e, por fim, pela chapa composta por Carlos André Bulhões e Patrícia Pranke. Como forma de reafirmar seu posicionamento a favor da paridade, após a divulgação do resultado da consulta à comunidade universitária, a ASSUFRGS e a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS fizeram a divulgação do resultado paritário da consulta, que seria distinto daquele obtido nos moldes em que a consulta foi realizada, tendo como vitoriosa a chapa das professoras Karla Maria Müller e Claudia Wasserman.

Mesmo diante dos protestos da comunidade universitária, o presidente da República, Jair Bolsonaro, realizou a nomeação da chapa menos votada nas eleições, deliberando o nome de Carlos André Bulhões como reitor da UFRGS, publicando o ato no Diário Oficial da União em 16 de setembro de 2020. Em seguida, ocorreu a nomeação de Patrícia Pranke como vice-reitora, por meio de ato do reitor interventor, publicado no Diário Oficial da União em 23 de se-

Pode-se afirmar que o movimento sindical nas universidades públicas reflete as contradições e a contraposição de concepções conflitantes relacionadas ao papel do sindicato. Questões como a cooptação por parte de governos e a atuação ou não em causas mais amplas – além das causas da categoria – fazem parte dos movimentos sindicais desde seu nascimento. Merece destaque, também, o fato de pautas como a possibilidade de escolha de seus dirigentes máximos e a autonomia universitária serem presentes desde o princípio dos sindicatos de servidores das universidades.

tembro de 2020, concretizando a intervenção na universidade. Os dados documentais demonstram que houve uma união de forças entre diversos segmentos da comunidade universitária, após a confirmação da nomeação dos interventores, apesar de haver divergências do ponto de vista ideológico, que marcam os sindicatos aqui estudados.

Considerações finais

Analisando os dados obtidos na pesquisa, verificou-se que a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e a ASSUFRGS possuem posições sindicais muito próximas à concepção anarquista. Tais posições são expressas pelas entidades localmente, assim como por seus representantes nacionais, FASUBRA e ANDES-SN. Dentre as características da concepção anarquista, pode-se destacar as iniciativas de formação de consciência política nos trabalhadores. Outra característica marcante de tais sindicatos está em sua posição pela autonomia da prática sindical. Tal traço é presente também na ASSUFRGS, que, por meio de sua representante nacional, afirma ser um sindicato independente, democrático e sem caráter religioso ou político (FASUBRA, 2021). Em uma corrente distinta, encontra-se a ADUFRGS, que, em um modelo sindical próximo das concepções cristã e reformista, adota uma postura que privilegia a negociação e prioriza as pautas da categoria.

Mesmo que os sindicatos tenham atuado, e continuem atuando, contra a intervenção, percebe-se o grande prejuízo da pandemia na articulação. Tendo a realização de grandes atos sido inviabilizada por esse cenário, os sindicatos apostaram na realização de atos simbólicos, marcando presença em datas importantes, além de atuarem por meio das redes sociais, em publicação de posts, reportagens em seus sites, notas e artigos.

Tendo em vista as diferentes concepções sindicais apresentadas, pode-se perceber que a formação sindical no Brasil não adotou um único formato, mas foi influenciada por diferentes correntes de pensamento. Baseando-se nas concepções que influenciaram o movimento sindical brasileiro, é possível avançar no sentido de compreender como a organização se formou e vem atuando ao longo de sua história. Em verdade, é justamente dessa divergência de posições sobre o modelo de atuação sindical que deriva o surgimento de dois movimentos docentes na universidade, representados pela Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e ADUFRGS. O conturbado processo que

resultou nessa forte cisão é amplamente documentado por meio de textos, artigos e vídeos na internet, tendo em vista suas repercussões e sua importância para a compreensão do fenômeno aqui estudado. Apesar disso, existem pontos de convergência em alguns posicionamentos, como a defesa da gratuidade do ensino em todos os níveis; a defesa da autonomia das universidades; a defesa de que as eleições de reitores e vice-reitores se encerrem dentro da instituição, extinguindo a lista tríplice; e a contrariedade ao modelo de universidade privatista. Porém, mesmo com pontos de convergência em certas pautas, as diferenças ficam claras quando analisamos a forma como os sindicatos atuam para atingir seus objetivos, bem como suas atuações e posicionamentos diante da intervenção na UFRGS.

Tais posicionamentos são importantíssimos para a compreensão do fenômeno ocorrido na UFRGS, pois influenciam diretamente a percepção de representação da comunidade universitária. Diante disso, percebe-se que a aposta de realizar a consulta à comunidade universitária na forma da lei, acreditando que a legalidade seria uma barreira para eventual intervenção, não só fracassou, como também enfraqueceu a resistência da comunidade contra a intervenção, já que principalmente os segmentos de técnico-administrativos e discentes não se veem representados pelo resultado de uma eleição que diminui sua importância na decisão.

Mesmo que os sindicatos tenham atuado, e continuem atuando, contra a intervenção, percebe-se o grande prejuízo da pandemia na articulação. Tendo a realização de grandes atos sido inviabilizada por esse cenário, os sindicatos apostaram na realização de atos simbólicos, marcando presença em datas importantes, além de atuarem por meio das redes sociais, em publicação de posts, reportagens em seus sites, notas e artigos. Destaca-se, também, a importante atuação dos sindicatos em apoio às decisões tomadas no CONSUN, pois estas foram importantíssimas a fim de barrar o projeto dos interventores para a universidade e de reafirmar a necessidade de respeito às decisões dos órgãos colegiados e da democracia interna. **US**

- ADUFRGS. Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do RS. **Breve histórico da ADUFRGS-Sindical**. 2021. Disponível em: <https://adufgrs.org.br/instituicao/>. Acesso em: 24 fev. 2021.
- ADUNEB. Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado da Bahia. **Registro sindical do ANDES-SN: breve histórico de lutas**. 2010. Disponível em: http://www.aduneb.com.br/noticias.php?news_not_pk=1268. Acesso em: 18 abr. 2021.
- ADURN. Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **História**. 2021. Disponível em: <https://www.adurn.org.br/historia/>. Acesso em: 18 abr. 2021.
- ANDES/UFRGS. Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS. **A incorporação do titular à carreira e os critérios de promoção**. 2013. Disponível em: <https://andesufrgs.files.wordpress.com/2014/04/panfleto-promoc3a7ao-titular-dezembro2013.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2021.
- ANDES/UFRGS. Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS. **Greve dos professores federais completa um mês neste domingo (17/06)**. 2012. Disponível em: <https://andesufrgs.org.br/2012/06/15/greve-dos-professores-federais-completa-um-mes-neste-domingo-1706/>. Acesso em: 27 fev. 2021.
- ANDES/UFRGS. Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS. **Nossa História**. 2021. Disponível em: <https://andesufrgs.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 24 fev. 2021.
- ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Leia a nota pública do ANDES-SN sobre a desfiliação da CUT**. 2005. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/leia-a-nota-publica-do-andes-sn-sobre-a-desfiliao-da-cut/>. Acesso em: 20 out. 2021.
- ASSUFRGS. Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS. **Histórias e Conquistas**. 2021. Disponível em: <https://www.assufrgs.org.br/historia-e-conquistas/>. Acesso em: 24 fev. 2021.
- BADARÓ-MATTOS, Marcelo. Uma greve, várias lições: a greve das universidades federais no Brasil em 2012. **Revista iberoamericana de educación superior**, v. 4, n. 10, p. 135-142, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/ries/v4n10/v4n10a8.pdf>. Acesso em: 04 out. 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições70, 2010.
- CATTANI, Antônio David; ARAÚJO, Silvia Maria. “Sindicatos – sindicalismo”. In: CATTANI, Antônio David; HOLZMANN, Lorena. Dicionário de trabalho e tecnologia. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- COELHO, Pedro. O movimento sindical na universidade pública brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 74, n. 178, p. 555-580, 1993. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. DOI: <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.74i178.1181>. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1163>. Acesso em: 02 abr. 2021.
- COLARES, André Felipe Vieira; SINDEAUX, Roney Versiani. GREVE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS EM 2012: um movimento na academia e sua repercussão na sociedade. **Textos e Debates**, Boa Vista, v. 2, n. 24, p. 61-77, 20 mar. 2015. Universidade Federal de Roraima. DOI: <http://dx.doi.org/10.18227/2217-1448ted.v2i24.1820>. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/textosedebates/article/view/1820>. Acesso em: 04 out. 2021.

referências

- CUNHA, Luiz Antônio. Luta política nas universidades federais: poder sindical versus poder acadêmico. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 8, n. 3, 2003. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1231>. Acesso em: 20 set. 2021.
- DUTRA, Norivan Lustosa Lisboa; CASTIONI, Remi. Dois sindicatos e uma categoria: o caso dos docentes federais do Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE ASTE, 7., 2019, Lisboa. **Livro de Atas**. Lisboa: Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2020. p. 167-183. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/40395>. Acesso em: 04 out. 2021.
- ESTANQUE, Elísio; COSTA, Hermes. O sindicalismo europeu no centro do vulcão: desafios e ameaças. **Janus** 2013, p. 176-177, 2013. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/43948>. Acesso em: 02 out. 2021.
- FASUBRA. Federação de Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras. **Histórico**. 2021. Disponível em: <https://fasubra.org.br/historico-da-entidade/>. Acesso em: 10 out. 2021.
- GENRO, Maria Elly Herz. **Movimentos sociais na universidade: rupturas e inovações na construção da cidadania**. 2000. 240 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/200681>. Acesso em: 10 out. 2021.
- GOETTERT, Jones Dari. **Introdução à História do Movimento Sindical**. Cuiabá/MT: SINTEP, 2014.
- HILÁRIO, Antônio Carlos. "Movimento sindical". In: CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de et al, (org.). **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: Eduemg, 2012. p. 112-116. Disponível em: http://eduemg.uemg.br/images/livros-pdf/catalogo-2012/2012_DICIONARIO_DE_POLITICAS_PUBLICAS_VOL_1.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.
- LOPES, Sergio Leite. História e transformações do sindicalismo brasileiro. **Theomai**, n. 19, p. 31-46, 2009. Disponível em: <http://revista-theomai.unq.edu.ar/numero19/ArtLopes.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.
- OLIVEIRA, Eduardo Rolim de. **A ANDES mente, como sempre!** 2021. Disponível em: <https://www.proifes.org.br/noticias-proifes/diretor-do-proifes-federacao-desmente-fake-news/>. Acesso em: 11 out. 2021.
- PALHARES, Isabela. **Reitores eleitos e não empossados por Bolsonaro questionam MEC**. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/12/reitores-eleitos-e-nao-empossados-por-bolsonaro-questionam-mec.shtml>. Acesso em: 04 out. 2021.
- PINTO, Almir Pazzianotto. Movimento sindical brasileiro. **Revista da Escola Superior de Guerra**, n. 20, p. 45-57, 1991.
- PINTO, João Alberto da Costa. OS SIGNIFICADOS HISTÓRICOS DA GREVE DOS PROFESSORES NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS EM 2012. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 4, n. 2, p. 58-68, 2012. DOI: 10.9771/gmed.v4i2.9385. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9385>. Acesso em: 19 nov. 2021.

referências

- PIRES FILHO, Fernando Molinos. **Sobre o movimento docente na UFRGS: o golpe de 03 de dezembro de 2008**: um registro e uma homenagem aos que permanecem na resistência. 2013. Disponível em: <https://andesufrgs.wordpress.com/sobre-o-movimento-docente-na-ufrgs-o-golpe-de-03-de-dezembro-de-2008/>. Acesso em: 11 out. 2021.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira. ANDES: representação política e sindical de professores universitários. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 93, p. 72-80, 1995. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/851>. Acesso em: 04 out. 2021
- SALDAÑA, Paulo. **Bolsonaro nomeou 19 reitores que não foram os mais votados nas universidades**. 2021. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/bolsonaro-nomeou-19-reitores-que-nao-foram-os-mais-votados-nas-universidades/>. Acesso em: 04 out. 2021.
- SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 103-120, out. 1999. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KCkbMh43JQFRsKGYBRXfXqm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2021.
- SILVA, Agostinho de Lima. **Análise da participação institucional e sindical dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Goiás**. 2010. 118 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Negociação Coletiva, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/34507>. Acesso em: 04 out. 2021
- SUL21. **Greve de professores na UFRGS deve ter maior adesão nos próximos dias**. 2012a. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/noticias/2012/07/greve-de-professores-na-ufrgs-deve-ter-maior-adesao-nos-proximos-dias/>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- SUL21. **Servidores da UFRGS e UFCSPA entram em greve por tempo indeterminado**. 2012b. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/noticias/2012/06/servidores-da-ufrgs-e-ufcspa-entram-em-greve-por-tempo-indeterminado/>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Estatuto e Regimento Geral**. Porto Alegre, 1995.
- UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Histórico**. 2021. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>. Acesso em: 08 fev. 2021.

referências

Di Cavalcanti, Belmonte e Péricles

Bira Dantas,

59 anos, é chargista do movimento sindical há 40.

E não pretende parar tão cedo...

E-mail: biradantas2000@gmail.com

Nesta edição da revista do ANDES-SN homenageei esses três artistas, retratando suas linhas, atualizando seus traços. ‘Di’ e Belmonte participaram da importante Semana de 22. Péricles foi o criador do personagem mais sacana de todos os tempos. Os três tiveram papel fundamental na minha formação como chargista.

Descobri o pintor carioca Di Cavalcanti (1897-1976) por sua trajetória na história da pintura brasileira, mas minha surpresa foi descobrir que ele, um dos grandes nomes do Movimento Modernista (que tomou a cena cultural brasileira há cem anos), singrou também os mares da caricatura, ilustração e do cartum na imprensa. ‘Di’ impregnou as artes gráficas de então com pinceladas, pontilhismos e hachurados vindos das artes plásticas. Arte influenciando e modificando Arte. Doze anos antes da Semana que marcou o Modernismo no Brasil, Emiliano Di Ca-

valcanti, então com apenas 13 anos, publicou vários cartuns nas revistas Fon-Fon, Guanabara, A Rajada e O Malho. E três anos antes de desenhar o cartaz e a capa do catálogo da tal Semana, ilustrou os livros “Carnaval”, de Manuel Bandeira, e “O Enforcado”, de Oscar Wilde. Sim, suas pinceladas tingiram livros, jornais e revistas antes de figurarem em telas, murais e cenários de peças teatrais. Sua série de charges “A Realidade Brasileira” faz parte da coleção de Artes Visuais do Instituto de Estudos Brasileiros da USP. A charge ali figura em local de arte, como era de se esperar.

Eu já era fã de Benedito Barreto (1886/1947), o chargista paulistano conhecido como Belmonte. Na década de 1980, adquiri seu livro de charges da Segunda Guerra, “Caricatura dos Tempos”, editado pela Melhoramentos. Suas caricaturas precisas e preciosas eram muito modernas para a época. Até então, es-

“Semana de Arte Moderna”



BELMONTE & BRANTÁS



tilos caricaturais acadêmicos, como o dos pioneiros Angelo Agostini e Pedro Américo, já eram considerados ultrapassados por serem retratos de políticos em corpinhos – o chamado estilo “minicraques”. Belmonte tinha o frescor da inovação gráfica. “Caricatura dos Tempos” e “O Pipoqueiro da Esquina” (Drummond e Ziraldo) fizeram parte de meu início como cartunista. Tempos depois, descobri que ele fez história ao ter dezenas de charges suas – críticas a Hitler – publicadas pela Europa. E fez mais história ao ser citado pelo irritado ministro da propaganda nazista Joseph Goebbels, que desabafou em uma transmissão na Rádio de Berlim: “Certamente o artista foi pago pelos Aliados”. Belmonte foi o criador de Juca Pato, que personificava, em charges, a classe média paulistana, trabalhadora e frustrada pelas oligarquias que dominavam o país (Juca Pato virou prêmio literário concedido pela União Brasileira de Escritores). Pois este chargista, que criticou tanto Getúlio Vargas quanto os nazistas, criou cartuns-propaganda para a Semana de Arte Moderna (um desses cartuns refiz como verso de capa desta revista; o outro, como ilustração deste artigo). Esses desenhos serviam para divulgar os eventos que ocorreriam entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 1922, no Theatro Municipal de São Paulo, palco de conferências, exposições, recitais de músicas e poemas. Era o grito de um grupo de artistas que se rebelava contra os padrões estéticos da arte brasileira.

- Arte? Que arte? Estavam prontos para devorá-la! Receberam aclamações, vaias e um belo prejuízo financeiro.

Por fim, Péricles de Andrade Maranhão (1924-1961) não fez parte deste Movimento Modernista, até porque nasceu dois anos atrasado. Mas o cartunista pernambucano criou um personagem que atacou diretamente o mesmo parnasianismo, ao confrontar cidadãos comuns com o que existia de mais perverso nas relações humanas. Em 1940, o humor ácido e impiedoso de seu “Amigo da Onça” não poupava ninguém nas páginas de O Cruzeiro, em especial a elite carioca. O autor da frase “Fiado só amanhã” fez história até no Tatuapé, zona leste paulistana. Meu padrinho Vicente, metalúrgico da Gazarra e barbeiro nas horas vagas, tinha nas paredes de seu salão várias páginas do personagem imortal de Péricles. Arranca-

va risadas cotidianas dos frequentadores. Infelizmente o cartunista se matou com menos de 40 anos, ao ligar o gás em seu apartamento, no Rio de Janeiro. Na porta da cozinha escreveu: “Por favor, não riskem fósforos. Assinado: o Amigo da Onça”.

Tratei de homenageá-lo na minha charge desta edição.

Gran finale

Ao entrar no palco calçando um sapato e um chinelo, o maestro Villa-Lobos foi fulminantemente vaiado pela plateia bastante irritada pelas performances e discursos provocadores/provocativos de modernistas. O chinelo não era nenhuma performance, apenas um calo inflamado. Pegando carona nessa cena, penso que o papel do chargista é exatamente este: mostrar o chinelo, denunciar o calo. Ou mostrar o calo e denunciar o chinelo. Como preferirem. **US**



Foto: Acervo Adusb

Caminhão é carregado com cestas básicas recolhidas pela Adusb SSind



Solidariedade:

uma pauta sempre importante para o ANDES-SN

Em meio à pandemia e tragédias ambientais, o apoio do nosso sindicato e seções sindicais a diversas famílias

Desde os primeiros anúncios da pandemia da Covid-19, o ANDES-SN e as seções sindicais adotaram como medida de solidariedade de classe o apoio às famílias que ficaram sem condições de trabalho. Foram milhares de ações em todo o país para atenuar a fome e oferecer uma possibilidade de auxílio solidário à classe trabalhadora que mais sofreu com os efeitos da pandemia, antes ainda que o auxílio do governo federal fosse aprovado.

Durante esses dois anos, as ações de solidariedade de classe do ANDES-SN e das seções sindicais proporcionaram um encontro entre a universidade e a população mais pobre, que sofreu intensamente os impactos da pandemia.






CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE

DOAÇÕES AOS ATINGIDOS PELAS CHUVAS EM ITAPETINGA, JEQUIÉ E VITÓRIA DA CONQUISTA

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UESB
PIX: SOLIDARIEDADE.ADUSB@GMAIL.COM

ANDES SINDICATO NACIONAL
CSP Contato
ADUSB/ ANDES-SN

77 98829-3612 • adusb.org.br • @adusbsind • adusb

FOTOS: PREFEITURA DE JEQUIÉ

AÇÃO SOLIDÁRIA PARA OS/AS ATINGIDOS/AS PELAS CHUVAS

Podem ser doados alimentos não perecíveis, água mineral, material de limpeza, colchões, capas de chuva, roupas, fraldas descartáveis e absorventes feminino, entre outros insumos.

Ouro Preto:

Centro de Convenções da UFOP (perto da Praça da Estação) – das 8h às 18h
IFMG - Campus Ouro Preto - portaria principal - Rua Pandiá Calógeras, 898 - das 8h às 18h

Mariana:

Casa de Cultura (ao lado da Igreja da Sé) – das 8h às 18h

João Monlevade:

Campus Universitário (ICEA) - Rua 36, 115, Loanda - das 8h às 17h (procurar Jonathan)

Itabirito:

Igreja da Boa Viagem (Praça Dom Silvério)

Além dessas ações, no final do ano de 2021, tivemos tragédias ambientais anunciadas, como as enchentes que atingiram o extremo sul, sul e sudoeste da Bahia, especialmente trágicas nas cidades de Itamaraju, Itabuna, Itapetinga, Ilhéus, Jequié e Vitória da Conquista.

Em seguida, no início de fevereiro, nas cidades de Petrópolis-RJ e Ouro Preto-MG, novas tragédias ocorreram por conta das chuvas, do despreparo dos governos em efetivar políticas de contenção de encostas e da ausência de políticas de habitação para as famílias mais pobres, que acabam ocupando encostas de morros e áreas de cabeceira de rios.

Nessas cidades, onde existem *campi* das universidades UESC, UESB, UNEB, UFOP e UFSB, e nas universidades localizadas no estado do Rio de Janeiro, ocorreram campanhas de solidariedade às famílias desabrigadas. As seções sindicais e a diretoria do ANDES-SN participaram dessa rede de apoio, com seus militantes e diretores, com os recursos disponíveis do Fundo Único de Solidariedade e das seções sindicais.



Foram criadas várias redes envolvendo centrais sindicais, federações e grupos de voluntários. A nossa central sindical, CSP-CONLUTAS, atuou diretamente no norte de Minas Gerais e na região de Ilhéus e Itabuna, na Bahia.

Os registros fotográficos apresentados aqui traduzem parte do que é impossível de ser descrito: famílias desabrigadas, suas casas e pertences destruídos, histórias desfeitas, abrigos emergenciais em escolas, igrejas e universidade e a dificuldade em retomar a vida depois da enchente.

Em todos esses momentos, a solidariedade do povo foi fundamental para que as pessoas, em primeiro lugar, sobrevivessem e, em seguida, estivessem a salvo num abrigo temporário. As experiências dessas pessoas e daqueles/as que participaram dessas ações de solidariedade ficarão para sempre registradas em nossas memórias. Esta reportagem fotográfica é uma tentativa de transmitir essa imensa riqueza de afetos humanos que moveram tantos indivíduos e entidades. É preciso tirar lições dessa história, e a principal é: quando há solidariedade de classe, todos nos fortalecemos.

Na Bahia, a situação calamitosa de uma rua depois das fortes chuvas

.....

O socorro às cidades atingidas pelas enchentes na Bahia e em Minas Gerais

Colchões recolhidos pela AduSB SSind



Foto: Acervo AduSB

Os estragos na Bahia

As fortes chuvas que atingiram grande parte do país em dezembro de 2021, aliadas ao descaso dos governantes com as questões de moradia e infraestrutura urbana, provocaram alagamentos em diversos estados brasileiros.

Na Bahia, 191 municípios foram afetados pelas enchentes e, desse total, 175 decretaram situação de emergência, conforme dados divulgados pela Superintendência de Proteção e Defesa Civil da Bahia (Sudec) no dia 12 de janeiro de 2022. Foram contabilizados 27.210 desabrigados, 59.637 desalojados, 2 desaparecidos, 26 mortos e 523 feridos. O total de atingidos foi de 856.917 pessoas.

Diante da ausência do poder público em diversos locais do estado, as associações dos docentes das universidades estaduais da Bahia (Ueba) e seções sindicais do ANDES-SN, em unidade com diversas entidades e movimentos sociais, realizaram uma série de ações em solidariedade às famílias vítimas das inundações.



Solidariedade



.....●
Atingidos pelas enchentes,
moradores de Salobrinho,
em Ilhéus, fecham rua para
cobrar providências da prefeitura



Almoço solidário realizado no mês das mulheres no bairro João Soares, em Itabuna



Fotos: Pablo Brandão - ASCOM ADUSC

Luiz Henrique Blume, 3º secretário do ANDES-SN, contou que a população de bairros localizados nas cidades de Itabuna e Ilhéus, no sul do estado, e em outras comunidades ficou isolada diante das fortes chuvas ocorridas entre 24 a 30 de dezembro de 2021 e que a comunidade da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc) resgatou o projeto Uesc Solidária, iniciado durante a pandemia da Covid-19, para ajudar as pessoas que perderam suas rendas.

O ANDES-SN destinou recursos do Fundo Nacional da Adusc SSind para as ações de solidariedade às vítimas. “Houve uma ausência completa do poder público, que demorou muito para enviar assistentes sociais para cadastrar as famílias desabrigadas. Somente a partir do dia 30 de dezembro de 2021 é que esse cadastramento começou a ser feito, e de uma forma muito desarticulada com as três esferas: municipal, estadual e federal”, relatou Blume.



Com as doações financeiras, foi possível abastecer as cozinhas dos abrigos com mantimentos e doar colchões e cestas básicas. Além disso, a Adusc SSind e demais parceiros conseguiram abrigar famílias nas escolas municipais e no hospital veterinário da Uesc.

Entrega de donativos para moradores de Vila Cachoeira (distrito de Ilhéus), atingida pelas enchentes de dezembro



Ação social para crianças do
bairro Nova Califórnia,
em Itabuna

Foto: Acervo Adusb



A Adusb doou 300 cestas básicas para
famílias em vulnerabilidade social em
Jequié e Vitória da Conquista

Em Itapetinga, Jequié e Vitória da Conquista, as chuvas também não deram trégua e famílias ficaram desabrigadas. A Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Adusb SSind) doou R\$ 15 mil de seu caixa para ações realizadas nos três municípios afetados. Colchões, cestas básicas, roupas, fogões e água foram alguns dos produtos recebidos pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) para atender à população afetada pelos temporais na região sul do estado.



Cerca de 40 famílias da Comunidade Quilombola Lagoa de Maria Clemência, em Vitória da Conquista, foram atendidas com doações feitas através da campanha A Solidariedade Resiste, criada pela Adusb



Voluntários ajudam a organizar e distribuir diversos itens para doação

Doações de alimentos, colchões, móveis, materiais de construção, higiene e limpeza, roupas de cama e banho atenderam a famílias, mulheres e indígenas nas cidades de Itambé, Jequié, Vitória da Conquista e Cândido Sales



A Adusb entregou materiais de limpeza para famílias atingidas pelas chuvas na cidade de Itapetinga



A Adusb fez doações em Jequié por conta das fortes chuvas que afetaram milhares de famílias na Bahia



A seção também lançou uma campanha em solidariedade às vítimas dos alagamentos, que contou com doações do caixa nacional do ANDES-SN, de seções sindicais e de pessoas físicas, como docentes da Uesb e de outras instituições. Com a chegada das doações em dinheiro, novos municípios afetados pelas chuvas foram atendidos, alcançando comunidades quilombolas, acampamentos de trabalhadores e trabalhadoras sem terra e indígenas.

Segundo Alexandre Galvão, presidente da Adusb SSind, naquele período, cerca de 200 famílias foram contempladas com as ações da seção sindical do ANDES-SN e parceiros. “Houve famílias que perderam tudo, municípios que ficaram submersos em quase sua totalidade. Uma tragédia de proporções gigantescas”, afirmou. Para Galvão, o desmatamento e a falta de cuidado com as regiões próximas aos rios contribuíram para a situação.

Marcos Tavares, 1º vice-presidente da Regional Nordeste III do ANDES-SN, destacou a importância do trabalho realizado pelas seções sindicais. “A Regional Nordeste já vinha trabalhando em dezembro desde as primeiras chuvas em Itamaraju, na região de Teixeira de Freitas (extremo-sul do estado), apoiando as entidades na distribuição de alimentos. E o ANDES-SN trabalhou junto com suas seções sindicais nas regiões em campanhas de solidariedade, recolhendo doações e entregando-as às comunidades atingidas. Todas as seções da Bahia reuniram esforços com ações para reduzir os impactos que as chuvas trouxeram à vida da população”, disse Marcos.

As chuvas em Minas Gerais

Centenas de cidades em Minas Gerais também enfrentaram o caos após as fortes chuvas de dezembro e janeiro. Conforme dados divulgados no dia 11 de janeiro pela Defesa Civil do estado, 145 municípios ficaram em situação de emergência. Foram 3.481 desabrigados, 13.756 desalojados e 19 mortos desde o início do período chuvoso, em 1º de outubro. Por conta das investigações ainda em andamento, os dados não incluíram as 10 mortes ocorridas no dia 8 de janeiro em Capitólio, após o desabamento de um paredão de pedra no cânion da represa de Furnas.

No dia 9 de janeiro, 120 pessoas ficaram ilhadas em suas casas em pelo menos 10 cidades da região metropolitana da capital. Na cidade de Nova Era, uma ponte rompeu-se parcialmente quando o nível do rio Piracicaba ultrapassou a cota máxima. No dia 13, um deslizamento de terra destruiu imóveis históricos em Ouro Preto e todas as pessoas foram evacuadas de suas residências, evitando um desastre ainda maior.



Foto: Bruno Costalonga Ferraz

• A barragem da mina Pau Branco, da Vallourec, em Nova Lima, está no limite de utilização e ameaça o meio ambiente e os moradores da região

Foto: Larissa Lana - ADUFOP



• Adufop faz doação de camisas para o acampamento Novo Taquaral - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, que abrigou famílias de Ouro Preto



A alta do Rio Doce causou muitos transtornos em Governador Valadares. A prefeitura informou que 6 mil pessoas foram desalojadas por conta das inundações. A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) paralisou as aulas no *campus* avançado de Governador Valadares em razão da gravidade dos efeitos da chuva na cidade, com inundações de ruas e bairros, gerando riscos para a segurança da comunidade acadêmica.

A Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora (Apesjf SSind) apoiou a campanha de doações aos atingidos pelas chuvas em Governador Valadares, mais especificamente às famílias da região de São Pedro e Santos Dumont, organizada por coletivos de arte e diversidade da região.

Já a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto (Adufop SSind), com demais entidades, participou da campanha de doação organizada pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proex/Ufop), pelo Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) e pelas prefeituras municipais da região. As cidades de Ouro Preto, Mariana, João Monlevade e Itabirito foram as cidades contempladas com as doações.

Trecho da barragem da mina
Pau Branco, da Vallourec,
em Nova Lima, que se rompeu,
gerando enormes perdas ambientais





Fotos: Larissa Lana - ADUFOP

Moradores do Acampamento Novo Taquaral comemoram um mês da ocupação do terreno conhecido como terras da Novelis e Hindalco (eles exigem que as empresas devolvam à prefeitura o terreno doado para a mineradora Alcan Alumínio, em 1971, que nunca foi usado)

Churrasco de comemoração de um mês do Acampamento Novo Taquaral (MTST), em Ouro Preto



Áreas próximas às barragens em alerta

Minas Gerais também segue em estado de alerta devido às barragens de minério e de hidrelétricas no estado. De acordo com a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), das 31 barragens em situação de emergência em Minas Gerais, 22 estão em nível 1 (menos preocupante), seis em nível 2 e três em nível 3.

No município de Nova Lima, uma tubulação de drenagem da barragem de sedimentos da Mina de Pau Branco, da empresa Vallourec, transbordou e interditou a rodovia Presidente Juscelino Kubistchek, no dia 8 de janeiro. Duas unidades de conservação da região foram afetadas e cinco pessoas da mesma família morreram em um deslizamento de terra na Serra da Moeda.

No dia 9 de janeiro, a prefeitura da cidade de Pará de Minas e a Defesa Civil emitiram



um alerta máximo para que as famílias residentes abaixo da barragem hidrelétrica da Usina Carioca saíssem imediatamente de suas casas, devido a um transbordamento de água e ao alto risco de rompimento.

Moradoras e moradores do distrito de Sebastião das Águas Claras (chamada de Macacos), em Nova Lima, amanhecera com um rio de lama cobrindo as ruas, no dia 11 de janeiro, que não escoava devido a um muro de contenção construído pela Vale, que obstruiu pontes e vias de acesso.

Em Congonhas, a justiça autorizou, no dia 9 de janeiro, o uso de força policial para fiscalizar danos na barragem Casa de Pedra da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Já em Brumadinho, as comunidades de Monte Cristo e Tejuco entraram em estado de emergência após o estouro de um dique de contenção de sedimentos da mineradora Tejucana.

O governo e o ministério público estaduais, após notificarem as empresas responsáveis pelas barragens de rejeitos existentes no estado, iniciaram, no dia 13 de janeiro, uma análise das informações enviadas pelas três mineradoras responsáveis pelas 31 barragens no estado acerca dos efeitos das recentes chuvas e das ações adotadas para monitorar o grau de segurança estrutural das construções. **US**

• Membros da Frente Mineira
• de Luta (FLAMa-MG) seguram
• faixa com os dizeres “Moradores
• de Antônio Pereira sofrem
• com o risco de rompimento da
• Barragem de Doutor”, no Ato
• 8M, em Ouro Preto



Homenagem ao poeta

Thiago de Mello

(30/03/1926-14/01/2022)

Palavras de Isabella Thiago de Mello

Ilustração desenvolvida a partir de foto de Lilly Sverner

Na tentativa de se evitar erros biográficos (muito comuns), esclareço alguns pontos, como, por exemplo, que papai conheceu Pablo Neruda no exílio chileno. Não é verdade. Quase dez anos antes, papai já havia morado no Chile – entre 1961 e 1964, foi adido cultural do Brasil no Chile – e foi trabalhando na área de Literatura e Artes Plásticas que os poetas trabalharam juntos: um traduziu a obra do outro. A primeira antologia de Neruda no Brasil é da Editora Letras & Artes, com tradução de Thiago de Mello, em 1963. Travaram uma amizade fraterna, companheira; tornaram-se irmãos. Papai morou na casa de Neruda, *La Chascona*, que hoje é museu. Aliás, quem apresentou Neruda ao papai foi Jorge Amado. O autor de *Gabriela* levou o Prêmio Nobel no lançamento do livro *Vento Geral*, na Livraria São José, no Rio de Janeiro, em 1960. Depois do lançamento, saíram para jantar. Eram seis: Thiago de Mello, Pablo Neruda, Jorge Amado, Paulo Mendes Campos, Di Cavalcanti e Irineu Marinho. Que turma! No dia seguinte, os casais Zélia & Jorge e Matilde & Pablo foram, de navio, para Paris. Papai e Neruda se reencontraram no Chile, um ano depois.

Sobre *Os Estatutos do Homem*, a história desse poema é a seguinte: no dia 1º de abril de 1964, o Brasil sofre o golpe civil-militar e Thiago de Mello estava

trabalhando como adido cultural no Chile. Assim que papai recebe a notícia no seu gabinete, a primeira coisa que faz é entregar o cargo, pois jamais poderia servir a um governo golpista. Entrega o cargo e permanece em Santiago, trabalhando em edições de jornais, revistas e no Centro de Estudos Brasileiros. Duas semanas depois, chega a segunda notícia: um de seus melhores amigos, o escritor Carlos Heitor Cony, tinha sido preso pela Polícia Militar dentro da redação do jornal. Papai chorou igual a um bezerro desmamado, longe do país, sem poder ajudar o amigo. Foi para casa – como disse, *La Chascona* de Pablo Neruda, onde morava. Ele vai para a biblioteca e escreve, de uma só vez: “Artigo I: Fica decretado que agora vale a verdade,/ que agora vale a vida/ e que, de mãos dadas,/ trabalharemos todos pela vida verdadeira [...]”. Era a resposta do poeta ao Ato Institucional nº 1 da Ditadura Militar. Dedica *Os Estatutos do Homem* a Cony. Dobra o poema, coloca-o em um envelope e envia-o para o Brasil, para o editor do Jornal Correio da Manhã, Pompeu de Souza, que publica os *Estatutos* na primeira página, no dia 30 de maio de 1964. De norte a sul do país, o poema está em todas as bancas de jornal. Hoje, ele pode ser visto no mural da sede das Nações Unidas. Ganhou o mundo, literalmente: foi traduzido para todos os idiomas do planeta.

**Os Estatutos do Homem
(Ato Institucional Permanente)
A Carlos Heitor Cony**

Artigo I

Fica decretado que agora vale a verdade,
que agora vale a vida,
e que, de mãos dadas,
trabalharemos todos pela vida verdadeira.

Artigo II

Fica decretado que todos os dias da
semana,
inclusive as terças-feiras mais cinzentas,
têm direito a converter-se em manhãs de
domingo.

Artigo III

Fica decretado que, a partir deste instante,
haverá girassóis em todas as janelas,
que os girassóis terão direito
a abrir-se dentro da sombra
e que as janelas devem permanecer, o dia
inteiro,
abertas para o verde onde cresce a
esperança.

Artigo IV

Fica decretado que o homem
não precisará nunca mais
duvidar do homem.
Que o homem confiará no homem
como a palmeira confia no vento,
como o vento confia no ar,
como o ar confia no campo azul do céu.

Parágrafo único:

O homem confiará no homem
como um menino confia em outro
menino.

Artigo V

Fica decretado que os homens
estão livres do jugo da mentira.
Nunca mais será preciso usar
a couraça do silêncio
nem a armadura de palavras.
O homem se sentará à mesa
com seu olhar limpo
porque a verdade passará a ser servida
antes da sobremesa.

Artigo VI

Fica estabelecida, durante dez séculos,
a prática sonhada pelo profeta Isaías,
e o lobo e o cordeiro pastarão juntos
e a comida de ambos terá o mesmo gosto
de aurora.

Artigo VII

Por decreto irrevogável fica estabelecido
o reinado permanente da justiça e da
claridade,
e a alegria será uma bandeira generosa
para sempre desfraldada na alma do povo.

Artigo VIII

Fica decretado que a maior dor
sempre foi e será sempre
não poder dar amor a quem se ama
sabendo que é a água
que dá à planta o milagre da flor.

Artigo IX

Fica permitido que o pão de cada dia
tenha no homem o sinal de seu suor.
Mas que sobretudo tenha sempre
o quente sabor da ternura.

Artigo X

Fica permitido a qualquer pessoa,
a qualquer hora da vida,
o uso do traje branco.

Artigo XI

Fica decretado, por definição,
que o homem é um animal que ama
e que por isso é belo,
muito mais belo que a estrela da manhã.

Artigo XII

Decreta-se que nada será obrigado nem
proibido,
tudo será permitido,
inclusive brincar com os rinocerontes
e caminhar pelas tardes
com uma imensa begônia na lapela.

Parágrafo único:

Só uma coisa fica proibida:
amar sem amor.

Artigo XIII

Fica decretado que o dinheiro
não poderá nunca mais comprar
o sol das manhãs vindouras.
Expulso do grande baú do medo,
o dinheiro se transformará em uma espada
fraternal
para defender o direito de cantar
a festa do dia que chegou.

Artigo final:

Fica proibido o uso da palavra liberdade,
a qual será suprimida dos dicionários
e do pântano enganoso das bocas.
A partir deste instante
a liberdade será algo vivo e transparente
como um fogo, ou um rio,
ou como a semente do trigo
e a sua morada será sempre
o coração do homem.

Os *Estatutos* foram os primeiros de uma série de poemas e artigos que papai enviava do Chile, nesse fatídico ano de 1964, para O Correio. Papai, então, volta de Santiago e chega ao Rio de Janeiro, em maio de 1965, para “trabalhar pela democracia”. É sempre bom lembrar que, em 65, ainda havia expectativas de novas eleições, Juscelino e Negrão de Lima vinham candidatos. E, em setembro daquele ano, na mesma Livraria São José, no Centro do Rio de Janeiro, Thiago de Mello lança o livro *Faz Escuro Mas Eu Canto*, pela Civilização Brasileira, do lendário Ênio Silveira. No livro estão publicados *Os Estatutos* e *Madrugada Camponesa* (*Faz Escuro...* é o último verso deste poema, que deu título ao livro e também à canção que papai compôs com outros versos para a música de Monsueto, cantada por Nara Leão no disco *Manhã de Liberdade*), além do clássico *Horóscopo Para Os Que Estão Vivos* e tantos outros poemas que marcaram uma geração.

Madrugada Camponesa

Madrugada camponesa,
faz escuro ainda no chão,
mas é preciso plantar.
A noite já foi mais noite,
a manhã já vai chegar.

Não vale mais a canção
feita de medo e arremedo
para enganar solidão.
Agora vale a verdade
cantada simples e sempre,
agora vale a alegria
que se constrói dia a dia
feita de canto e de pão.

Breve há de ser (sinto no ar)
tempo de trigo maduro.
Vai ser tempo de ceifar.
Já se levantam prodígios,
chuva azul no milharal,
estrela em flor o feijão,

um leite novo minando
no meu longe seringal.

Madrugada da esperança,
já é quase tempo de amor.
Colho um sol que arde no chão,
lavro a luz dentro da cana,
minha alma no seu pendão.

Madrugada camponesa.
Faz escuro (já nem tanto),
vale a pena trabalhar.
Faz escuro mas eu canto
porque a manhã vai chegar.

Mas aí, o cerco foi ficando cada vez mais perigoso. As bancas de jornais começaram a ser queimadas, bem como os livros de papai *Faz Escuro Mas Eu Canto* e *Canção do Amor Armado*. Os militares fecharam o Congresso, perseguiram juízes, médicos, professores, intelectuais... Amigos sendo presos e desaparecidos. Papai foi preso e minha mãe, Lourdinha, pianista e estudante de Direito à época, também. Perigo de vida iminente. José Ribamar Bessa Freire, jornalista amazonense (como papai) e seu “amigo-irmão”, acompanhou o casal do Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul, para, de lá, atravessarem a fronteira para o Uruguai e, de Montevidéu, seguirem para a Cordilheira dos Andes, onde papai tinha mercado de trabalho e amigos. Bessa fez toda essa travessia até o Chile com papai e mamãe. Exilou-se conosco também. O presidente socialista Salvador Allende nos recebeu de braços abertos.

Como sabemos, o império americano financiou o golpe militar em quase toda a América Latina e, em 11 de setembro de 1973, o general Pinochet manda bombardear o Palácio La Moneda e assassina o presidente. Todo estrangeiro passou a ser considerado “subversivo”. Era o exílio do exílio. Papai conseguiu, com o órgão das Nações Unidas para refugiados, um salvo-conduto para a Alemanha, onde já havia livros seus publicados. Papai foi trabalhar em Mainz. Da Alemanha, seguiu para França e Portugal.

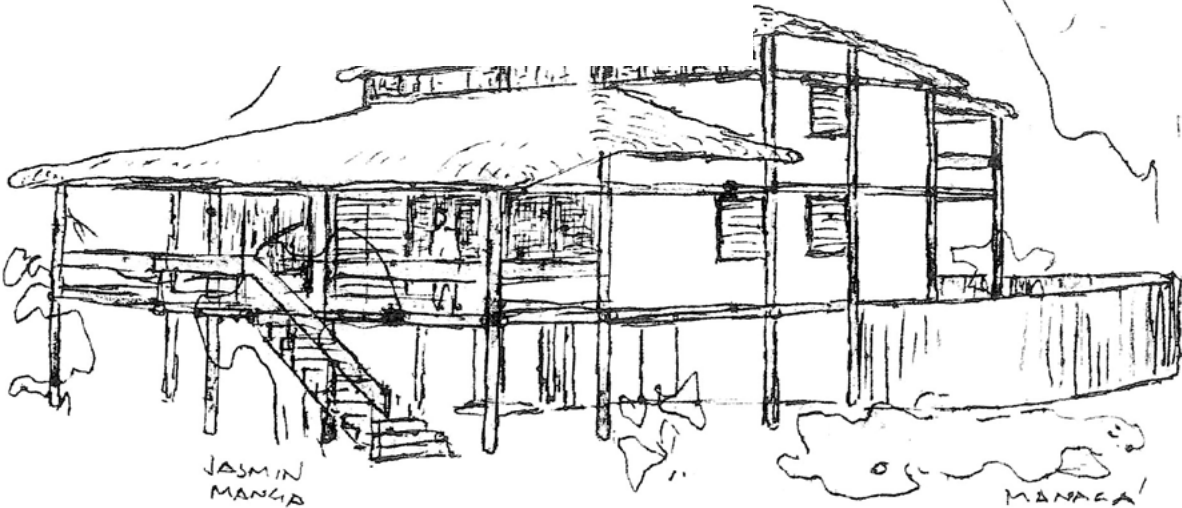
Eu, Isabella, sou filha do exílio de Thiago e Lourdinha. Mamãe, quando foi presa pelos militares den-

tro de casa, na Rua Voluntários da Pátria nº 381, em Botafogo, já estava grávida. Foi Odylo Costa, filho (editor do Jornal do Brasil e imortal da Academia Brasileira de Letras), que tinha, por circunstâncias profissionais, acesso aos militares, quem intercedeu por minha mãe e descobriu onde ela estava presa. (Odylo Costa, filho é tio de minha mãe, irmão mais velho de minha avó Lourdes Costa Rodrigues, mãe de mamãe, que ficou desesperada ao ver a filha ser levada e, imediatamente, ligou para o irmão diretor do JB). O romance de meus pais é um “amor revolucionário”. Minha mãe, além de exímia pianista, era líder estudantil da Faculdade Nacional de Direito e nova companheira do poeta Thiago de Mello – estava muito “visada”... Enquanto isso, papai também já tinha sido preso e livros seus tinham sido queimados. De fato, os dois estavam correndo risco de vida.

Minha avó Lourdes foi a todos os quartéis os quais se possa imaginar procurando pela filha. A cada hora diziam que mamãe estava num lugar. Depois de três meses de procura, sem dormir, vovó encontrou minha mãe em um quartel em Realengo, no Rio de Janeiro. Não tinha tempo a perder: no mesmo dia, comprou passagens para os três – Thiago, Lourdinha e Bessa – direto para o Rio Grande do Sul. E eu, na barriga da mamãe.

Quando voltamos do exílio, papai fez questão de me registrar brasileira, no Amazonas. Assim, tenho dupla cidadania: chilena e brasileira. E, aqui no Brasil, sou da terra da nação guerreira dos Manaós, do líder Ajuricaba, neto de Caboquena, que, após cem anos de resistência, em 1727, reuniu mais de 30 nações indígenas às margens do Rio Negro para enfrentar os portugueses. Os indígenas ganharam a épica batalha. Durou pouco a vitória, sabemos. Os portugueses voltaram com mais canhões, rifles e outras armas de fogo. Mas a vitória foi um marco em nossa história, e até hoje esse feito é lembrado de geração em geração.

Estou em Manaus trabalhando pelo tombamento (preservação) das casas de papai no interior da floresta, que são as únicas obras do arquiteto Lucio Costa na Amazônia. Ao mesmo tempo, realizo um documentário sobre a história dessas casas, que, na verdade, é a história do retorno ao berço, do retorno às origens do poeta, do retorno do exílio e da decisão



Amazônia
Para Thiago de Mello
Arquitetura de
Lucio Costa
21/1/78

Desenho de arquitetura original de Lucio Costa
"A Casa do Thiago: O Porantim"
(publicado no livro biográfico *Lucio Costa - Registro de uma vivência*)

de não mais morar no Rio de Janeiro e voltar a viver no lugar onde nasceu: pertinho da fazenda de cacau de seu avô Gaudêncio, em Barreirinha, a 331 km da capital, um dia e meio de barco de Manaus.

Amo o Rio de Janeiro. Lá eu cresci e fui criada com carinho por minha mãe e meus avós maternos. É onde trabalho e estudo, mas o vínculo com a floresta, desde nossa chegada do exílio, quando papai decidiu voltar a viver no coração da Amazônia, este vínculo de sangue vermelho e verde, é latente. Minha vida vai se dar entre o Rio de Janeiro (a mãe) e o Amazonas (o pai). Assim que me formei e comecei a trabalhar com documentários e, agora, com literatura (dois contos meus foram publicados, em janeiro, na revista de literatura da USP *Opiniões*). Muito me honra ficar ao lado de Milton Hatoum – difícil até colocar em palavras. *Dois Irmãos, Cinzas do Norte e Órfãos do*

Eldorado marcaram minha vida, como *Dona Flor*, de Jorge Amado, *São Bernardo*, de Graciliano, e *Menino de Engenho*, de Zé Lins. Sempre desenvolvi projetos amazônicos para estar perto de meu pai.

É a primeira vez, então, que estou trabalhando com meu pai, sem que ele esteja presente. Se faz o *pathos* grego: "a necessidade da presença de uma ausência". Confesso que não tem sido fácil. Horas eu choro, e choro muito. Meu escritório aqui em Manaus fica na Casa dos Frades, ao lado da Igreja de São Sebastião e São Francisco, no Centro Histórico, pertinho do apartamento onde papai viveu nos últimos anos de vida, na esquina da Rua Marçal com a Avenida Getúlio Vargas, e parece que vou continuar a fazer o mesmo ritual: de ir para lá tomar o café da manhã com ele, como fazíamos nesses anos de trabalho para o tombamento das casas, junto ao IPHAN.

Casa do "Porantim" e da Biblioteca Moronguetá
(acervo particular Thiago de Mello)



O processo de tombamento das casas nas esferas federal e estadual

O processo de número 1799 de tombamento das casas de papai, na instância federal, iniciou-se na Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em Manaus, em 2013, e quem deu entrada na Solicitação de Proteção foram o próprio poeta Thiago de Mello e sua filha, a escritora e produtora Isabella, com o apoio da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Em 2017, quando o processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico

de Lucio Costa em Barreirinha (AM) chegou à última esfera do IPHAN em Brasília, o reitor da UFAM, Prof. Sylvio Pugga, fez um ofício aos membros do Conselho da Autarquia Federal alegando, além das justificativas históricas e culturais, a efeméride do poeta Thiago de Mello estar com 91 anos de idade. Tanto o poeta quanto a filha de Lucio Costa, a também arquiteta Maria Elisa Costa, mereciam presenciar esse tombamento em vida.



Maria Elisa Costa escreveu uma carta com o título “As Casas de Thiago” para compor o dossiê do processo do IPHAN, o qual transformei em livro: *Dossiê do Patrimônio Histórico de Thiago de Mello*. Eu assino a apresentação do livro junto com os historiadores José Ribamar Bessa Freire e Otoni Mesquita (presidente do Instituto Thiago de Mello e membro do Conselho Diretor, respectivamente) com essa Carta de Maria Elisa contando a história de que o “retorno às origens” não era só de Thiago, era também de Lucio, uma vez que Dona Libânia, primeira professora pública de Manaus e nome de rua, é avó do arquiteto,

assim como a rua Profª. Aline Ferreira, no bairro de Japiim, é em homenagem à mãe do arquiteto. Lucio menino brincou na floresta, mergulhou nas águas do Rio Negro. São casas que pertencem a dois notáveis do modernismo brasileiro: Thiago de Mello, na Literatura, e Lucio Costa, na Arquitetura.

Em 2017, Maria Elisa tinha a idade do IPHAN: 80 anos. Lucio Costa é um dos membros fundadores do Instituto. São as únicas obras de Lucio Costa na Amazônia e os membros do Conselho do IPHAN à época, enfim, não as tombaram a tempo. Fizemos uma campanha enorme nos jornais: Milton Hatoum escreveu um artigo lindo no Estadão e no Globo; A Crítica e Amazonas em Tempo deram capa.

A arquiteta Karla Bittar, atual superintendente do IPHAN no Amazonas, nos ensinou muitas coisas ao longo do processo. Uma delas é que a Instituição do Tombamento pode se dar na esfera federal e/ou na esfera estadual e/ou na esfera municipal. São esferas independentes. Muitos bens são tombados por mais de uma esfera.

Em 2018, chegou uma turma meio esquisita lá em Brasília, e o IPHAN, o CNPQ, e tantas instituições de pesquisa, educação e cultura não conseguiram dar continuidade às suas atribuições. “No meio do caminho tinha uma pedra”. Somos índios e tudo o que a gente sabe é pular pedra. Temos certeza de que o tombamento federal chegará e será muito bem-vindo, porque o IPHAN, além de tudo, é um órgão fiscalizador.

Com a partida de papai para o Céu, em janeiro deste ano, uma atmosfera de responsabilidade se fez nos homens públicos do estado do Amazonas que ocupam cargos públicos e que já poderiam estar cuidando desse patrimônio público há muito tempo. Ali no Palácio Rio Negro, eu beijei as mãos e o rosto de papai e prometi que eu só sairia do Amazonas com o tombamento estadual de suas casas homologado por Lei, na Assembleia do Estado, Plano de Diagnóstico e Restauro das Casas.

Prometi e, junto com a Secretaria de Estado de Cultura, estamos, passo a passo, realizando este tombamento estadual. Digo os nomes: o Secretário de Cultura é arquiteto e chama-se Marco Apolo, e o deputado estadual que apresentará o Projeto de Lei à Assembleia é o deputado Tony Medeiros, que, quan-

do criança, viu papai construir as casas em Barreirinha e almoçou com Gabriel García Márquez, em um tarde de mormaço, uma caldeirada de tambaqui. E, como faz parte da minha natureza contar histórias, estamos narrando a história deste tombamento, deste “retorno”, em linguagem de documentário.

Um breve resumo

Papai construiu cinco casas (projetos de Lucio Costa) em Barreirinha, pertinho da fazenda de cacau de seu avô Gaudêncio, onde nasceu. Quatro casas – as três do “porantim” (nome em homenagem ao remo sagrado dos Saterés-Maués) e a casa da frente do Rio Paraná do Ramos – papai vendeu para o governo do estado e para a prefeitura. Precisamente foi assim: em 1992, quando Fernando Henrique Cardoso chamou papai para retornar ao seu posto no Itamaraty de adido cultural do Brasil no Chile, ele vendeu as três casas do “porantim” para o governo do estado, que, por sua vez, repassou por comodato (um aluguel sem ônus, com a responsabilidade de cuidar dos imóveis) para a prefeitura, com duas condições – primeira: preservar as casas com a arquitetura original de Lucio Costa; e segunda: dar aos imóveis um destino cultural e educacional. Pois nem uma coisa nem outra. Ambos, estado e prefeitura abandonaram as casas, que estão se deteriorando na floresta. Os funcionários públicos da prefeitura da época (ano de 1993) tomaram a brilhante decisão de demolir a Biblioteca Moronguetá. Entenderam o verbo? Demoliram a biblioteca onde o poeta e jornalista estudou e escreveu *Amazonas, Pátria da Água, Mormaço na Floresta, Manaus, Amor e Memória e Amazônia, A Menina dos Olhos do Mundo*; mais de 12 títulos dedicados à preservação do bioma com a floresta em pé, a cultura da Amazônia e a preservação dos povos indígenas. Pois chegou a hora. A reconstrução da Biblioteca Moronguetá, que tem esse nome em homenagem ao antropólogo Nunes Pereira, que escreveu – e Thiago de Mello fez o texto da introdução – o livro *Moronguetá: Um Decamerón Indígena*. Nunes Pereira conviveu por mais de 10 anos com as nações indígenas do Baixo Amazonas, entre eles os Saterés-Maués,

lendários da lenda do Guaraná, e os mais próximos da região de Barreirinha. A palavra “Moronguetá” significa “sentimentos bons”. Digo que a reconstrução da biblioteca estará incluída no *Plano Básico de Restauro das Casas do Poeta Thiago de Mello*.

Quando papai retorna do Chile, em 1996, constrói, então, mais duas casas: a casa de praia do Rio Andirá e a casa da frente do Rio Paraná do Ramos (esta última vendida para a prefeitura, em agosto de 2005).

A casa de praia do Rio Andirá é a única que papai não vendeu e continua a ser da família. Ela também está inserida no processo de tombamento e, seja propriedade pública ou particular, uma vez comprovado o seu valor histórico, o tombamento se dará igualmente. Meu irmão Thiago, filho criou um projeto para o restauro da casa do Andirá, com arrecadação de recursos pela internet (um *crowdfunding*). O projeto teve êxito e ele deu início às obras em dezembro de 2022, com papai em vida. Este projeto foi imprescindível, porque, nos últimos tempos, papai estava com sérias dificuldades para manter a casa: reforço das palafitas de concreto, cimentação das telhas (que, com as chuvas e ventanias, voam como um bando de passarinhos), proteção contra cupim em todo o madeirame, caiação na alvenaria, salário do caseiro... Enfim, não é fácil manter uma casa no interior da floresta amazônica, com umidade, cheia, vazante, vendaval, sem falar na distância, o custo do diesel, da gasolina, da lancha, do barco...

São essas as boas novas. Só não as conto sorrindo. Estou com esse meu olhar um pouco tristonho, porque estou morrendo de saudade. Mas tenho fé na imortalidade da alma e tenho certeza de que papai ganhou a liberdade com asas: está correndo pelas matas, brincando nas estrelas, seguindo seu caminho de luz a nos proteger e nos guiar nesse projeto de memória e história de suas casas amazônicas, as quais pertencem a todos os brasileiros e merecem – e devem – ser preservadas para os nossos filhos e netos, para as futuras gerações.

Com todo o meu carinho de filha e irmã,
Isabella Thiago de Mello

Catadores de produtos recicláveis contam a rotina árdua para conseguir o pão de cada dia

Cidades



BARREIRINHA

Relatório fotográfico está em fase de finalização e é produzido pela filha de Thiago de Mello

Casa do poeta perto de ser tombada



Grego Kellari

Isabella Thiago de Mello luta há anos pelo tombamento.

O destino das Casas

A restauração e o destino das casas como Memorial e Centros de Cultura devem entrar no roteiro de educação das escolas públicas do Amazonas, dos estudantes universitários e do roteiro de turismo, é o que sonha a filha do poeta.

Além de preservar a história com a reconstrução do mobiliário, réplicas de obras de arte, biblioteca, fotografias, dar luz à Memória; elas podem abrigar centros comunitários de leitura, de oficinas de contadores de histórias para fortalecer a tradição oral, jograis, sa-raus, oficinas de artes plásticas, exposições, atendendo aos alunos de Barreirinha e de outros municípios.

"O governador Wilson Lima e o secretário Marco Apolo estão empenhados. Eles preveem em parceria com o Instituto Thiago de Mello, a restauração e o destino das casas, como Memorial e Centros de Cultura. Esses centros comunitários de leitura serão importantes para a educação de crianças e jovens numa região isolada, carente de atividades culturais".

As Casas do Poeta pertencem a dois notáveis da História, dois ícones do Modernismo Brasileiro: Thiago de Mello, na Literatura e Lucio Costa, na Arquitetura.

"Chegou a hora, já se era em tempo, do Governo do Amazonas tomar e restaurar esse Patrimônio Público, as casas que Thiago de Mello construiu e viveu no interior da Floresta, as únicas obras do arquiteto Lucio Costa na Amazônia, neto da Dona Libânia, nome de rua, primeira professora pública de Manaus", complementou ela.

“

Com certeza teremos a aprovação da maioria. O nosso empenho é votar e aprovar no dia 30 de março, aniversário do poeta Thiago de Mello”

Isabella Thiago de Mello
Filha de Thiago de Mello

Otimista

Isabella Thiago de Mello está otimista em relação a aprovação do Projeto de Lei, que tombará os imóveis em nível estadual. "Para ser aprovada a Lei precisa da maioria da Casa. Com certeza teremos a aprovação da maioria. O nosso empenho é votar e aprovar no dia 30 de março, aniversário do poeta Thiago de Mello", pondera a produtora.

Homenagem ao poeta Thiago de Mello

Karol Rocha
cidades@acritica.com

As casas do poeta Thiago de Mello estão prestes a ser tombadas e um dos passos para esse processo será a inclusão de um relatório fotográfico o qual mostrará o estado atual dos imóveis.

O conteúdo audiovisual está sendo produzido no município de Barreirinha, pela filha do escritor, a produtora e roteirista de cinema Isabella Thiago de Mello, e será incluído em um dossiê - uma reunião de documentos fundamentais para o tombamento dos imóveis, que possuem importante valor patrimonial histórico e cultural.

"Este relatório fotográfico arquitetônico foi solicitado pela arquiteta Regina Lobato, do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Cultura do Estado,

para que se cumpra a exigência técnica para demonstrar o estado atual das casas. É importante. Depois do tombamento, vem o restauro", disse a filha do poeta.

De acordo com ela, o material será somado às dezenas de páginas do "Dossiê do Patrimônio Histórico de Thiago de Mello" para a apreciação e análise do Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas (Copham). O documento é o mesmo apresentado ao Conselho do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), na instância federal.

Agora, editado em livro, o Dossiê é apresentado pelo Instituto Thiago de Mello (ITM) e assinam o texto ao lado de Isabella, os membros do Conselho do Instituto: os professores e historiadores José Ribamar Bessa Freire e Otoni Mesquita.

O livro foi impresso pela Imprensa Oficial do Amazonas para o processo do Tombamento Estadual.

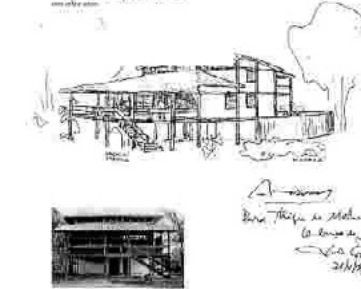
PROJETO DE LEI

Segundo Isabella, o secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas, Marcos Apolo, fez a intermediação entre o Instituto Thiago de Mello (ITM) e o deputado estadual Tony Medeiros (PSD).

O Projeto de Lei, após passar pelo Conselho, será apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam). A matéria tem a autoria do deputado com assessoria de membros do ITM; o advogado Neilo Batista e a própria Isabella.

"A Minuta da Lei está embasada nas justificativas do escritório da Universidade Federal do Amazonas ao Iphan. O deputa-

divulgação



Casa do poeta Thiago de Mello, no município amazonense de Barreirinha

do Medeiros conheceu meu pai criança em Barreirinha e hoje é deputado eleito por Parintins,

cidade que fazia parte do caminho do poeta para chegar na casa de praia do rio Andirá".

Retrabalho para salvar a 'Casa da Frente do Ramos'

No ano de 2013 A CRÍTICA publicou que a "Casa da Frente do Ramos", do poeta Thiago de Mello, ia ser demolida pela então gestão municipal. Após a denúncia, a superintendente do IPHAN leu a notícia e embargou a obra e salvou as casas, não somente a do poeta, mas todas do entorno.

Entretanto, o prefeito da época, Mecias Pereira Batista, já havia autorizado o des-

manche, desmoronado todo o barranco do rio e também já tinha mandado passar a retroescavadeira em toda a rua (só faltavam as casas).

Hoje o cenário é bem diferente, com a gestão do atual prefeito Glenio Seixas (MDB). "A prefeitura atual está refazendo o barranco com reforço de engenharia de encosta em frente ao rio Paraná do Ramos, além de refazer toda a 'Rua da Frente'. A Casa da Frente do Ramos, do Poeta, que estava a um palmo de água, não está mais. Está protegida pela nova rua refeita, e pelo novo barranco refeito", destacou Isabella.

Legado

O poeta Thiago de Mello faleceu no dia 14 de janeiro deste ano, aos 94 anos. Ele deixou um legado que se transformou em um dos poetas com maior reconhecimento do país. Durante seus mais de 70 anos de atuação na literatura, Thiago de Mello publicou inúmeras obras, que foram traduzidas em mais de 30 idiomas e que retratavam sobre a vida do homem na Amazônia e defendiam a preservação da floresta, com destaque para "Os Estatutos do Homem", onde chamava atenção para os valores simples da natureza humana.

Produção Audiovisual

Na viagem de barco recreio que dura um dia e meio até Barreirinha, município a 331 quilômetros de Manaus, a produtora de cinema Isabella Thiago de Mello viaja acompanhada do cinegrafista Georgio Kellari "Grego", que registrará o interior e o entorno das casas.

A visão aérea da floresta será captada com câmera no equipamento de drone. A produção resultará em um trabalho audiovisual.

Na volta a Manaus, ela promete filmar o acervo, biblioteca, documentos e obras de arte do pai na Pinacoteca do Es-

tado; no Paço da Liberdade de Manaus; Museu Amazônico e Centro de Artes da Universidade Federal do Amazonas e no Campus da Universidade do Estado do Amazonas.

O material será complementado com depoimentos de especialistas em Patrimônio e em História como: Otoni Mesquita; Karla Bittar; Sheila Campos, Bepi Cirino, José Ribamar Bessa Freire, Mariana Várzea, a professora da UFAM; Rosemara Staub de Barros, Pedro Marcos Mansour Andes, e do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas; Antônio Loureiro e Abrahim Baze.

Thiago de Mello com as crianças
na Feira Literária de Santa Maria
Madalena

Foto: Eurídice Hespanhol



Para os que virão

Como sei pouco, e sou pouco,
faço o pouco que me cabe
me dando inteiro.
Sabendo que não vou ver
o homem que quero ser.
Já sofri o suficiente
para não enganar a ninguém:
principalmente aos que sofrem
na própria vida, a garra
da opressão, e nem sabem.

Não tenho o sol escondido
no meu bolso de palavras.
Sou simplesmente um homem
para quem já a primeira
e desolada pessoa
do singular – foi deixando,
devagar, sofredamente
de ser, para transformar-se
– muito mais sofredamente –
na primeira e profunda pessoa
do plural.

Não importa que doa: é tempo
de avançar de mão dada
com quem vai no mesmo rumo,
mesmo que longe ainda esteja
de aprender a conjugar
o verbo amar.

É tempo sobretudo
de deixar de ser apenas
a solitária vanguarda
de nós mesmos.
Se trata de ir ao encontro.
(Dura no peito, arde a límpida
verdade dos nossos erros.)

Se trata de abrir o rumo.
Os que virão serão povo,
e saber serão, lutando.



O poeta criança: Thiago com 4 anos de idade
Manaus, 1930 (acervo particular Thiago de Mello)

"Thiago de Mello foi e continua a ser grande poeta, um dos grandes poetas da sua geração e de qualquer geração. Nem é desses poetas que na prosa parecem cavaleiros desmontados ou marinheiros em terra: escreve também excelente prosa."

Manuel Bandeira

"Thiago de Mello é um transformador de alma. De perto ou de longe, de frente ou de perfil, por contato ou transparência, Thiago mudou nossas vidas, deu-nos a segurança da alegria. O tempo e Thiago de Mello trabalham no sentido contrário. O tempo corrói e continua. Thiago de Mello nos aumenta, nos acrescenta, nos faz florescer e depois vai embora, tem outros afazeres. O tempo se adere à nossa pele para nos desgastar. Thiago passa por nossas almas para nos convidar a viver."

Pablo Neruda

"Faz escuro mas eu canto. Freud comparou o sonho a uma voz de criança que canta no escuro porque sente medo. O canto no escuro de Thiago de Mello, ao contrário, nos inspira coragem. Sua poesia também é relógio: dá a hora do galo que anuncia a aurora."

Otto Maria Carpeaux

"O poeta Thiago de Mello toma tão de assalto seu lugar entre os melhores poetas do Brasil que parece um salteador ou um ladrão. Mas é simplesmente um poeta que fez o seu aprendizado em silêncio. Que guardou seus cadernos de caligrafia em vez de publicá-los. Que decidiu só aparecer com a letra já segura de um mestre."

Gilberto Freire

"Thiago de Mello é o poeta escolhido para representar o Brasil na Antologia de Poesia da Academia de Letras da Romênia."

Ancelmo Góis, Jornal O Globo

"O poeta Thiago de Mello é Conselheiro de Letras & Artes do Governo da França."

Embaixada do Brasil em Paris



Breve biografia

Instituto Thiago de Mello

Rua Beira Mar 100 - Ponta da Gaivota - Freguesia do Andará

CEP 69160-000 - Barreirinha - AM - Brasil

Thiago de Mello é poeta, escritor, tradutor, jornalista e diplomata. Iniciou sua carreira literária com 25 anos de idade, com *SILÊNCIO E PALAVRA* (Edições Hipocampo, 1951) e, no ano seguinte, lançou *NARCISO CEGO* (editado por José Olympio, 1952), obras que transmitem uma inquietação metafísica: a dor, o sonho, o amor e a morte. Os dois livros de estreia tiveram aplausos do público e da crítica literária. Seu talento foi reconhecido por Manuel Bandeira, José Lins do Rego, Carlos Drummond de Andrade, Alceu Amoroso Lima, Sergio Milliet, Otto Maria Carpeaux, Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Olívio Montenegro, Paulo Freire, Augusto Frederico Schmidt, para citar alguns nomes da sua *Fortuna Crítica*. Na *LENDA DA ROSA* (Coleção Rubayat da Editora José Olympio, 1955), Thiago é o único poeta brasileiro da coleção, ao lado de Omar Khayam, Baudelaire, Descartes e Montaigne. Foi no lançamento de *VENTO GERAL* (reunião dos sete livros, de 1951 a 1959, Editora José Olympio), no Rio de Janeiro, em 1960, que Thiago conheceu Pablo Neruda. Quem levou o poeta chileno para a noite de autógrafos foi Jorge Amado: “Veja quem eu trouxe para a tua festa!”. Nessa época, Thiago estava trabalhando em La Paz como adido cultural. Em seguida, em 1961, Thiago passa a ser Adido Cultural do Brasil no Chile, e os laços de amizade com Neruda se fazem cada vez mais fortes. Passam a trabalhar juntos. Pablo Neruda traduz Thiago de Mello e Thiago traduz a *ANTOLOGIA DE NERUDA* pela editora Letras & Artes, em 1963. O ganhador do Prêmio Nobel oferece a sua casa *La Chascona* para Thiago morar; casa que hoje é museu em Santiago do Chile.

Em abril de 1964, Thiago trabalhava como diplomata na Embaixada do Brasil no Chile, quando o Brasil sofre um golpe de estado e ele entrega seu car-

go ao Itamaraty, pois não poderia servir a um governo golpista. Em pouco tempo, chega a notícia de que seu amigo, o escritor Carlos Heitor Cony, havia sido preso pelos militares dentro da redação do jornal onde trabalhava. Em resposta ao Ato Institucional, Thiago escreve o poema *Estatutos do Homem*, dedicado a Cony, e envia de Santiago, por carta, ao jornal *Correio da Manhã*, no Brasil, que publica a poesia na primeira página do caderno, de norte a sul do país, no dia 30 de maio de 1964. *Estatutos* é o primeiro de muitos – Thiago passa a enviar uma série de textos e poemas do Chile para o *Correio da Manhã*, entre eles *Vida Verdadeira*, *O Pão de Cada Dia*, *Horóscopo* e *Canto de Companheiro em Tempos de Cuidado*. Na sua despedida chilena, Pablo Neruda e Homero Arce fazem uma homenagem ao diplomata no jornal *El Siglo*. Thiago chega ao Rio de Janeiro em maio de 1965 e vai trabalhar com Ênio Silveira e Moacyr Felix na Editora Civilização Brasileira, dirigindo o departamento de Literatura Latino-Americana. Em setembro desse mesmo ano, na livraria São José, lança *FAZ ESCURO MAS EU CANTO*, onde está o *Estatutos do Homem*, e, em 1966, *A CANÇÃO DO AMOR ARMADO*, com o *Horóscopo Para Os Que Estão Vivos*. Estes dois poemas ganham vida própria: são editados em vários países do mundo. A Editora Martins Fontes publica-os com ilustrações do artista plástico Aldemir Martins.

É importante lembrar que, nesses primeiros anos após o golpe de 64, havia a expectativa de novas eleições, a ditadura dos militares ainda não havia fechado o Congresso Nacional. Escritores, jornalistas, professores, médicos e políticos como João Goulart e Juscelino Kubitschek integravam uma comissão de apoio à candidatura de Negrão de Lima. Porém, os Anos de Chumbo já estavam instaurados. A revista

Opinião, editada por Ênio Silveira e onde escreviam Ana Arruda, Thiago de Mello, Paulo Francis, Carlos Heitor Cony, Fernando Pessoa Ferreira e Joaquim Inácio Cardoso, foi apreendida em todas as bancas. O editor e os jornalistas foram indiciados, apontados como “subversivos”. Também foram indiciados pelo Ato Número 2 Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), Otto Maria Carpeaux, Márcio Moreira Alves e os jornalistas Paim, Jaguar, Fortuna, Hermano Alves e Antônio Houaiss. Não demorou muito, veio o fechamento do Congresso e a permissão de invasão de domicílio: o Ato Institucional Número 5. Os livros de Thiago foram queimados e a companheira de Thiago, a pianista e estudante de Direito Lourdinha Rodrigues, havia sido apreendida, dentro de casa, em Botafogo, grávida de Isabella. Foi graças a Odylo Costa, filho, diretor do Jornal do Brasil à época, que intercedeu junto aos militares, que Lourdinha foi encontrada, meses depois, em um quartel em Realengo. Ambos estavam correndo perigo de vida. Thiago decide se refugiar no Chile, onde já havia trabalhado. Retorna para Santiago, desta vez como exilado político. A casa chilena de Thiago e Lourdinha passa a ser um porto, um ponto de referência para os demais companheiros exilados que iam chegando: José Ribamar Bessa Freire (que acompanhou o casal na travessia do Rio Grande do Sul até o Uruguai e, depois, a Cordilheira dos Andes), Fernando Henrique Cardoso, Joel Rufino dos Santos, Tetê Moraes, Silvio Tendler e Glauber Rocha. Ferreira Gullar, Regina Linhares e o cineasta Sergio Sanz eram seus vizinhos.

O Chile também sofre um golpe de estado militar, e o presidente Salvador Allende é assassinado no bombardeio do Palácio La Moneda, em 11 de setembro de 1973. O terror outra vez. Thiago consegue, através das Nações Unidas, um salvo-conduto para a Alemanha, onde já havia editores, e parte para o exílio europeu. Com o seu trabalho em universidades, se depara com a realidade de que professores e estudantes alemães, franceses e ingleses tinham mais conhecimento de questões amazônicas do que ele, um jornalista brasileiro. Os europeus perguntavam sobre o desmatamento, garimpo, madeira, biopirataria de animais e vegetais (princípios ativos), sítios arqueológicos, demarcação de terras indígenas etc. É quando Thiago

decide reiniciar os estudos de História do Brasil, a descoberta e a ocupação pelos portugueses e espanhóis da Amazônia e as crônicas das expedições ao longo dos séculos na Universidade de Coimbra e na Biblioteca do Tombo, em Portugal. A partir desta pesquisa, escreve sobre Manaus para uma série chamada Escritores Falam de Suas Cidades, da editora alemã Peter Hammer. De lá para cá, Thiago não cessa de estudar – já são mais de 12 títulos, entre eles AMAZONAS, PÁTRIA DA ÁGUA (que virou roteiro de Globo Repórter), AMAZÔNIA, A MENINA DOS OLHOS DO MUNDO (onde o jornalista narra os ciclos econômicos a extração dos minérios, a trajetória do seringalista Chico Mendes e a importância para a Ciência, inclusive para os cofres públicos, de se manter a floresta em pé) e MANAUS, AMOR & MEMÓRIA, “um hino de amor a Manaus que me fez”. A cidade herda a “Belle Époque do Ciclo da Borracha”. Manaus e Belém eram consideradas “Paris dos Trópicos”, com seus casarios, cinemas, teatro, cafés, grandes portos, importação de maquinarias e especiarias e serviços públicos de hospitais e escolas de qualidade. Bons tempos aqueles.

Em 1976, ainda exilado em Portugal, Thiago dá uma entrevista ao jornalista Sergio de Oliveira para as páginas amarelas da Revista Veja, “A Decisão de Voltar”, onde revela a data de sua chegada ao Brasil, antes da Anistia. Pois bem. Assim que a aeronave pousa na pista do aeroporto Galeão no Rio de Janeiro, Thiago é preso pelos militares, na porta do avião. Liberto, toma a decisão de viver no Amazonas, no interior da floresta, a 200 quilômetros, dois dias de barco de Manaus, perto da fazenda de cacau de seu avô Gaudêncio, em Bom Socorro, onde nasceu. Ao todo, Thiago constrói cinco casas projetadas pelo arquiteto, humanista e amigo Lucio Costa. Em homenagem aos seus antepassados, batiza a primeira casa de Porantim, o remo mágico dos índios satarés-maués, e à biblioteca dá o nome de Moronguetá, palavra indígena que remete a sentimentos puros e verdadeiros, título do livro do antropólogo Nunes Pereira. É o ponto de base, seu berço de ouro verde, para continuar a percorrer o mundo, com sua palavra escrita e falada.

TOMBAMENTO: Essas casas do poeta são os únicos projetos de Lucio Costa na Amazônia e são objetos

de estudo da tese de doutorado da Professora Silvia Lopes Carneiro Leão, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que compara o desenho e a estrutura do “Porantim” de Thiago com as casas Shodhan na Índia – LUCIO COSTA & LE CORBUSIER: Aproximações e Diferenças entre obras de dois Mestres da Arquitetura Moderna. Artistas que possuem a mesma escola e que trabalharam juntos no projeto do Palácio Gustavo Capanema, sede do Ministério da Cultura, ao lado do Museu Nacional de Belas Artes, no Centro do Rio de Janeiro, um marco da Arquitetura Modernista Brasileira. O “Torreão”, o “Porantim”, a “Casa da Frente do Rio Paraná do Ramos” e a “Casa de Praia do Rio Andirá” estão em processo de tombamento no IPHAN, número 1799 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Vida e obra de Thiago se entrelaçam com três bandeiras:

Os direitos humanos

A esperança de que o homem possa construir uma sociedade humana e solidária, com a erradicação da pobreza e da injustiça social no planeta Terra. O poema ESTATUTOS DO HOMEM está escrito no mural da sede das Organizações das Nações Unidas (ONU) e foi traduzido para mais de trinta idiomas. Os livros HORÓSCOPO PARA OS QUE ESTÃO VIVOS, FAZ ESCURO MAS EU CANTO, A CANÇÃO DO AMOR ARMADO e POESIA COMPROMETIDA COM A MINHA E A TUA VIDA marcaram uma geração.

A integração cultural da América Latina

Thiago foi Adido Cultural do Brasil na Bolívia, no Peru e no Chile e começa aqui seu trabalho para a integração da cultura da nossa América. Em Santiago, foi convidado para ser curador da 1ª Bienal Americana de Gravura e também fundou o Centro de Estudos Brasileiros. Por diversas vezes foi Membro do Júri do Prêmio da Casa de Las Américas. Participou de inúmeros encontros literários na América Latina, Índia e Europa, como o Congresso Latino-Americano de Escritores no México. E Thiago representou o Brasil no Congresso Mundial de Poetas, promovido pela UNES-

CO para celebrar os 40 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que aconteceu em Paris.

Thiago é tradutor de Pablo Neruda (desde 1963), Nicolas Guillén, Ernesto Cardenal, Cejar Valejo (Obras Completas) e Eliseo Diego, sempre em edições bilíngues. Depois de quinze anos de persistência, publicou pela editora Global ANTOLOGIA DE POETAS DA AMÉRICA DE CANTO CASTELHANO, que reúne mais de 400 poemas de 120 poetas de todos os países da América Latina. Estão reunidos, mais uma vez: Jorge Luis Borges, Pablo Neruda, Cesar Vallejo, Nicolas Guillén, Eliseo Diego, Mario Benedetti, Rubem Dario, José Asunción Silva, Gabriela Mistral e Ernesto Cardenal, entre outros. Organizou o 1º Encontro de Poetas Latino-Americanos na Amazônia, realizado em Manaus.

A defesa da Floresta Amazônica

A terceira bandeira que o acompanha desde a infância. Já são mais de onze títulos em defesa da preservação da Amazônia e dos povos indígenas. Em sua obra, não há um texto em prosa ou em verso em que não estejam presentes, de maneira poderosa, os símbolos, as metáforas da floresta. Thiago assumiu a responsabilidade de conscientizar o leitor para a necessidade de não mais destruir os recursos naturais do planeta, para a importância de se preservar os ecossistemas remanescentes da natureza, em todos os continentes, para as futuras gerações.

Publicou em verso e prosa: AMAZONAS, CAPITAL ESPERANÇA, NOTÍCIA DA VISITAÇÃO QUE FIZ NO VERÃO DE 1953 AO RIO AMAZONAS E SEUS BARRANCOS, MANAUS, AMOR & MEMÓRIA, MORMAÇO NA FLORESTA, AMAZONAS, PÁTRIA DA ÁGUA, AMAZÔNIA, A MENINA DOS OLHOS DO MUNDO, AMAZONAS, NO CORAÇÃO ENCANTADO DA FLORESTA, MAMIRAUÁ (sobre a Reserva Mamirauá, que, além de ser a maior unidade de conservação, é a primeira reserva brasileira que consegue conciliar a preservação da biodiversidade com o desenvolvimento sustentável das populações residentes), AMAZONAS, ÁGUAS, PÁSSAROS, SERES & MILAGRES, ABC da FLORESTA e NATUREZA: A ARTE DE KRAJCBERG, todos dedicados à

história, cultura, mitologia, geografia, bioma, fauna e flora da Amazônia.

O Papa Francisco, em 2020, na sua homilia em defesa da Floresta Amazônica, transcreveu dois parágrafos do livro AMAZONAS, PÁTRIA DA ÁGUA.

DO INÍCIO: Thiago nasceu no município de Barreirinha, no coração da Floresta, em 1926, de onde saiu criança – mas já sabia nadar bem –, para estudar em Manaus. Fez o Curso Primário no Grupo Escolar José Paranaguá. A sua prova final ganhou “distinção e louvor”, com uma composição sobre o apólogo de Machado de Assis, A Agulha e a Linha.

Com 10 anos, foi aprovado no exame de admissão ao Ginásio Amazonense Pedro II, onde concluiu o curso secundário, e sua mãe, Dona Maria, levou o boletim do filho ao governador do estado do Amazonas, no Palácio Rio Negro, e conseguiu uma bolsa de estudos para Thiago cursar o preparatório, na capital do país. Com 15 anos, foi sozinho, de navio, estudar Medicina no Rio de Janeiro. Aluno interno do Colégio Batista, fez os dois anos do curso pré-médico e jogou basquete pelo Tijuca Tênis Clube. Foi aprovado no vestibular da Faculdade Nacional de Medicina, UFRJ, Praia Vermelha, na Urca.

A Medicina e a Literatura

No final do quinto ano do Curso Superior, fazendo residência médica no Hospital de Manguinhos da Fundação Oswaldo Cruz, Thiago se despede da carreira de médico para ser jornalista, cronista diário do Correio da Manhã, chamado por Pompeu de Souza, editor do jornal, que já havia publicado uma série de poemas seus, entre eles A Rosa Branca, Temo Por Meus Olhos, Acalanto para o Náufrago e Argila e o Saber Escasso, cujos originais chegaram pelas mãos de Carlos Drummond de Andrade. Thiago também escreveu para o Diário Carioca, Jornal das Letras, Revista Manchete e manteve a coluna Contraponto, no jornal O Globo, até 1959, quando o chanceler Negrão de Lima convida o jornalista para ser diplomata – Adido Cultural do Brasil na Bolívia e no Chile.

No mesmo ano em que entra para o Correio da Manhã, em 1951, junto com Geir Campos, seu colega de redação, os dois abrem a Editora Hipocampo e passam a editar textos inéditos de Guimarães Rosa, Manuel Bandeira, Vinicius de Moraes, Drummond e Paulo Mendes Campos – uma turma boa. Geir e Thiago, então, vão estreitar como poetas pela Hipocampo. O primeiro livro de Geir foi A ROSA DOS RUMOS e de Thiago, SILÊNCIO E PALAVRA. No ano seguinte, NARCISO CEGO será editado pela José Olympio, assim como A LENDA DA ROSA até o VENTO GERAL (uma reunião de sete livros) na Coleção Rubayat. José Olympio segue editando Thiago de Mello por quase uma década. A crítica literária aplaude de pé o jovem poeta “que chega pronto”. Diz Bandeira: “Seu livro ficará de pé para a eternidade desta Geração de 45 (do Modernismo) e de qualquer geração”.

Nessa atmosfera de saraus literários e casas noturnas da década de 1950, na boate Le Coin, na Rua Fernando Mendes, em Copacabana, o poeta Manuel Bandeira apresenta a jornalista grega Pomona Politis a Thiago. Em menos de três meses, casaram-se na Igreja Nossa Senhora do Brasil, na Urca. Os padrinhos de casamento foram os poetas Carlos Drummond de Andrade e Bandeira. O discurso do padre fazendo o paralelo entre o Parthenon e os mistérios amazônicos foi notícia no jornal. Bandeira vem ser também padrinho do primogênito que tem seu nome: Manuel Thiago de Mello. Manduka nasce em 1952, no Rio de Janeiro. Quando completa quatro aninhos, Bandeira publica a crônica Manuelzinho, no Correio da Manhã, intrigado com as perguntas do pequeno: “O mar ficava no mesmo lugar à noite?” e “Quem tinha quebrado a lua?”

Singularidade: Thiago foi tricampeão de voleibol pelo Fluminense carioca, em 1950, com Gil Carneiro de Mendonça. Quando voltou de Santiago, em 1965, foi goleiro no time de futebol e, junto com 30 amigos com mais de 30 anos, em São Conrado, no Rio de Janeiro, fundaram o Clube 30 por 30. Entre os amigos estavam o fotógrafo e produtor de cinema Luiz Carlos Barreto e o escritor e professor Joel Rufino dos Santos. O cientista do INPA (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia), Dr. Ozório Fonseca, que estudou no

Ginásio Pedro II em Manaus com Thiago, conta que ele tinha precisão no arremesso de basquete. Seu talento no esporte é com as mãos.

Antes de convidar Thiago para ser diplomata, em 1957, o governador da Guanabara, Negrão de Lima, chama Thiago para ser diretor do DHD (Departamento de História e Documentação do Rio de Janeiro), o que seria hoje o cargo de Secretário de Cultura. E, em 1958, como ele costuma dizer, faz a “maior audácia de sua vida”: para comemorar os 150 anos da chegada da Família Real Portuguesa no Brasil, reconstitui a chegada no Porto da Praça XV, com as réplicas das caravelas cedidas pela Marinha, como a História se deu. Uma encenação memorável, com grande elenco: Jaime Costa (como D. João VI), Heloísa Helena (como Carlota Joaquina), Maria Fernanda, filha de Cecília Meireles, direção de arte de Albino Pinheiro e mais de 1.500 figurantes. O presidente Juscelino Kubitschek estava presente na plateia.

Ainda como diretor do DHD, organizou a Comemoração do Cinquentenário de Morte de Machado de Assis. Fundou o Centro de Fotografia do Serviço de História e Documentação do Rio de Janeiro. Nessa época, tem o seu segundo filho, Carlos Henrique, com Ayla Bulcão.

Em 1959, a Editora José Olympio lança VENTO GERAL, reunião de Silêncio e Palavra, Narciso Cego, A Lenda da Rosa, O Andarilho e A Manhã, Tenebrosa Acqua, Toadas de Cambaio e Ponderações que Faz o Defunto aos que lhe Fazem o Velório. VENTO GERAL ganha o Prêmio de Poesia da Academia Brasileira de Letras das mãos de Austragésilo de Athayde, presidente da Academia. Nesse mesmo ano, inicia sua carreira de diplomata, servindo ao Itamaraty como Adido Cultural em países da América Latina. Em 1961, funda no Chile o Centro Brasileiro de Cultura.

Foi membro da *Comisión de los Notables*, criada pela ONU (25 escritores latino-americanos, entre os quais Gabriel García Márquez, Mario Benedetti, Arturo Corcuera, Ernesto Cardenal, Eduardo Galeano e, único europeu, José Saramago) para res-

paldar o trabalho da UNICEF pela vida das crianças e adolescentes da América Latina.

Thiago estava adido cultural no Chile quando veio o golpe de estado militar de 1964. Ele entrega o cargo; jamais serviria a um governo golpista. Na casa de Pablo Neruda, onde vivia, escreve OS ESTATUTOS DO HOMEM e envia para o jornal Correio da Manhã, no Brasil, que publica pela primeira vez a poesia.

Um ano depois, em maio de 1965, regressa do Chile e lança FAZ ESCURO MAS EU CANTO e A CANÇÃO DO AMOR ARMADO, pela Civilização Brasileira de Ênio Silveira. Participa ativamente da oposição ao regime militar. Seus dois livros, FAZ ESCURO MAS EU CANTO e A CANÇÃO DO AMOR ARMADO, foram queimados. Depois de várias prisões, em 1969, pediu refúgio ao Chile, que o recebeu de braços abertos. De volta à Cordilheira dos Andes, em Santiago, Thiago trabalha no governo de Salvador Allende como diretor de Comunicação Social do Instituto de Reforma Agrária. Nasce sua filha Isabella, com a advogada e pianista Lourdinha Rodrigues. Até que chega o golpe militar chileno, em 1973, e, com a ajuda da Agência da ONU (Organizações das Nações Unidas para Refugiados), Thiago consegue sair do país e continuar seu exílio na Argentina, Peru e, depois, Europa: Alemanha, França e Portugal. Volta ao Brasil antes da Anistia. Os militares o esperaram de novo à porta do avião para prendê-lo. Libertado, é entrevistado pela repórter Ana Helena Gomes, com quem tem seu quarto filho, o mais novo Thiaguinho.

Seu primeiro projeto nesse retorno é FAZ ESCURO MAS EU CANTO – THIAGO DE MELLO & SERGIO RICARDO, um espetáculo de canções e poemas. Com ele, percorrem mais de 12 capitais brasileiras.

Desde seu retorno, “como numa volta às origens”, vive no interior da Floresta Amazônica, perto da antiga fazenda de cacau de seu avô Gaudêncio, onde nasceu, nas casas projetadas por Lucio Costa. Da praia da Ponta da Gaivota do Rio Andirá, o poeta sai para os quatro cantos do mundo, quando chamado, para participar de encontros literários.

Em 1993, Fernando Henrique Cardoso, companheiro de exílio de Thiago no Chile e então chanceler, convida Thiago para ser Conselheiro Cultural da Embaixada Brasileira em Santiago.

Integrou, em dezembro de 2010, o júri do Prêmio Interamericano de Poesia Gabriela Mistral, promovido pela OEA (Organização dos Estados Americanos) e pelo governo do Chile, reunidos em Washington. Representou o Brasil no Congresso Mundial de Poetas, organizado pela UNESCO, em Paris, para celebrar o 40º aniversário das Nações Unidas. Foi convidado para representar o Brasil no primeiro Congresso de Poesia da Índia, em Nova Delhi e Bhopal. Depois de quatro vezes membro do júri, foi presidente do Prêmio Casa de Las Américas, em Cuba.

Representou o Brasil, três vezes, no Festival Internacional de Poetas, em Medellin, Colômbia. Participou da Feira de Livros em Buenos Aires, Caracas, Montevideo, Havana e Buhmesse, em Frankfurt. Participou do Festival de Nancy, recitando poemas com trilha sonora, ao vivo, com Pablo Milanés.

Bibliografia extensa em prosa e poesia, com tradução para diversos idiomas:

DE POEMAS - Silêncio e Palavra, Narciso Cego, A Lenda da Rosa, Tenebrosa Acqua, Toada de Cambaio, O Andarilho e a Manhã, Ponderações que Faz o Defunto aos que lhe Fazem o Velório, Vento Geral, Madrugada Camponesa, Faz Escuro Mas Eu Canto, A Canção do Amor Armado, Poesia Comprometida Com A Minha e A Tua Vida, Mormaço na Floresta, Num Campo de Margaridas, De Uma Vez Por Todas, Campo de Milagres, Poemas Preferidos pelo Autor e seus Leitores, Seleção de Poemas de Thiago de Mello, por Marcos Frederico Krüger, Como Sou, Acerto de Contas e As Águas Sabem Coisas. O poema Estatutos do Homem está traduzido para quase todos os idiomas do planeta. Foi transformado pelo maestro Cláudio Santoro em peça sinfônica, para orquestra e coral, apresentada na Praça dos Três Poderes, em Brasília, durante a solenidade inaugural da Nova Constituição Brasileira, em 1986, a chamado de Ulysses Guimarães,

presidente da Assembleia Constituinte. Recebeu, na ocasião, o Grande Prêmio Verde das Américas da Secretaria de Cultura de Brasília.

EM PROSA - Notícia da Visitação que Fiz no Verão de 1953 ao Rio Amazonas e seus Barrancos, A Estrela da Manhã: estudo sobre o poema de Manuel Bandeira, publicado na Revista Cultura, Amazonas, Pátria da Água, Manaus, Amor & Memória, Arte e Ciência de Empinar Papagaio, O Povo Sabe o que Diz, Amazônia, A Menina dos Olhos do Mundo, Borges na Luz de Borges, Mamirauá, Amazonas, Águas, Pássaros, Seres e Milagres, Amazonas, No Coração Encantado da Floresta, ABC da Floresta Amazônica e Natureza, A Arte de Krajcberg.

TRADUÇÕES - Citaremos algumas - De Pablo Neruda: Os Versos do Capitão, Cadernos de Temuco, pela Editora Bertrand, Prólogos e Antologia Poética, pela Letras & Artes e Presente de Um Poeta, pela Editora Vergara & Ribas. De Ernesto Cardenal: Salmos, A Vida no Amor, pela Civilização Brasileira, além do clássico Cântico Cósmico, pela Hucitec. De Nicollás Guillén: Songoro Consogo & Outros Poemas, pela Philobiblion. De Eliseo Diego: Debaixo dos Astros, pela editora Hucitec. De Luis Varese: Lãs Tolerañas de Dios. De Jaime Sabines: Poemas Escolhidos - A Poesia Completa de César Vallejo, pela Philobiblion. Traduziu também *The Hollow Men and The Waste Land* - A Terra Desolada e os Homens Ocos, do poeta inglês T. S. Eliot. Em julho de 2011, no Memorial da América Latina em São Paulo, lançou, pela Editora Global, Poetas da América de Canto Castelhana, antologia pioneira que reúne 120 poetas de todos os países da América Latina. Sua mais recente antologia em castelhano é *Aún es Tiempo*, do Fundo de Cultura Econômica, com traduções de Pablo Neruda, Mario Benedetti, Arturo Corcuera, Enrique Lihn, Armando Uribe e Adan Mendez. Pablo Neruda traduziu e editou poemas de Thiago de Mello. A Editora Universitária publicou Madrugada Campesina. La Casa de Las Américas editou Poemas Preferidos e *Poemas y canciones*. É de Sergio Bath a seleção e tradução para o inglês da antologia A Floresta Vê o Homem. Distingue conteúdo, entre tantas, as versões de seus livros: *What counts is life*, *Chant de l'amour armée*, *Legendes du fleuve Ama-*

zonas, Horoscop für alle, Die am Leben sind, Gesang der bewfneten Liebe e Nochist es dunkel, aber ich singe.

CANÇÕES - Os compositores Cláudio Santoro, Peter Jansen e Laura Campaner criaram peças sinfônicas com seus poemas. Thiago fez versos para choro de Pixinguinha e canções de Ary Barroso, Monsueto, Sergio Ricardo e de seus filhos Manduka e Thiago. É autor das letras e músicas das canções Pedaco do Mundo, Menino de Engenho e Jesus é Bom. Sérgio Ricardo deu música a Meu Companheiro Menino. Nara Leão e Virgínia Rosa cantaram Faz Escuro Mas Eu Canto e Zezé Gonzaga, Porque que tu te escondes? Compôs com seu filho Manduka (Manuel Thiago de Mello) Asa de Luz, Cunhantã Dourada e Linda Vida, Meu Amor.

DOCUMENTÁRIOS - Na década de 1980, Armando Nogueira e Alice Maria estavam à frente do jornalismo da TV Globo e chamaram Thiago de Mello para compor a equipe de roteiristas do programa Globo Repórter. Thiago trabalhou com os diretores Washington Novaes, José Paranaguá e Walter Lima Junior, entre outros. O primeiro documentário é exatamente Amazonas, Pátria da Água. Thiago também fez os roteiros sobre o diretor de cinema Charles Chaplin e o artista plástico catalão Juan Miró. Foi à Argentina entrevistar o escritor Jorge Luis Borges. O roteiro sobre Tiradentes contou com uma reconstituição histórica, e o personagem principal foi interpretado pelo ator José Mayer. Todos ganharam prêmios internacionais de televisão. O cineasta Wladimir Carvalho, em seu filme sobre José Lins do Rego, colhe o depoimento do poeta. Nessa película, Thiago canta as músicas que fez para o seu amigo: Pedaco de Mundo e Menino Perdido e Menino de Engenho. Os jornalistas Emílio Gallo e Ana Helena Gomes fizeram dois filmes com Thiago: Se é para Dizer Adeus e O Animal da Floresta. Isabella Thiago de Mello roteirizou e produziu o documentário Thiago de Mello – 70 Anos de Amazônia, com locações no Amazonas, Rio de Janeiro, Chile e Cuba e direção de Carlos Frederico Castello Branco. Isabella finaliza a segunda fita, Thiago de Mello, O Poeta da Floresta, trazendo os personagens da Geração de 45 do Modernismo, desde o seu nascimento até

o tombamento das casas, agora com a Caliban, do diretor Silvio Tendler.

PRÊMIOS E LAUREAÇÕES - Podemos destacar que ganhou três vezes o Prêmio Jabuti, um dos mais importantes prêmios literários concedidos pela Câmara Brasileira do Livro. O primeiro foi para POESIA COMPROMETIDA COM A MINHA E A TUA VIDA, o segundo para DE UMA VEZ POR TODAS e o terceiro para CAMPO DE MILAGRES. E ainda foi finalista desse prêmio com ACERTO DE CONTAS. Recebeu dois prêmios da Academia Brasileira de Letras: o Olavo Bilac, com o livro VENTO GERAL, e o Osvaldo Orico, com AMAZONAS, PÁTRIA DA ÁGUA. Em 2018, ganhou a Homenagem de Personalidade Literária do Prêmio Jabuti. É cidadão honorário da cidade do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, de Manaus, de Santiago do Chile, da cidade de Itatiba, em São Paulo, e de Parintins, no Amazonas. Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal do Amazonas e pela Universidade Ricardo Palma, do Peru. Professor emérito da Universidade de Soka, do Japão. Recebeu as maiores honrarias do país – a Medalha do Mérito Cultural, a da Ordem do Rio Branco e a que mais comove, pelo seu amor à vida de Joaquim José da Silva Xavier: a Grande Medalha da Inconfidência.

DIPLOMAS E HONRARIAS - Listamos uma parte: Cavaleiro da Ordem de Letras & Artes do Governo da França, Conselheiro de Letras & Artes do Governo da França, Medalha da Ordem do Rio Branco do Governo do Brasil, Medalha da Ordem do Mérito Cultural do Governo Brasileiro, Medalha Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras, Membro de Honra da Academia de Letras da Romênia, Membro de Honra da *International Writers and Artists Association*, Membro da Academia Amazonense de Letras, Membro do Conselho Superior de Cultura do Amazonas, Conselheiro da Ordem Bernardo O'Higgins do Governo do Chile, Medalha Haydée Santa Maria do Governo de Cuba, Medalha da Inconfidência do Governo do Estado de Minas Gerais, Medalha Ruy Araújo da Assembleia Legislativa do Amazonas, Doutor Honoris Causa da Universidade Federal do Amazonas, Doutor Honoris Causa da Universidade Ricardo Palma (Peru), Professor Emé-

rito da Universidade de Soka (Japão), Membro, quatro vezes, do Júri do Prêmio Literário da Casa de Las Américas, prêmios nacionais de poesia da Academia Brasileira de Letras (com os livros VENTO GERAL e AMAZONAS, PÁTRIA DA ÁGUA), Prêmio da Câmara Brasileira do Livro (com POESIA COMPROMETIDA COM A MINHA E A TUA VIDA), Prêmio Jabuti (com os livros DE UMA VEZ POR TODAS e CAMPO DE MILAGRES e finalista do prêmio com ACERTO DE CONTAS), Prêmio da Bienal Internacional do Livro de São Paulo (com AMAZONAS, PÁTRIA DA ÁGUA) e Prêmio Verde das Américas, da Secretaria de Cultura de Brasília.

Brevíssimo das editoras

O primeiro livro de Thiago, *Silêncio e Palavra*, de 1951, foi publicado pela Editora Hipocampo, fundada por Thiago de Mello e Geir Campos, que eram jornalistas do *Correio da Manhã* e do *Diário Carioca* à época. Eles tomaram a decisão de que a editora só publicaria textos inéditos. Assim, fizeram parte da Hipocampo os seguintes livros: *Com o Vaqueiro Mariano*, de Guimarães Rosa, *A Mesa*, de Carlos Drummond de Andrade, *Opus 10* e *A Estrela da Manhã*, de Manuel Bandeira, *Ladainha do Mar*, de Augusto Frederico Schmidt, *Ode Equatorial*, de Ledo Ivo, *ABC das Catástrofes*, de Aníbal Machado, *As Ilhas*, de Jorge de Lima, *A Palavra Escrita*, de Paulo Mendes Campos, *Vinte e Cinco Sonetos*, de Cassiano Ricardo, *Palavras Sem Eco*, de Dora Vasconcellos, *Catedral de Barro*, de Emanuel de Moraes, *Prelúdio e Alegria de uma Despedida*, de Joaquim Cardoso, *Madrinha Lua*, de Henriqueta Lisboa, *Canção das Águas Claras*, de Gilberto Amado, *A Estrela Vermelha*, de Murilo Rubião, *O Instante e o Eterno*, de Emílio Moura, *Os Endereços*, de Izacy Guimarães Ferreira, e, naturalmente, as estreias dos poetas Geir Campos e Thiago de Mello. Thiago com *Silêncio e Palavra* e Geir Campos com *A Rosa dos Rumos*.

A partir do segundo livro de Thiago, *Narciso Cego*, em 1952, José Olympio vai publicar todos os seus títulos até o *Vento Geral*, de 1959 (que é a reunião de sete livros de Thiago), ganhador do Prêmio da Academia Brasileira de Letras. Nesse mesmo

ano, Thiago aceita o convite do chanceler Negrão de Lima e vai trabalhar como Adido Cultural na Bolívia, Chile e Peru.

Quando retorna, em 1965, lança o *Faz Escuro Mas Eu Canto* e *A Canção do Amor Armado*, já pela Editora Civilização Brasileira de Ênio Silveira. A Civilização vai editar Thiago de Mello por mais de 30 anos. Com Thiago no exílio, em 1975, com lançamento no Brasil e em Portugal, o livro *Poesia Comprometida com a Minha e a Tua Vida* ganha o Prêmio da Câmara Brasileira do Livro, de São Paulo. Na volta do exílio, em 1977, a Editora Martins Fontes publica os poemas *Horóscopo Para Os Que Estão Vivos* e *Estatutos do Homem*, com ilustrações de Aldemir Martins. O *Amazonas, Pátria da Água*, a primeira edição, de 1989, é da Civilização Brasileira, que também ganha o Prêmio da Academia Brasileira de Letras. Com a partida de Ênio para o Céu, a Civilização é comprada pela Editora Bertrand/Record, onde Rosemary Alves trabalha na edição de dois livros ganhadores do Prêmio Jabuti de Thiago: *De Uma Vez Por Todas*, em 1997, e *Campo de Milagres*, em 1999. A Editora Cosac Naif faz uma publicação especial, com ilustrações de Andrés Sandoval, das lendas do Amazonas: *No Coração Encantado da Floresta*, em 2003. E outra edição, muito bonita, também com histórias da floresta é *Amazonas, Águas, Pássaros, Seres e Milagres*, com ilustrações de bordadeiras mineiras, da Editora Salamandra, em 1998. A Editora Vergara & Riba publica edições de luxo de *Los Estatutos del Hombre*, com tradução de Pablo Neruda, em 2001. A Editora Valer reedita *Silêncio e Palavra*, na comemoração dos 50 anos do primeiro livro, em 2001, e reedita também *Manaus, Amor e Memória*. Em 2010, o projeto que reúne poetas de todos os países da América Latina, *Antologia de Poetas da América de Canto Castelhana*, leva Thiago para a Editora Global, de Luís Alves, sua casa derradeira. A Global publica duas seleções de poemas: *Como Sou* e *Seleção Thiago de Mello*, com prólogo de Marcos Frederico Krüger, e também faz nova edição de luxo do *Amazonas, Pátria da Água*, com fotos de Luiz Claudio Marigo. Publica *Acerto de Contas*, finalista do Prêmio Jabuti de 2014, e reedita *Faz Escuro Mas Eu Canto*. E, recentemente, seu mais novo livro, *As Águas Sabem Coisas*, também da Global.



Obras publicadas

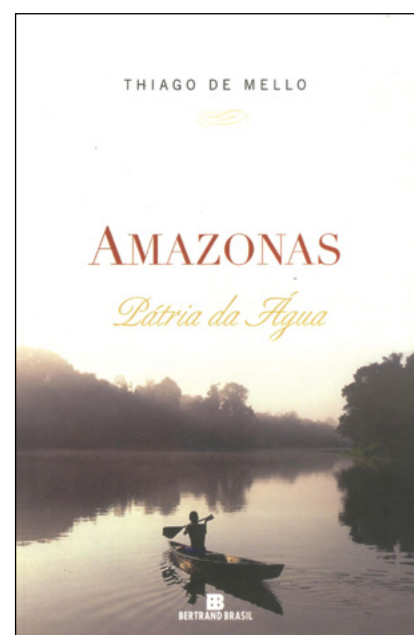
POESIA:

- **SILÊNCIO E PALAVRA.** Edições Hipocampo. Rio de Janeiro. 1951. Edição de Luxo em comemoração dos 50 anos da primeira publicação. Editora Valer. Manaus. 2001.
- **NARCISO CEGO.** Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1952.
- **A LENDA DA ROSA.** Coleção Rubaiyat. José Olympio. Rio de Janeiro, 1955.
- **VENTO GERAL** (reunião dos livros anteriores e mais quatro inéditos: **O ANDARILHO E A MANHÃ, TENEBROSA ACQUA, TOADAS DE CAMBAIO e PONDERAÇÕES QUE FAZ O DEFUNTO AOS QUE LHE FAZEM O VELÓRIO**). José Olympio. Rio de Janeiro. 1960.
- **FAZ ESCURO MAS EU CANTO.** Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1965. 16ª edição. 1997. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 19ª edição. 2000. Coleção Mestres da Literatura Brasileira. Editora Record. 2000.
- **A CANÇÃO DO AMOR ARMADO.** Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966. 7ª edição. 1993.
- **POESIA COMPROMETIDA COM A MINHA E A TUA VIDA.** Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975. 7ª edição. 1991. **Prêmio da Câmara Brasileira do Livro, São Paulo, 1975.**
- **OS ESTATUTOS DO HOMEM.** Com desenhos de Aldemir Martins. Editora Martins Fontes. 1977. São Paulo. 6ª edição. 1991.
- **HORÓSCOPO PARA OS QUE ESTÃO VIVOS.** Martins Fontes. São Paulo. 1984. 4ª edição. 1988.
- **HORÓSCOPO PARA OS QUE ESTÃO VIVOS.** Edição de Luxo, ilustrada e editada por Ciro Fernandes. Rio de Janeiro. 1982.
- **MORMAÇO NA FLORESTA.** Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1984. 3ª edição. 1990.
- **VENTO GERAL.** Poesia 1951-1981. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1981. 3ª edição. 1990.
- **NUM CAMPO DE MARGARIDAS.** Civilização Brasileira, 1986.
- **DE UMA VEZ POR TODAS.** Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1996. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2ª edição, 1998. **Prêmio Jabuti. 1997.**
- **CAMPO DE MILAGRES.** Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1998. **Prêmio Jabuti. 1999.**
- **LOS ESTATUTOS DEL HOMBRE.** Edição de Luxo. Bilingue (português e espanhol). Tradução de Pablo Neruda. Editora Vergara & Riba. São Paulo, 2001.

- **OS ESTATUTOS DO HOMEM.** Editora Valer. Edição de Luxo. Manaus, 1999. Edição trilingue. Versão no espanhol por Pablo Neruda. Tradução no inglês por Robert Márquez e Trudy Pax. Editora Valer. 2009.
- **POEMAS PREFERIDOS PELO AUTOR E SEUS LEITORES.** Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2006.
- **THIAGO EM HAIKAI.** De Sergio Bath. Edições Hipocampo. Rio de Janeiro. 2013.
- **COMO SOU.** Seleção de Poemas de Thiago de Mello. Editora Global. São Paulo, 2013.
- **ACERTO DE CONTAS.** Editora Global. São Paulo. **Finalista Prêmio Jabuti.** 2014.
- **MAN A VIEW FROM THE FOREST – A FLORESTA VÊ O HOMEM.** Cinquenta poemas metafísicos de Thiago de Mello, selecionados e traduzidos por Sergio Bath. Edição bilíngue (português e inglês). Prefeitura de Manaus e Fundação Villa-Lobos. Editora Valer. Manaus. 2006.
- **THIAGO DE MELLO.** Seleção e Apresentação por Marcos Frederico Krüger. Editora Global. São Paulo, 2009.

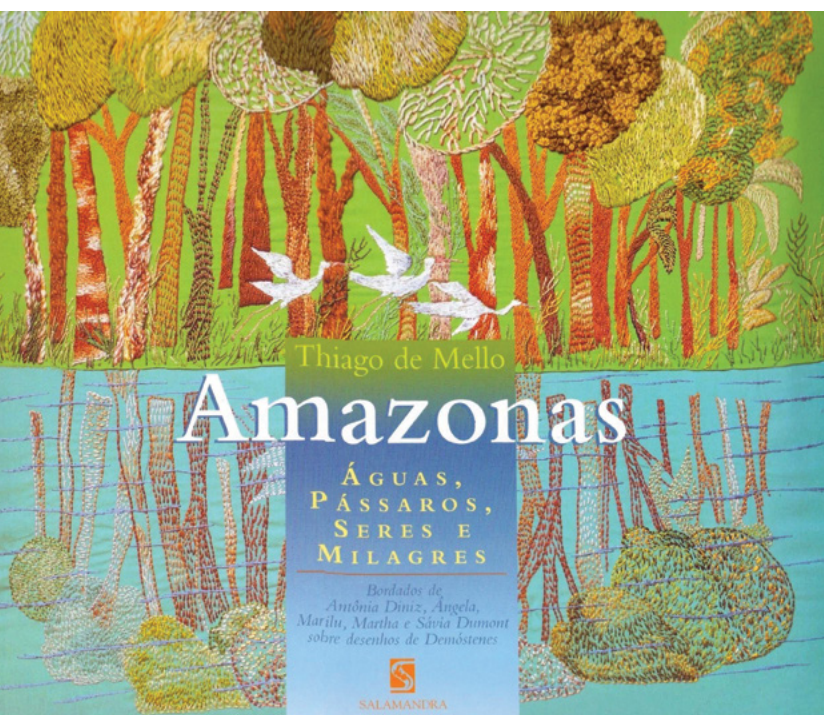
PROSA:

- **NOTÍCIA DA VISITAÇÃO QUE FIZ NO VERÃO DE 1953 AO RIO AMAZONAS E SEUS BARRANCOS.** Ministério da Educação. 1957. 2ª edição, Civilização Brasileira. 1989. Rio de Janeiro.
- **A ESTRELA DA MANHÃ.** Estudo do poema de Manuel Bandeira. Ministério da Educação. Rio de Janeiro. 1968.
- **ARTE E CIÊNCIA DE EMPINAR PAPAGAIO.** Editado pelo Banco do Estado do Amazonas (BEA), Manaus. 1983. 2ª edição, Civilização Brasileira. 1985. Rio de Janeiro.
- **MANAUS, AMOR E MEMÓRIA.** Suframa, Manaus. 1984, Edição de Luxo. 2ª edição, Civilização Brasileira. 1989. Segunda Edição de Luxo. Editora Valer. Manaus. 2004.
- **AMAZONAS PÁTRIA DA ÁGUA.** Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1989. 5ª edição. Bertrand Brasil. 2001.
- **AMAZONAS PÁTRIA DA ÁGUA.** Edição de Luxo, bilíngue, versão em inglês por Sergio Bath, Ricardo Pinheiro Lopes e Lucimeire Virgílio Leite, com fotografia de Luiz Cláudio Marigo. Sverner-Bocatto. São Paulo. 1991. Segunda Edição de Luxo. Editora Gaia. São Paulo, 2007.
- **AMAZÔNIA, A MENINA DOS OLHOS DO MUNDO.** Civilização Brasileira, 1992.
- **O POVO SABE O QUE DIZ.** Civilização Brasileira. 2ª edição. 1993.
- **BORGES NA LUZ DE BORGES.** Pontes Editores. São Paulo. 1993.
- **A ARTE DE TRADUZIR.** Museu da Poesia Manuscrita. Florianópolis. 2000.
- **AMAZONAS, NO CORAÇÃO ENCANTADO DA FLORESTA.** Editora Cosac & Naify. Ilustração de Andréas Sandoval. São Paulo. 2003.
- **AMAZONAS, ÁGUAS, PÁSSAROS, SERES E MILAGRES.** Ilustração das bordadeiras Antônia Diniz, Ângela, Marilu, Marta e Savia Dumond sobre desenho de Demóstenes, Editora Salamandra, Rio de Janeiro, 1998.
- **BRASIL 500 PÁSSAROS.** Thiago abre o livro com os textos: “Brasil: Educação Ambiental no Início de um Novo Século” e “Quinhentas Árvores, Quinhentas Águas”. Edição de Luxo da Eletronorte. 2000.
- **MAMIRAUÁ.** Com fotos de Luiz Cláudio Marigo. Edição Comemorativa. Editado pela Sociedade Civil Mamirauá e Petrobrás. Manaus e Brasília. 2006.
- **ABC DA FLORESTA AMAZÔNICA.** Thiago de Mello e Pollyanna Furtado. Editora Valer. Manaus. 2009.
- **NATUREZA – A ARTE DE FRANS KRAJCBERG.** Textos de Thiago de Mello e José Antônio Saja. Edições da Secretaria de Cultura da Bahia. Salvador. 2011.



NO EXTERIOR:

- **MADRUGADA CAMPESINA.** Santiago do Chile. Tradução de Armando Uribe Arce. Centro de Estudo Brasileiro, CEB. 1962
- **POEMAS DE THIAGO DE MELLO.** Tradução de Pablo Neruda. Ilustração de Eduardo Vilches. Edição de Luxo, fora de comércio. Santiago do Chile. 1963.
- **HORÓSCOPO.** Edição Mário Toral, Santiago do Chile. 1964.
- **OS ESTATUTOS DO HOMEM.** Edições Itáu. Lisboa. 1968.
- **LOS ESTATUTOS DEL HOMBRE.** Club de Grabado. Montevideo. 1970.
- **WHAT COUNTS IS LIFE.** Geo Pflaum Publisher. USA. 1970. 2ª edição. 1972.
- **CANTO DE AMOR ARMADO.** Ediciones Crisis. Buenos Aires. 1973.
- **POESIA COMPROMETIDA COM A MINHA E A TUA VIDA.** Moraes Editora. Lisboa. 1975.
- **A CANÇÃO DO AMOR ARMADO.** Moraes Editora. Lisboa. 1975.
- **DIO STATUTEN DES MENSCHEN.** Peter Hammer Verlag. 1976. Wupérttal. RFA.
- **GESANG DER BEWFFNATEN LIEBEN.** Peter Hammer Verlag. 1976. Wupérttal. RFA. 1984.
- **HOROSCOPO FUR ALLES, DIE AM LEBEN SIND.** Jugenddienst Verlag. Wuperttal. 1984.
- **OS ESTATUTOS DO HOMEM.** Divulgação do Correio da UNESCO, tradução para mais de 30 idiomas. 1982.
- **OS ESTATUTOS DO HOMEM.** Edições Itáu. Lisboa. 12ª edição. 1980. Montevideo. 1973. Tradução de Pablo Neruda. Poesia Libre. Quito, Equador. 1980.
- **POESIA DE THIAGO DE MELLO.** Casa de Las Américas. La Habana. Cuba. 1970.
- **CHANT DE L'AMOUR ARMÉ.** Cerf. Paris. 1979.
- **AMAZONAS, LAND OF WATER.** Tradução de Charles Cutler. In The Massachusestts Review. USA. 1986.
- **STATUTES OF MAN.** Selected Poems. Tradução de Richard Chappel. Spenser Books. 1994. London. England. 1994.



- **I GO ON SHAPED LIKE A WORD – A TRIBUTE TO THIAGO DE MELLO.** Senter for Amazonian. Literature and Culture. Smith College. USA. 1996.
- **VISIÓN DE LA POESIA BRASILEÑA.** Selección y prólogo de Thiago de Mello. Edición bilingüe. Traducción de Adan Mendez. Red Internacional del Libro. Embajada de Brasil en Santiago de Chile. 1996. Antología de poetas brasileiros. **POESIA COLONIAL:** Gregório de Matos, Manuel Inácio da Silva Alvarenga. **POESIA ROMÂNTICA:** Gonçalves Dias, Antonio de Castro Alves, Casimiro de Abreu, Junqueira Freire, Francisco Otaviano, Álvares de Azevedo. **POESIA PARNASIANA:** Alberto de Oliveira, Raimundo Correia, Olavo Bilac, Machado de Assis, Vicente de Carvalho. **POESIA SIMBOLISTA:** Cruz e Souza, Augusto dos Anjos, Alphonsus de Guimaraes, Alceu Wamosy, Gilka Machado. **POESIA**



MODERNISTA: Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Thiago de Mello, Cassiano Ricardo, Jorge de Lima, Murilo Mendes, Augusto Frederico Schmidt, Ascenso Ferreira, Dante Milano, Cecília Meireles, Ribeiro Couto, Guilherme de Almeida, Augusto Meyer, Raul Bopp, Mário Quintana, Pedro Dantas, Henriqueta Lisboa, Vinicius de Moraes, Alphonsus de Guimarães Filho, Joaquim Cardoso, João Cabral de Mello Neto, Ruy Guilherme Paranatinga Barata, Domingos Carvalho da Silva, Ledo Ivo, Ferreira Gullar, Geir Campos, Moura Mota, Paulo Mendes Campos, Carlos Pena Filho. **POESIA PÓS-MODERNISTA:** Moacyr Félix, Affonso Romano de Sant'Ana, Darcy Damasceno, Luiz Bacelar, Astrid Cabral, Élon Farias, Afonso Félix de Souza.

• **AUN É TIEMPO.** Selección e tradução de Thiago de Mello. Bilingüe. Editorial Fondo de Cultura Económica. Santiago do Chile. 1998. Antologia em castelhano com os poemas de Pablo Neruda, Mario Benedetti, Arturo Corcuera, Enrique Lihn,

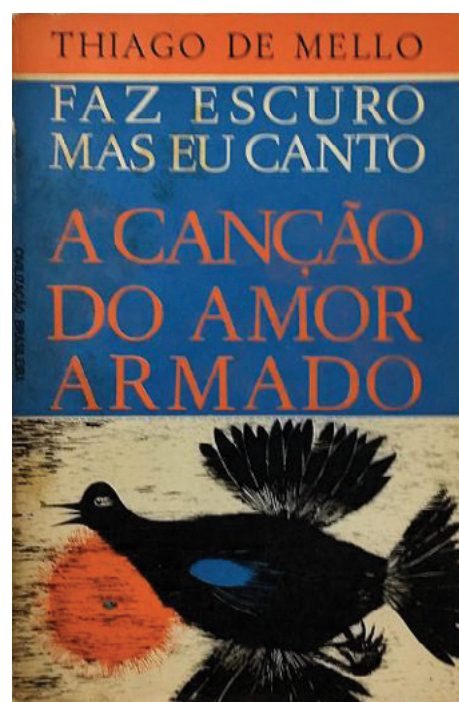
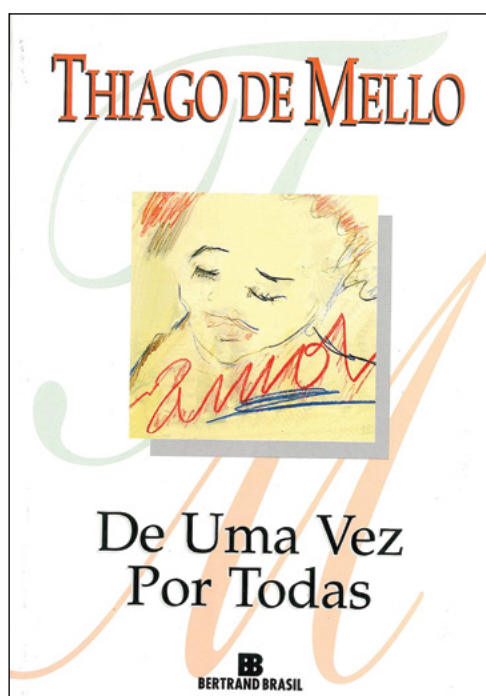
Armando Uribe e Adan Mendez, entre outros.

• **POEMAS PREFERIDOS POR EL AUTOR Y SUS LECTORES.** Traducción de Julia Caldazilla Núñez, Editora Arte y Literatura. Instituto Cubano del Libro. La Habana, Cuba. 2004.

TRADUÇÕES:

- **ANTOLOGIA POÉTICA DE PABLO NERUDA.** Letras & Artes. Rio de Janeiro. 1963.
- **A TERRA DESOLADA E OS HOMENS OCOS** de T. S. Eliot. Edição bilíngue. Centro de Estudos Brasileiros. Fora de Comércio. Santiago do Chile. 1964.
- **SALMOS** de Ernesto Cardenal. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1983.
- **A VIDA NO AMOR** de Ernesto Cardenal. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1984.
- **POESIA COMPLETA DE CESAR VALLEJO.** Philobiblion. Rio de Janeiro. 1985.
- **SÓNGORO CONSOGO E OUTROS POEMAS** de Nicolas Guillén, Philobiblion. Rio de Janeiro. 1986.
- **DE ABAIXO DOS ASTROS.** Poesia de Eliseo Diego. Hucitec. São Paulo. 1994.
- **OS VERSOS DO CAPITÃO** de Pablo Neruda. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 4ª edição 2000.
- **CÂNTICO CÓSMICO** de Ernesto Cardenal. Hucitec. São Paulo. 1996.
- **CADERNOS DE TEMUCO** de Pablo Neruda. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2ª edição. 2000.
- **PRESENTE DE UM POETA** de Pablo Neruda. Vergara & Riba. Rio de Janeiro. 2001.
- **MANAUS RESUCITADO** de Ernesto Cardenal. Editora Valer. Manaus. 2011.
- **A POESIA SE ENCONTRA NA FLORESTA I Encontro Amazônico de Poetas da América Latina.** Selección e Tradução de Thiago de Mello. Secretaria de Cultura do Amazonas. Editora Valer. Manaus. 2001.

HISPANO-AMERICANOS: Horácio Salas, Leon Rozitchner, Nicomedes Soares Arauz, Adan Mendes Rosas, César Soto Gomes, Raul Zurita, Gonzalo Rojas, Ana Mercedes Vivas, Juan Manuel Roca, Maria Mercedes Carranza, Maruja Vieira, Ângela Garcia, Fernando Rendón, Juan Carlos Galeano, Roberto Fernandez Retamar, Miguel Barnet, Jorge Enrique Adoum, Margarita Laso, Whashington Benavidez, Ana Maria Rodas, Francisco Morales Santos, Guillermo Samperio, Margarito Cuellar, Norma Wanless, Ernesto

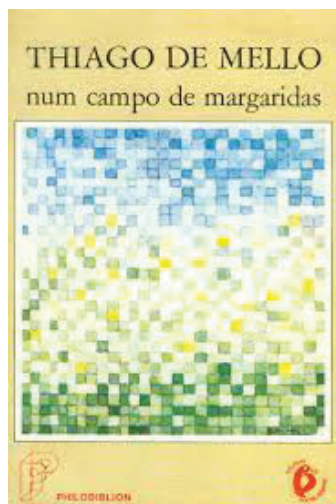


Cardenal, Arturo Corcuera, Aléxis Gómez Rosa, Saul Ibargoyen, Maria Antonieta Flores. **DA AMAZÔNIA:** Alcides Werk, Aldisio Filgueiras, Alencar e Silva, Aníbal Beça, Astrid Cabral, Cândida Alves, Cláudio Fonseca, Dori Carvalho, Efraim Amazonas, Eliakim Rufino, Élson Farias, João de Jesus Paes Loureiro, Jorge Tufic, Luís Augusto Cassas, Max Carphentier, Simão Pessoa, Thiago de Mello, Zemaria Pinto.

• **POETAS DA AMÉRICA DE CANTO CASTELHANO** Seleção, tradução e notas de Thiago de Mello. Editora Global, 2011.

Nota do Editor: "...Thiago de Mello trabalhou por mais de vinte anos nesta antologia poética que preenche uma enorme lacuna no acervo bibliográfico brasileiro e cumpre importante papel na integração cultural da América Latina... Obra inédita, esplendidamente representativa do canto castelhano nas Américas, reúne cerca de quatrocentos poemas de 120 poetas latino-americanos, entre os quais despontam as figuras luminares de Pablo Neruda, Jorge Luis Borges, César Vallejo, Ruben Dario, Gabriela Mistral, Nicolas Guillén, José Asunción Silva, Jaime Sabines, Ernesto Cardenal e Mario Benedetti, entre outros..."

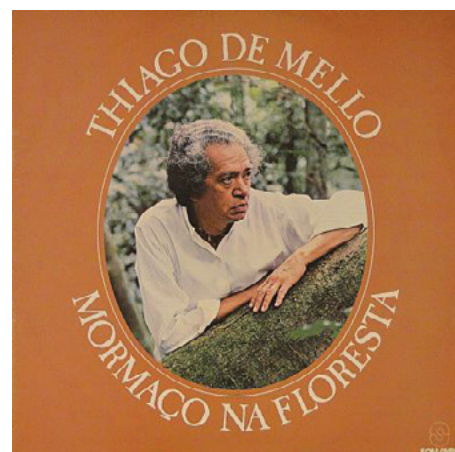
ARGENTINA: Leopoldo Lugones, Alfonsina Storni, Jorge Luis Borges, Raul Gonzalez Tuñon, Francisco Urondo, Juan Gelman, Horacio Salas, Cristina Castello. **BOLÍVIA:** Franz Tamayo, Gregório Reynolds, Oscar Cerruto, Nicomedes Soares-Arauz, Blanca Wiethüchter. **CHILE:** Gabriela Mistral, Vicente Huidobro, Pablo de Rokha, Pablo Neruda, Humberto Diaz Casanueva, Nicanor Parra, Gonzalo Rojas, Violeta Parra, Enrique Lihn, Armando Uribe, Jorge Teillier, Oscar Hahn, Cezar Soto Gomes, Raul Zurita, Adan Mendez Rozas, Juan Cristóbal Romero. **COLÔMBIA:** José Asunción Silva, Leon de Greiff, Aurélio Arturo, Eduardo Carranza, Álvaro Mutis, Belisario Betancour, Jaime Jeramillo Escobar, Maria Mercedes Carranza, Juan Manuel Roca, Fernando Rendón, Jairo Guzmán, Andréa Cote Botero. **COSTA RICA:** Maria Montero, Luis Chaves, Alfonso Chase, Jorge Debravo, Ana Istarú. **CUBA:** José Martí, José Lezama Lima, Eliseo Diego, Nicolas Guillén, Cintio Vitier, Fina Garcia Marruz, Pablo Armando Fernandez, Roberto Fernández Retamar, César Lopes, Miguel Barnet, Nancy Morejón. **EL SALVADOR:** Aída Párraga, Roque Dalton, Alfonso Quijada Urias. **EQUADOR:** Gonzalo Escudero, Jorge Carrera Andrade, Jorge Enrique Adoum, Efraim Jara Idrovo, Margarita Laso, Maria Fernanda Espinosa, Carmen Vascones. **GUATEMALA:** Luis Cardoza y Aragon, Otto Raul Gonzáles, Otto René Castillo. **HONDURAS:** Roberto Sosa, Oscar Acosta, Rigoberto Perecles, José Adán Castelar. **MÉXICO:** Carlos Pellicer, Jaime Sabines, José Emilio Pacheco, Guilherme Samperio, Norma Wanless, Margarito Cuéllar. **NICARÁGUA:** Ruben Dario, Alfonso Cortés, José Coronel Urtecho, Pablo



Antônio Cuadra, Carlos Martinez Rivas, Claribel Alegria, Ernesto Cardenal, Fernando Silva, Gioconda Belli, Bosco Centeno, Luz Marina Acosta. **PANAMÁ:** Demetrio Herrera Sevillano, Homero Icaza Sanchez, Aristides Martinez Ortega, Hector Collado, Diana Morán. **PARAGUAI:** Elvio Romero. **PERU:** César Vallejo, Carlos Germán Belli, Whashington Delgado, Arturo Corcuera, Casar Calvo, Antonio Cisneros. **PORTO RICO:** Evaristo Ribera Chevremont, Luís Palés Matos, Julia de Burgos, Francisco Matos Paoli. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Manuel Del Cabral. **URUGUAI:** Julio Herrera y Reissig, Juana de Ibarbourou, Fernando Pereda, Idea Vilariño, Mario Benedetti, Jorge Arbeleche. **VENEZUELA:** Gramcko, Rafael Cadenas, Eugenio Montejó, Luis Alberto Crespo, Maria Antonieta Flores.

DISCOS:

- **POESIAS DE THIAGO DE MELLO.** Discos Fiesta. Rio de Janeiro. RJ. 1963. Locução do autor.
- **DIE STATUTEN DES MENSCHEN.** Cantata para Orquestra e Coro. Música de Peter Jansens. R.F.A. 1976.
- **THIAGO DE MELLO** *Poemas y Canciones.* Casa de Las Américas. La Havana. 1968.
- **THIAGO DE MELLO** *Palabra de esta América.* Casa de Las Américas. La Havana. 1985.
- **MORMAÇO NA FLORESTA.** Locução do autor. Som Livre. Rio de Janeiro. 1986.
- **OS ESTATUTOS DO HOMEM & POEMAS INÉDITOS.** Trilha sonora de Manduka. Edições Paulinas. Rio de Janeiro. 1992. Locução do autor.
- **POEMAS DE THIAGO DE MELLO** e músicas de Gaudêncio Thiago de Mello. Coleção “Educação para Ser”. Selo Karmin. Minas Gerais. 2001. Locução do autor. **US**



Ópera do Café

Mário de Andrade (São Paulo, 1893-1945)

Ilustração: Kita Telles

Referências:

Tarsila do Amaral (Capivari, 1886-São Paulo, 1973)

A Negra, 1923

Pau Brasil, 1924-1928

O Lago, 1928

Trecho extraído de: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=43992#IIIcoraldasfamintas>

Edição de referência: Poesias Completas, Belo Horizonte: Itatiaia, 1987



III

CORAL DAS FAMINTAS

(As companheiras dos estivadores interrompem abruptamente a cena.)

Frases à escolha, cantadas aos grupos:

- Porto parado! Mar vazio! Sangue à vista!
- Eu tenho fome! Meus braços já se armam na ordem fatal da maldição!
- Eu tenho fome! Na minha boca nasce a palavra da decisão!
- Não sou mais eu! Chegou a hora da destruição!

Tutti das Famintas:

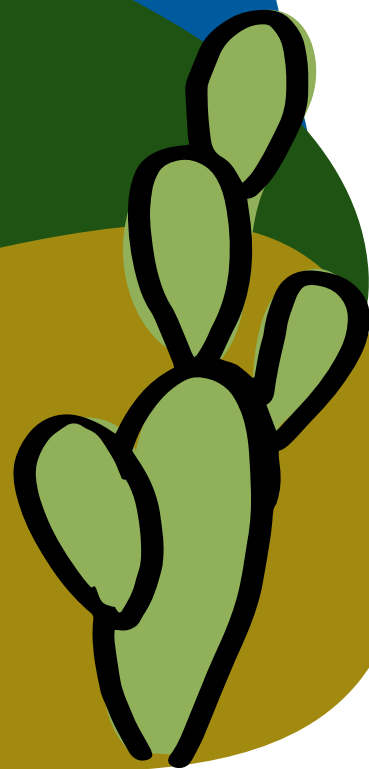
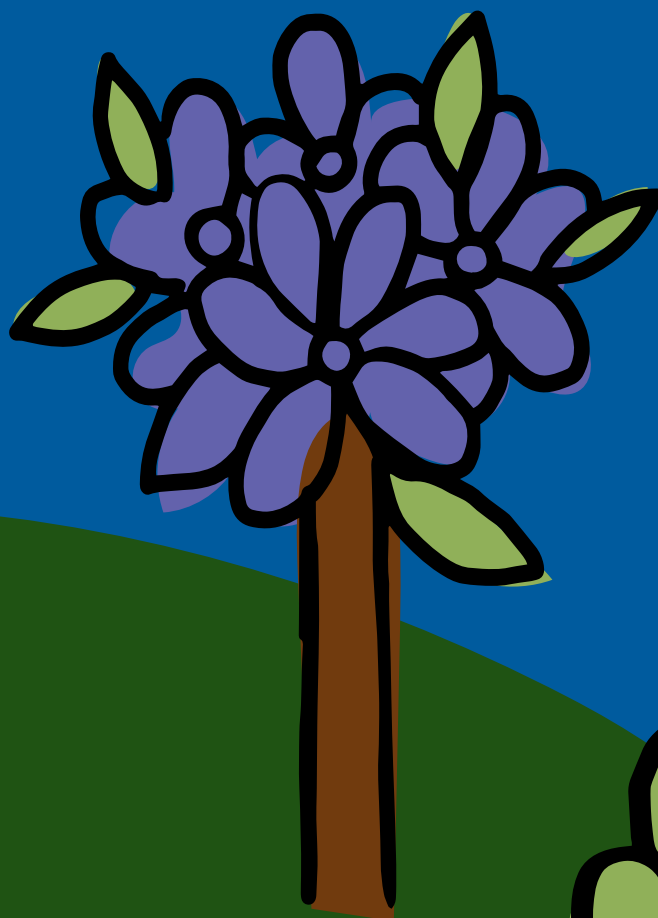
Não aguento a fome
Não há mais perdão
Deus dorme nos ares
Os chefes nas camas
Acordo no chão
Eu quero o meu pão!

Não aguento a fome
Lei no coração:
Malditos os homens
Maldito este tempo
Maldita esta vida.
Eu quero o meu pão!
Eu quero o meu pão!

Não aguento a fome
Nesta maldição
Ordens nos ouvidos
Sangue nos meus olhos
Ódio em minha boca
Eu quero o meu pão!
Eu quero o meu pão!
Eu quero o meu pão!

Os estivadores (pianíssimo, depois da orquestra se melancolizar, repetindo a mesma frase melódica final das Famintas):

– Quem pode dar pão!...



Ode ao Burguês

*Mário de Andrade
(São Paulo, 1893-1945)*

Ilustração: Kita Telles

Referências:

Candido Portinari
(Brodowski, 1903-Rio de Janeiro, 1962)

Guerra e Paz, 1952 e 1956

Tarsila do Amaral

(Capivari, 1886-São Paulo, 1973)

A Gare, 1925

Trecho extraído de:

<https://www.revistaprosaveroearte.com/ode-ao-burgues-mario-de-andrade/>

Edição de referência: Mário de Andrade, do livro *Pauliceia desvairada* (1922)

Eu insulto o burguês! O burguês-níquel,
o burguês-burguês!
A digestão bem-feita de São Paulo!
O homem-curva! O homem-nádegas!
O homem que sendo francês, brasileiro, italiano,
é sempre um cauteloso pouco-a-pouco!

Eu insulto as aristocracias cautelosas!
Os barões lampiões! Os condes Joões! Os duques zurros!
Que vivem dentro de muros sem pulos;
e gemem sangues de alguns mil-réis fracos
para dizerem que as filhas da senhora falam o francês
e tocam os Printemps com as unhas!

Eu insulto o burguês-funesto!
O indigesto feijão com toucinho, dono das tradições!
Fora os que algarismam os amanhãs!
Olha a vida dos nossos setembros!
Fará sol? Choverá? Arlequinal!
Mas à chuva dos rosais
o êxtase fará sempre sol!

Morte à gordura!
Morte às adiposidades cerebrais!
Morte ao burguês-mensal!
Ao burguês-cinema! Ao burguês-tílburi!
Padaria Suíça! Morte viva ao Adriano!
“– Ai, filha, que te darei pelos teus anos?
– Um colar... – Conto e quinhentos!!!
Mas nós morremos de fome!”

Come! Come-te a ti mesmo, oh, gelatina pasma!
Oh, purée de batatas morais!
Oh, cabelos nas ventas! Oh, carecas!
Ódio aos temperamentos regulares!
Ódio aos relógios musculares! Morte à infâmia!
Ódio à soma! Ódio aos secos e molhados!
Ódio aos sem desfalecimentos nem arrependimentos,
sempiternamente as mesmices convencionais!
De mãos nas costas! Marco eu o compasso! Eia!
Dois a dois! Primeira posição! Marcha!
Todos para a Central do meu rancor inebriante
Ódio e insulto! Ódio e raiva! Ódio e mais ódio!
Morte ao burguês de gíolhos,
cheirando religião e que não crê em Deus!
Ódio vermelho! Ódio fecundo! Ódio cíclico!
Ódio fundamento, sem perdão!

Fora! Fu! Fora o bom burgês!...





UNIVERSIDADE E SOCIEDADE - Análises e debates fundamentais para o meio docente






UNIVERSIDADE E SOCIEDADE - Análises e debates fundamentais para o meio docente

No primeiro dia do 40º Congresso do ANDES-SN, 27 de março de 2022, foi lançada a edição 69 da revista *Universidade e Sociedade* (ISSN 1517-1779), publicação digital e impressa com periodicidade semestral. O número lançado nessa ocasião pelo Sindicato Nacional tem como título “Políticas educacionais: desafios e dilemas”.

Ao longo de seus mais de 30 anos de existência, a revista é um importante instrumento de formação para seus mais de 70 mil filiados, bem como para a comunidade científica em geral. Os artigos submetidos ao nosso periódico são repassados ao nosso comitê científico-editorial, que analisa os textos na modalidade *double blind review*. Além disso, a re-

vista apresenta seções com reportagens fotográficas, entrevistas, poesias e muitas outras pautas do meio sindical e acadêmico.

As produções divulgadas na Revista *Universidade e Sociedade* possuem densidade teórico-política profunda e analisam questões conjunturais que marcam as lutas em que se insere a educação e questões estruturais que embasam os elementos de conjuntura, constituindo-se de um fórum de debates sobre a temática da educação brasileira.

Leia, publique e divulgue a Revista *Universidade e Sociedade*! As normas e as edições *on-line* estão disponíveis em: https://www.andes.org.br/sites/universidade_e_sociedade. 

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE está aberta à colaboração de docentes e profissionais interessados(as) na área e que desejam compartilhar seus estudos e pesquisas com os(as) demais. Os textos serão analisados na modalidade *double blind review*.

Objetivos

- Constituir-se em fórum de debates de questões que dizem respeito à educação superior brasileira, tais como: estrutura da universidade, sistemas de ensino, relação entre universidade e sociedade, política universitária, política educacional, condições de trabalho etc.;
- Oferecer espaço para apresentação de propostas e sua implementação, visando à instituição plena da educação pública e gratuita como direito do cidadão e condição básica para a realização de uma sociedade humana e democrática;
- Divulgar trabalhos, pesquisas e comunicações de caráter acadêmico que abordem ou reflitam questões de educação pública e gratuita de ensino e aprendizagem, cultura, artes, ciência e tecnologia;
- Divulgar as lutas, os esforços de organização e as realizações do ANDES-SN;
- Permitir a troca de experiências, o espaço de reflexão e a discussão crítica, favorecendo a integração dos docentes;
- Oferecer espaço para a apresentação de experiências de organização sindical de outros países, especialmente da América Latina, visando à integração e à conjugação de esforços em prol de uma educação libertadora.

Instruções gerais para o envio de textos

Os artigos e resenhas deverão ser escritos de acordo com as normas do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, conforme o Decreto 6.583, de 29 de setembro de 2008.

Os artigos e resenhas enviados à *Universidade e Sociedade* serão submetidos à Editoria Executiva e aos conselheiros *ad hoc*. *Universidade e Sociedade* reserva-se o direito de proceder a modificações de forma e sugerir mudanças para adequar os artigos e resenhas às dimensões da revista e ao seu padrão editorial.

1 - Os textos devem ser inéditos, observadas as seguintes condições:

1.1 - Os artigos devem ter uma extensão máxima de 15 páginas (cerca de 40 mil caracteres), digitados

em Word, fonte Times New Roman, tamanho 12, em espaço 1,5, sem campos de cabeçalhos ou rodapés, com margens fixadas em 1,5 cm em todos os lados; as resenhas devem conter no máximo 2 páginas, um breve título e a referência completa da obra resenhada - título, autor(es), edição, local, editora, ano da publicação e número de páginas;

1.2 - O título deve ser curto, seguido do nome, titulação principal do(a) autor(a), bem como da instituição a que está vinculado(a) e de seu e-mail para contato;

1.3 - Após o título e a identificação do(a) autor(a), deve ser apresentado um resumo de, aproximadamente, 10 linhas (máximo 1.000 caracteres), indicando os aspectos mais significativos contidos no texto, bem como o destaque de palavras-chave;

1.4 - As referências bibliográficas e digitais devem ser apresentadas, segundo as normas da ABNT (NBR 6023 de nov. de 2018), no fim do texto. Deverão constar apenas as obras, sítios e demais fontes mencionadas no texto. As citações, em língua portuguesa, também devem seguir as normas da ABNT (NBR 10520 de ago. de 2002);

1.5 - As notas, se houver, devem ser apresentadas, no final do texto, numeradas em algarismos arábicos. Evitar notas extensas e numerosas;

2 - Os conceitos e afirmações contidos no texto, bem como a respectiva revisão vernacular, são de responsabilidade do(a) autor(a);

3 - O(a) autor(a) deverá apresentar seu minicurrículo (cerca de 10 linhas), no final do texto, e informar **endereço completo com CEP**, telefones e endereço eletrônico (e-mail), para contatos dos editores;

4 - O prazo final de envio dos textos antecede, em aproximadamente três meses, as datas de lançamento do respectivo número da Revista, que sempre ocorre durante o Congresso ou o CONAD, em cada ano. A Secretaria Nacional do ANDES-SN envia, por circular, as datas do período em que serão aceitas as contribuições, bem como o tema escolhido para a edição daquele número;

5 - Todos os arquivos de textos deverão ser encaminhados como anexos de e-mail, utilizando-se o endereço eletrônico: andessp@andes.org.br;

6 - Artigos e resenhas publicadas dão direito ao recebimento de um exemplar.

EXECUTIVA NACIONAL

PRESIDENTA
Rivânia Lucia Moura de Assis (UERN)

1º VICE-PRESIDENTE
Milton Pinheiro (UNEB)

2ª VICE-PRESIDENTA
Zuleide Fernandes de Queiroz (URCA)

SECRETÁRIA GERAL
Maria Regina de Avila Moreira (UFSC)

2ª SECRETÁRIA
Francieli Rebelatto (UNILA)

3º SECRETÁRIO
Luiz Henrique dos Santos Blume (UESC)

1º TESOUREIRO
Amauri Fragoso de Medeiros (UFCG)

3ª TESOUREIRA
Jennifer Susan Webb Santos (UFPA)

REGIONAL NORTE I

2º VICE-PRESIDENTE
José Sávio da Costa Maia (UFAC)

1ª SECRETÁRIA
Marilsa Miranda de Souza (UNIR)

1ª TESOUREIRA
Ana Lucia Silva Gomes (UFAM)

REGIONAL NORTE II

1ª VICE-PRESIDENTA
Joselene Ferreira Mota (UFPA)

2º VICE-PRESIDENTE
Rigler da Costa Aragão (UNIFESSPA)

1ª SECRETÁRIA
Zaira Vakeska Dantas da Fonseca (UEPA)

2ª SECRETÁRIA
Sueli Pinheiro da Silva (UEPA)

1ª TESOUREIRA
Andréa Cristina Cunha Matos (UFPA)

2ª TESOUREIRA
Dulcidea da Conceição (UFRA)

REGIONAL NORDESTE I

1ª VICE-PRESIDENTA
Sambara Paula Francelino Ribeiro (UECE)

2º VICE-PRESIDENTE
Cláudio Anselmo de Souza Mendonça (UFMA)

1º SECRETÁRIO
Gisvaldo Oliveira da Silva (UESPI)

1º TESOUREIRO
Luiz Eduardo Neves dos Santos (UFMA)

2º TESOUREIRO
Carlos Diego Rodrigues (UFC)

REGIONAL NORDESTE II

1ª VICE-PRESIDENTA
Cristine Hirsch Monteiro (UFPB)

2º VICE-PRESIDENTE
Alexsandro Donato Carvalho (UERN)

1º SECRETÁRIO
Nelson Aleixo da Silva Júnior (UEPB)

2ª SECRETÁRIA
Jusciane da Costa e Silva (UFERSA)

1º TESOUREIRO
Marco Antonio Fidalgo Amorim (UFPE)

2º TESOUREIRO
Cauê Guion de Almeida (UFRPE)

REGIONAL NORDESTE III

1º VICE-PRESIDENTE
Marcos Antonio Tavares Soares (UESB)

2ª VICE-PRESIDENTA
Sandra Maria Marinho Siqueira (UFBA)

1ª SECRETÁRIA
Zózina Maria Rocha de Almeida (UNEB)

2ª SECRETÁRIA
Reinalda Souza Oliveira (UEFS)

1º TESOUREIRO
Marcos Antônio da Silva Pedroso (UFS)

2º TESOUREIRO
Carlos Vitorio de Oliveira (UESC)

REGIONAL PLANALTO

1ª VICE-PRESIDENTA
Neila Nunes de Souza (UFT)

2º VICE-PRESIDENTE
Luis Augusto Vieira (UFG)

1º SECRETÁRIO
Fernando César Paulino Pereira (UFG-Catalão)

2º SECRETÁRIO
Paulo Henrique Costa Mattos (UNIRG)

1ª TESOUREIRA
Gardênia de Souza Furtado Lemos (UFG)

2ª TESOUREIRA
Helga Maria Martins de Paula (UFG-Jataí/UFJ)

REGIONAL PANTANAL

1ª VICE-PRESIDENTA
Raquel de Brito Sousa (UFMT)

2ª VICE-PRESIDENTA
Adma Cristhina Salles de Oliveira (UEMS)

2º SECRETÁRIO
Cláudio Freire de Souza (UFGD)

1º TESOUREIRO
Breno Ricardo Guimarães Santos (UFMT)

2º TESOUREIRO
Luís Antônio Shigueharu Ohira (UNEMAT)

REGIONAL LESTE

1º VICE-PRESIDENTE
Mario Mariano Ruiz Cardoso (UFVJM)

1º SECRETÁRIO
Gustavo Seferian Scheffer Machado (UFMG)

1º TESOUREIRO
Ricardo Roberto Behr (UFES)

2ª TESOUREIRA
Clarissa Rodrigues (UFOP)

REGIONAL RIO DE JANEIRO

1ª VICE-PRESIDENTA
Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa (UFF)

2ª VICE-PRESIDENTA
Rosineide Cristina de Freitas (UERJ)

2º SECRETÁRIO
Markos Klemz Guerrero (UFRJ)

1ª TESOUREIRA
Sonia Lucio Rodrigues de Lima (UFF)

REGIONAL SÃO PAULO

1º VICE-PRESIDENTE
Osvaldo Luis Angel Coggiola (USP)

2ª VICE-PRESIDENTA
Ana Paula Santiago do Nascimento (UNIFESP)

1ª SECRETÁRIA
Michele Schultz Ramos (USP)

2º SECRETÁRIO
Eduardo Pinto e Silva (UFSCAR)

1º TESOUREIRO
César Augusto Minto (USP)

2ª TESOUREIRA
Débora Burini (UFSCAR)

REGIONAL SUL

1º VICE-PRESIDENTE
Edmilson Aparecido da Silva (UEM)

1º SECRETÁRIO
Fernando Correa Prado (UNILA)

1º TESOUREIRO
Altemir José Borges (UTFPR)

2º TESOUREIRO
Gilberto Grassi Calil (UNIOESTE)

REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

1º VICE-PRESIDENTE
Carlos Alberto da Fonseca Pires (UFSM)

2ª VICE-PRESIDENTA
Manuela Finokiet (IFRS)

1º SECRETÁRIO
Cesar André Luiz Beras (UNIPAMPA)

2ª SECRETÁRIA
Sueli Maria Goulart Silva (UFRGS)

2ª TESOUREIRA
Flávia Carvalho Chagas (UFPEL)

SEDE NACIONAL

Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco C - Brasília - DF - CEP 70302-914

Tel.: (61) 3962-8400

E-mails: Secretaria - secretaria@andes.org.br / Tesouraria - tesouraria@andes.org.br / Imprensa - imprensa@andes.org.br

ESCRITÓRIOS REGIONAIS

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE I

Av. Djalma Batista, 1719, Prédio Atlantic Tower, Torre Business, Sala 604 - Chapada - Manaus - AM - CEP 69050-010

Tel.: (92) 3237-5189

E-mail: andesnorte1@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE II

Av. Augusto Correia, 1 - Guamá - Campus Universitário da UFPA - Setor de Recreações - Altos

Caixa Postal 8603 - Belém - PA - CEP 66075-110

Tel.: sem telefone no momento

E-mail: andesnorte2@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE I

Rua Tereza Cristina, 2266, Salas 105 e 106 - Benfica - Fortaleza - CE - CEP 60015-038

Tel.: (85) 3283-8751

E-mail: andesnordeste1@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE II

Rua Dr. José Luiz da Silveira Barros, 125, Ap. 02 - Espinheiro - Recife - PE - CEP 52020-160

Tel.: (81) 3037-6637

E-mail: andesnordeste2@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE III

Av. Anita Garibaldi, 1279, Edifício Ernesto Weckerle, Sala 302, 1632 - Federação - Salvador - BA - CEP 40210-750

Tel.: (71) 3264-2955 / (71) 3264-3063

Email: andesnordeste3@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL LESTE

Av. Afonso Pena, 867, Salas 1012 a 1014 - Belo Horizonte - MG - CEP 30130-002

Tel.: (31) 3224-8446

E-mail: andesleste@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL PLANALTO

Alameda Botafogo, 136, Quadra A, Lt. 10, Casa 02 - Centro - Goiânia - GO - CEP 74030-020

Tel.: (62) 3213-3880

E-mail: andesplanalto@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL PANTANAL

Rua 34 NR Casa 92 - Boa Esperança - Cuiabá - MT - CEP 78068-445

Tel.: (65) 3627-7304 / (65) 3627-6777

Email: andespantanal@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO

Rua Amália de Noronha, 308, Pinheiros - São Paulo - SP - CEP 05410-010

Tel.: (11) 3061-0940

E-mail: andes-sp@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277, Sala 1408 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20040-904

Tel.: (21) 2510-4242

E-mail: andes-rj@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL SUL

Rua Emiliano Perneta, 424, Conj. 31 - Edifício Top Center Executive - Centro - Curitiba - PR - CEP 80420-080

Tel.: (41) 3324-6164

E-mail: andes-sul@andes.org.br

ANDES-SN - SINDIPROL/ADUEL

Praga La Salle, 83 - Jd. Canadá - Londrina - PR - CEP 86020-480

Tel.: (43) 3324-3995 / (43) 99994-3995

E-mail: sindicato@sindiproladuel.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

Av. Protásio Alves, 2657, Sala 303 - Petrópolis - Porto Alegre - RS - CEP 90410-002

Tel.: (51) 3061-5111

E-mail: andes-rs@andes.org.br



**Para ler todos os números da revista
UNIVERSIDADE E SOCIEDADE, acesse:**

https://www.andes.org.br/sites/universidade_e_sociedade

www.andes.org.br



Revista publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

https://www.andes.org.br/sites/universidade_e_sociedade

www.andes.org.br